



Relatório de Atividades e Contas 2014

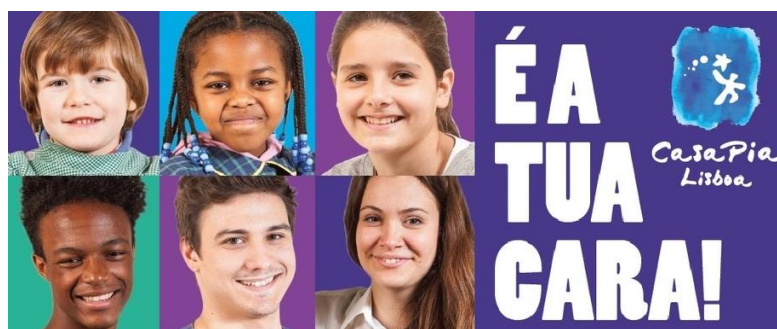






Relatório de Atividades e Contas 2014

[Abril de 2015]



FICHA TÉCNICA



TÍTULO:

Relatório de Atividades e Contas 2014

EQUIPA RESPONSÁVEL:

Departamento de Apoio à Coordenação

Coordenação | Sandra Alves

Ana Longle

Ana Marques

Carina Faria

Olga Miralto

Marilia Marques

Sofia Cheis Gil

Departamento de Serviços Partilhados

Coordenação | Álvaro Amaral

Dione Barbosa

Fátima Morgado

Pedro Nerra

Unidade de Recursos Humanos

Sílvia Duarte

César Martins

DATA

2015-04-13

Índice

11 Introdução

14 Sumário Executivo

Parte 1 Enquadramento

- 17 Órgãos estatutários
- 18 Organograma
- 19 Os Centros de Educação e Desenvolvimento
- 20 Perfil sociográfico dos Educandos do Acolhimento residencial da CPL I.P.
Resumo da atividade em 2014
- 21 *Executive Dashboard*
- 22 CPL, I.P. Grandes Números

Parte 2 Resultados alcançados no QUAR 2014 Justificação dos desvios significativos

- 25 **1] Aprovação dos objetivos e/ou indicadores e metas do QUAR 2014**
- 28 **2] Análise crítica dos resultados alcançados e dos desvios verificados**
- 34 **3] Análise de recursos afetos às atividades**
- 34 3.1. Recursos Humanos
- 36 3.2. Recursos Financeiros

Parte 3 Informação que acompanha a autoavaliação da CPL, I.P.

- 40 **4] Coerência entre documentos previsionais legalmente exigidos: Execução do Plano de Atividades 2014 e dos contributos para o Plano de Atividades do MESS**
- 40 4.1. Plano de Atividades da Casa Pia de Lisboa
- 41 4.2. Plano de Atividades do Ministério da Solidariedade do Emprego e da Segurança Social
- 42 **5] Apreciação dos Utilizadores:**
- 42 5.1. Satisfação dos educandos das Respostas Educativas e Formativas
- 48 5.2. Satisfação dos educandos do Acolhimento Residencial
- 57 **6] Avaliação do sistema de controlo interno e reforço de desempenho**
- 59 **7] Fiabilidade do sistema de indicadores de desempenho**
- 61 **8] Audição dos dirigentes intermédios e demais colaboradores**
- 72 **9] Identificação e partilha de boas práticas**
- 72 9.1. *Benchmarking*: recolha de indicadores padrão
- 75 9.2. Parcerias com instituições académicas
- 77 9.3. Projeto “Mar de Oportunidades”



79 9.4. Controlo da qualidade, higiene e segurança alimentar

Parte 4 Articulação com o Balanço Social

86 10] Principais tendências e indicadores

Parte 5 Balanço Sintético de Desempenho

92 11] Menção proposta pelo dirigente máximo na autoavaliação

92 12] Síntese de resultados e do desenvolvimento de medidas para um reforço positivo do desempenho

Parte 6 Situação Económica e Financeira

100 13] Contexto Macroeconómico

101 14] Análise Financeira

102 14.1. Balanço

107 14.2. Demonstração de Resultados

109 14.3. Indicadores Financeiros

110 14.4. Execução Orçamental

122 15] Saldos Orçamentais

123 16] Contingências

124 17] Proposta de aplicação de resultados

GLOSSÁRIO**ANEXOS**

Anexo I – Balanço Social CPL, I.P. 2014

Anexo II – Auscultação dos Dirigentes Intermédios e demais Colaboradores da CPL, I.P., 2014

Anexo III – Questionário de Satisfação de colaboradores 2014

Anexo IV – Execução do PA do MESS, 2014

Anexo V – Questionário aos Educandos das REF da CPL, I.P., 2014

Anexo VI – Questionário aos Educandos AR da CPL, I.P., 2014

Anexo VII – Avaliação do Sistema de Controlo Interno, 2014

Anexo VIII – Certificação Legal de Contas, 2014

Anexo IX - Anexo às demonstrações financeiras, 2014



Lista de tabelas

Tabela I – QUAR 2014

Tabela II – Síntese dos resultados alcançados no QUAR 2014 pela CPL, I.P.

Tabela III – Síntese da execução dos parâmetros de eficácia, eficiência e de qualidade do QUAR 2014

Tabela IV – Síntese da execução do parâmetro da eficácia do QUAR 2014

Tabela V – Síntese da execução do parâmetro da eficiência do QUAR 2014

Tabela VI – Síntese da execução do parâmetro de qualidade do QUAR 2014

Tabela VII – Unidades Equivalentes de Recursos Humanos Planeados e Executados em 2014

Tabela VIII – Índice de produtividade em 2014

Tabela IX – Recursos Financeiros estimados e realizados em 2014

Tabela X – Índice de custo - eficácia em 2014

Tabela XI - Avaliação do SCI da CPL, I.P. em 2014

Tabela XII - Medidas de reforço da fiabilidade dos indicadores de desempenho da CPL, I.P. em 2014

Tabela XIII – Ações de Responsabilidade Social na CPL, I.P. em 2014

Tabela XIV – Síntese da vertente de estudos autorizados na CPL, I.P. em 2014

Tabela XV – Monitorizações efetuadas aos CED/Unidade Residencial em 2014

Tabela XVI – Fichas de monitorização aplicadas em 2014

Tabela XVII – Principais indicadores do Balanço Social em 2014

Tabela XVIII – Síntese dos resultados alcançados no Quar 2014

Tabela XIX – Síntese da auscultação da satisfação dos educandos da REF em 2014

Tabela XX – Síntese da auscultação da satisfação dos educandos em AR em 2014

Tabela XXI – Síntese dos resultados na avaliação do sistema de controlo interno da CPL, I.P. em 2014

Tabela XXII – Síntese das referências às causas de incumprimento das metas PA MESS em 2014

Tabela XXIII – Síntese da auscultação da satisfação dos colaboradores da CPL, I.P. em 2014

Tabela XXIV – Síntese da avaliação da fiabilidade do sistema de indicadores de desempenho da CPL, I.P. em 2014

Tabela XXV – Síntese da Coerência entre os elementos do QUAR 2014 e os documentos previsionais legalmente previstos

Tabela XXVI – Síntese das boas práticas identificadas na CPL, I.P. em 2014

Tabela XXVII – Síntese de medidas para um reforço positivo de desempenho da CPL, I.P. em 2014

Tabela XXVIII – Síntese dos aspetos positivos, áreas a melhorar e das medidas de reforço de desempenho positivo da CPL, I.P. em 2014

Tabela XXIX - Ativo Líquido 2013/2014

Tabela XXX - Dívidas de Terceiros Curto Prazo – Outros Devedores (rendas)

Tabela XXXI - Dívidas de Terceiros Curto Prazo – Clientes Contribuintes e utentes

Tabela XXXII - Capital Próprio e Passivo 2013/2014

Tabela XXXIII - Composição do Resultado Líquido

Tabela XXXIV - Demonstração de Resultados

Tabela XXXV - Rácios Financeiros

Tabela XXXVI - Execução Orçamental – Receita

Tabela XXXVII - Execução Orçamental – Despesa

Lista de Quadros

Quadro I - Calendarização de atividades de monitorização, controlo e avaliação

Lista de Gráficos

Gráfico I – Execução dos objetivos do PA 2014

Gráfico II – Taxa de execução dos contributos da CPL, I.P. para o Plano de Atividades do MESS 2014

Gráfico III – Perceções positivas dos educandos quanto à exigência do ensino

Gráfico IV – Perceções positivas dos educandos quanto ao desempenho dos professores

Gráfico V – Perceções positivas dos educandos quanto ao desempenho dos professores

Gráfico VI – Perceções positivas dos educandos quanto às salas de aula

Gráfico VII – Perceções positivas quanto aos espaços de recreio e desporto

Gráfico VIII – Perceções positivas dos educandos quanto funcionamento dos serviços administrativos

Gráfico IX – Perceções positivas dos educandos quanto às refeições e serviços de refeitório

Gráfico X – Perceções positivas dos educandos quanto à ligação feita com a família

Gráfico XI – Perceções positivas dos educandos quanto ao sentimento de segurança no CED

Gráfico XII – Perceções positivas dos educandos quanto à rede informal de suporte



Gráfico XIII – Percepções positivas dos educandos quanto ao CED e à CPL
Gráfico XIV – Percepções dos educandos quanto às condições físicas das RA
Gráfico XV – Percepções dos educandos quanto à integração e acompanhamento individual
Gráfico XVI – Percepções dos educandos quanto ao quotidiano nas RA
Gráfico XVII – Percepções dos educandos quanto ao quotidiano nas RA
Gráfico XVIII – Percepções dos educandos quanto aos contactos com a família
Gráfico XIX – Percepções dos educandos quanto ao respeito pela privacidade e individualidade
Gráfico XX – Percepções dos educandos quanto ao acompanhamento escolar
Gráfico XXI – Percepções dos educandos quanto aos cuidados de saúde
Gráfico XXII – Percepções dos educandos quanto ao sentimento de bem estar e segurança
Gráfico XXIII – Taxas de resposta dos colaboradores da CPL, I.P. em 2013/2014
Gráfico XXIV – Satisfação global dos colaboradores com a CPL, I.P. em 2013/2014
Gráfico XXV – Satisfação com a gestão e sistemas de gestão da CPL, I.P. em 2013/2014
Gráfico XXVI – Satisfação com as condições de trabalho na CPL, I.P. em 2013/2014
Gráfico XXVII – Satisfação com o desenvolvimento na carreira na CPL, I.P. em 2013/2014
Gráfico XXVIII – Nível de satisfação na CPL, I.P. em 2013/2014
Gráfico XXIX – Satisfação com o estilo de liderança – gestão de topo na CPL, I.P. em 2013/2014
Gráfico XXX – Satisfação com o estilo de liderança – gestor intermédio na CPL, I.P. em 2013/2014
Gráfico XXXI – Satisfação com condições de higiene, segurança, equipamentos e serviços na CPL, I.P. em 2013/2014
Gráfico XXXII – Benchmarking global CPL, I.P., tempo afeto à atividade intervenção com o educando em 2014
Gráfico XXXIII – Benchmarking preparatório global CPL, I.P., % de tempo afeto à atividade admissões e a outras atividades em 2014
Gráfico XXXIV – Benchmarking preparatório global CPL, I.P., % de tempo afeto à atividade admissões em 2014
Gráfico XXXV – Síntese dos pedidos dirigidos à CPL, I.P. em 2014
Gráfico XXXVI – Avaliação da satisfação dos educandos com as atividades do projecto em 2014
Gráfico XXXVII – Requisitos de higiene/limpeza e análises periódicas
Gráfico XXXVIII – Ementas
Gráfico XXXIX – Ementas/Requisitos
Gráfico XL – Ementas/Capitações
Gráfico XLI – Gráfico Evolutivo de Resultados Líquidos
Gráfico XLII - Gráfico Evolutivo de Resultados Operacionais
Gráfico XLIII - Gráfico Evolutivo de Resultados Financeiros
Gráfico XLIV - Gráfico Evolutivo de Resultados Extraordinários
Gráfico XLV - Gráfico de Dívidas em Contencioso – Rendas
Gráfico XLVI – Taxas Multas e Penalidades (valores acumulados)
Gráfico XLVII – Rendimentos de Propriedade (valores acumulados)
Gráfico XLVIII – Transferências Correntes (valores acumulados)
Gráfico XLIX – Venda de Bens e Serviços Correntes (valores acumulados)
Gráfico L – Outras Receitas Correntes (valores acumulados)
Gráfico LI – Transferências de Capital (valores acumulados)
Gráfico LII – Outras Receitas de Capital (valores acumulados)
Gráfico LIII – Outras Receitas Não Abatidas ao Pagamento (valores acumulados)
Gráfico LIV – Agrupamento 01 – Despesas com pessoal (valores acumulados)
Gráfico LV – Agrupamento 02 – Aquisição de bens e serviços (valores acumulados)
Gráfico LVI – Agrupamento 03 – Juros e outros Encargos (valores acumulados)
Gráfico LVII – Agrupamento 04 – Transferências Correntes (valores acumulados)
Gráfico LVIII – Agrupamento 05 – Subsídios (valores acumulados)
Gráfico LIX – Agrupamento 06 – Outras Despesas Correntes (valores acumulados)
Gráfico LX – Agrupamento 07 – Aquisição de Bens de Capital (valores acumulados)
Gráfico LXI – Agrupamento 10 – Passivos Financeiros (valores acumulados)



Introdução

A necessidade de reflexão acerca dos resultados alcançados e da identificação e incorporação de iniciativas bem-sucedidas exigem um modelo de organização integrado mas dinâmico, que privilegie o trabalho em rede e mobilize as pessoas com autonomia e qualificação em torno do enfoque de cada Organização.

Em 2014 a Casa Pia de Lisboa, I.P. (CPL, I.P.) inscreveu nos diversos instrumentos de gestão as iniciativas e metas a atingir para os pilares de missão, concretamente no domínio do acolhimento residencial, da educação e da formação, em paralelo com objetivos para a área de desenvolvimento organizacional. A monitorização evolutiva dos resultados obtidos, quer em sede de Plano de Atividades, de Indicadores de Gestão Trimestrais, de Indicadores que integram o Sistema de Gestão da Qualidade, quer mesmo de Indicadores de Benchmarking interno, introduziram na cultura organizacional uma rotina de reflexão, capaz de adotar atempadamente medidas corretivas de potenciais desvios.




Neste sentido, a construção do Relatório de Atividades e Contas 2014 (RAC), à semelhança dos procedimentos de anos anteriores, constitui um momento de conjugação de esforços dos diversos Centros de Educação e de Desenvolvimento (CED), das Unidades Orgânicas dos serviços centrais e do Centro Cultural Casapiano (CCC). Desta colaboração pretende-se que resulte uma reflexão cuidada acerca do desempenho da CPL, I.P. nas diversas vertentes.

O RAC 2014 estrutura-se assim em seis partes. Na primeira apresenta-se um sumário executivo da atividade desenvolvida pela Instituição ao longo do ano, integrando a caracterização sociográfica dos educandos em Acolhimento Residencial e os indicadores de gestão mais relevantes. Com o intuito de facilitar o entendimento quanto ao funcionamento da organização, inclui-se igualmente um item que descreve, resumidamente, as principais competências dos diversos CED que a compõem. Incorporam-se adicionalmente as projeções para o próximo quadriénio, destacando algumas consideradas relevantes no Plano Estratégico 2015-2018.

Na segunda parte apresentam-se os resultados alcançados no QUAR, publicado na página eletrónica da Instituição, e a justificação dos desvios significativos, ainda que positivos. Numa abordagem integrada, apresenta-se igualmente a análise de recursos humanos e financeiros planeados e executados/afetos às atividades.

A terceira parte integra a informação que acompanha a autoavaliação da CPL, I.P., aferindo num primeiro momento, a coerência entre documentos previsionais legalmente exigidos, concretamente QUAR, Plano de Atividades e os contributos da CPL, I.P. para o Plano de Atividades do ex-Ministério da Solidariedade e da Segurança Social.

Num segundo momento, apresentam-se os resultados da auscultação da satisfação dos diversos intervenientes da comunidade educativa da CPL, I.P., concretamente:

-  Educandos em Acolhimento Residencial;
-  Educandos que frequentam as respostas educativas e formativas da Instituição;
-  Colaboradores e dos dirigentes intermédios.

Procede-se ainda à avaliação do sistema de controlo interno e reforço de desempenho e à análise da fiabilidade do sistema de indicadores de desempenho.

A identificação de boas práticas que integram projetos internos como a monitorização da qualidade da alimentação servida na Instituição, mas sobretudo da qualificação do Acolhimento Residencial através da proximidade dos educandos ao mar, atribui ao RAC uma dimensão de análise qualitativa interessante.

Na quarta parte procede-se a uma análise detalhada do Balanço Social, e na quinta parte apresenta-se um balanço sintético de desempenho que resume a atividade da CPL, I.P. em 2014, assinalando o desenvolvimento de medidas para o reforço positivo de desempenho e os fatores que estiveram na base do incumprimento.

Este balanço sustenta a proposta de autoavaliação de “Desempenho Bom” que o presente relatório propõe detalhadamente, nos termos do disposto no nº 1 alínea b) do art.º 18º da Lei nº 66-B/2007, de 28 de dezembro.

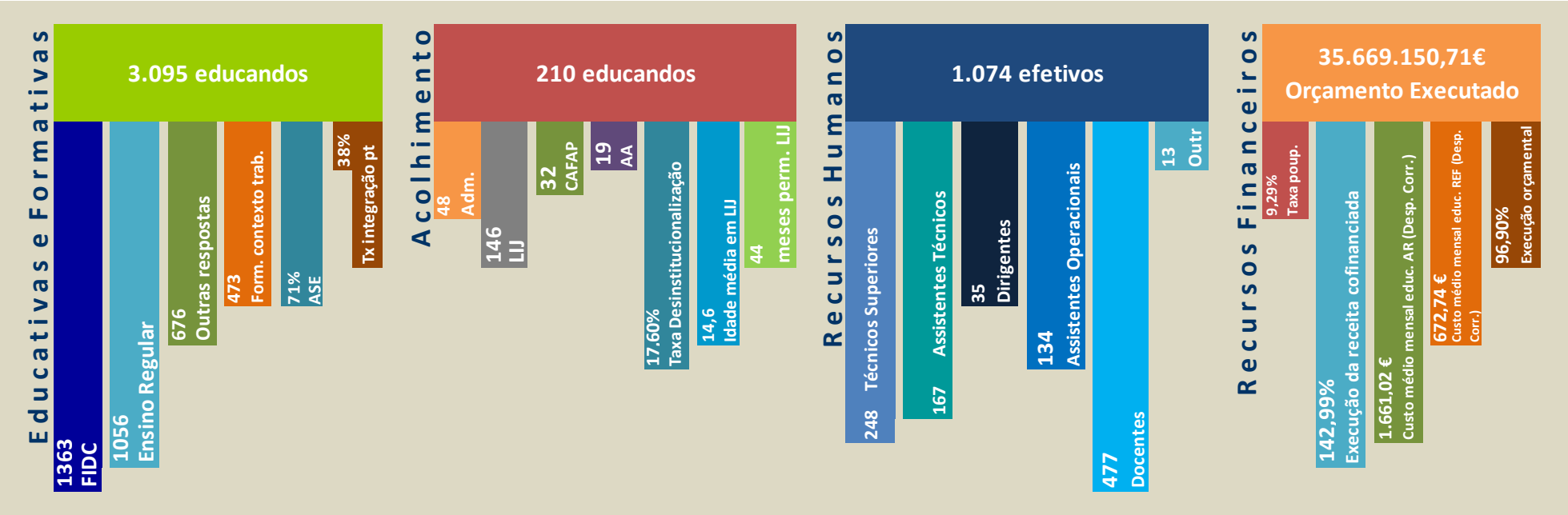
No intuito de centralizar a informação em sede de Relatório de Atividades e Contas, na sexta e última parte apresenta-se a caracterização da situação económica e



financeira da CPL, I.P. que inclui a apresentação das peças financeiras relativas ao exercício económico de 2014 e uma proposta de aplicação de resultados.

Em síntese, a construção do RAC 2014 da CPL I.P. que resulta de investimento na monitorização de desempenho dos resultados, constitui uma vez mais a oportunidade a que a Instituição já se habituou de refletir sobre a sua intervenção, e de reorientar o seu plano de intervenção, no sentido de fortalecer as suas opções de gestão no médio e longo prazos.

Como somos [qual foi o nosso público; com quem e com quanto trabalhamos]



Legenda: FIDC – Formação Inicial de Dupla Certificação; Form. contexto trab. – Formação em contexto de trabalho; Adm. – Admitidos; LIJ – Lar de Infância e Juventude; AA – Apartamento de Autonomização; Custo médio mensal educ. AR (Desp. Corr.) – Custo médio mensal por educando em Acolhimento Residencial (Despesas Correntes); Custo médio mensal educ. REF (Desp. Corr.) – Custo médio mensal por educando em Respostas Educativas e Formativas (Despesas Correntes).

Fonte: DAC/PLAN, Indicadores de Gestão 4º trimestre 2014 – Mar. 2015

Para onde vamos [principais metas para o próximo quadriênio]

| | | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
|---|--|--|------|------|------|
| Pilar de missão 1 Acolhimento | Aumentar a capacidade de acolhimento | Aumento de 3 Unidades de acolhimento | | | |
| | Qualificar a intervenção | 100% dos profissionais cuidadores diretos abrangidos por formação | | | |
| Pilar de missão 2 Educação | Aumentar a capacidade das respostas educativas | + 16% no Pré-Escolar + 16% no Ens.Integrado Música Implementação do Ens.Integrado Desporto 120 educandos | | | |
| | Promover um elevado desempenho escolar | 100% dos docentes abrangidos por Formação Práticas pedagógicas inovadoras em 46 turmas 51% dos educandos com sucesso na avaliação externa | | | |
| | Potenciar o desenvolvimento integral dos educandos através da educação não formal | 6.000 educandos no programa de Educação e Animação agro-ambiental. 100% dos educandos no Projeto CSI "Competências Sociais Integradas" | | | |
| | | | | | |
| Pilar de missão 3 Formação | Promover a especificação da oferta formativa, adequando às expectativas do mercado de trabalho | Abertura de 6 novos cursos de formação Criação de mais 187 vagas para jovens em respostas formativas Implementação do Projeto Mentoring empresarial em pelo menos 15 cursos Criação do Observatório de empresas parceiras, órgão consultivo no apoio à definição da oferta formativa | | | |
| | Melhorar o desempenho global dos educandos | 75% dos educandos com sucesso na avaliação interna Diminuir a taxa de abandono em 20% | | | |
| | Promover a inserção profissional e o futuro sustentável dos educandos | Garantir acompanhamento na inserção profissional de 40% dos educandos que terminam o percurso formativo Criação de 2 Ninhos de Empresas para startups Realização do follow-up anual dos educandos que concluem estudos 40 Bolsas de Valores Individuais a educandos que concluem estudos na CPL | | | |
| | | | | | |
| Pilar de missão 4 Educação e formação de pessoas com deficiência e/ou incapacidade | Redesenhar a intervenção com pessoas surdas e surdocegas | Abranger 360 formandos surdos e surdocegos na Formação e Qualificação de Adultos Ampliação da resposta Centro de Atividades Ocupacionais (CAO), incrementando 26% dos utentes Elaboração de 10 materiais bilingues para a população surda | | | |
| | Requalificar a intervenção com jovens em absentismo escolar grave ou abandono efetivo | Construção de modelo pedagógico para implementação e avaliação nos próximos três anos letivos Ampliação em 100% da capacidade da Turma de Acolhimento Temporário | | | |

Fonte: DAC/PLAN, Plano Estratégico da CPL, I.P. [2015-2018] – fev. 2015



todas as decisões relativas a crianças, adoptadas por instituições públicas ou privadas de protecção social, por tribunais, autoridades administrativas ou órgãos legislativos, terão primacialmente Os Estados Partes respeitam as responsabilidades, direitos e deveres dos pais e, sendo caso disso, dos membros da família alargada ou da comunidade seu cargo, de assegurar à

Enquadramento

nos termos dos adoptadas por instituições públicas ou privadas de costumes locais da dos representantes legais ou de outras pessoas que tenham a criança legalmente a seu cargo, de assegurar à criança, de forma compatível com o desenvolvimento das suas capacidades a orientação e os conselhos adequados ao seu cargo, de assegurar à criança, de forma compatível com

Órgãos Estatutários

Conselho Diretivo

Maria Cristina Ricardo Inês Fangueiro [Presidente]
Eduardo Alberto Macedo Vilaça [Vice-Presidente]
José Manuel Martins Lucas [Vogal]

Conselho Institucional

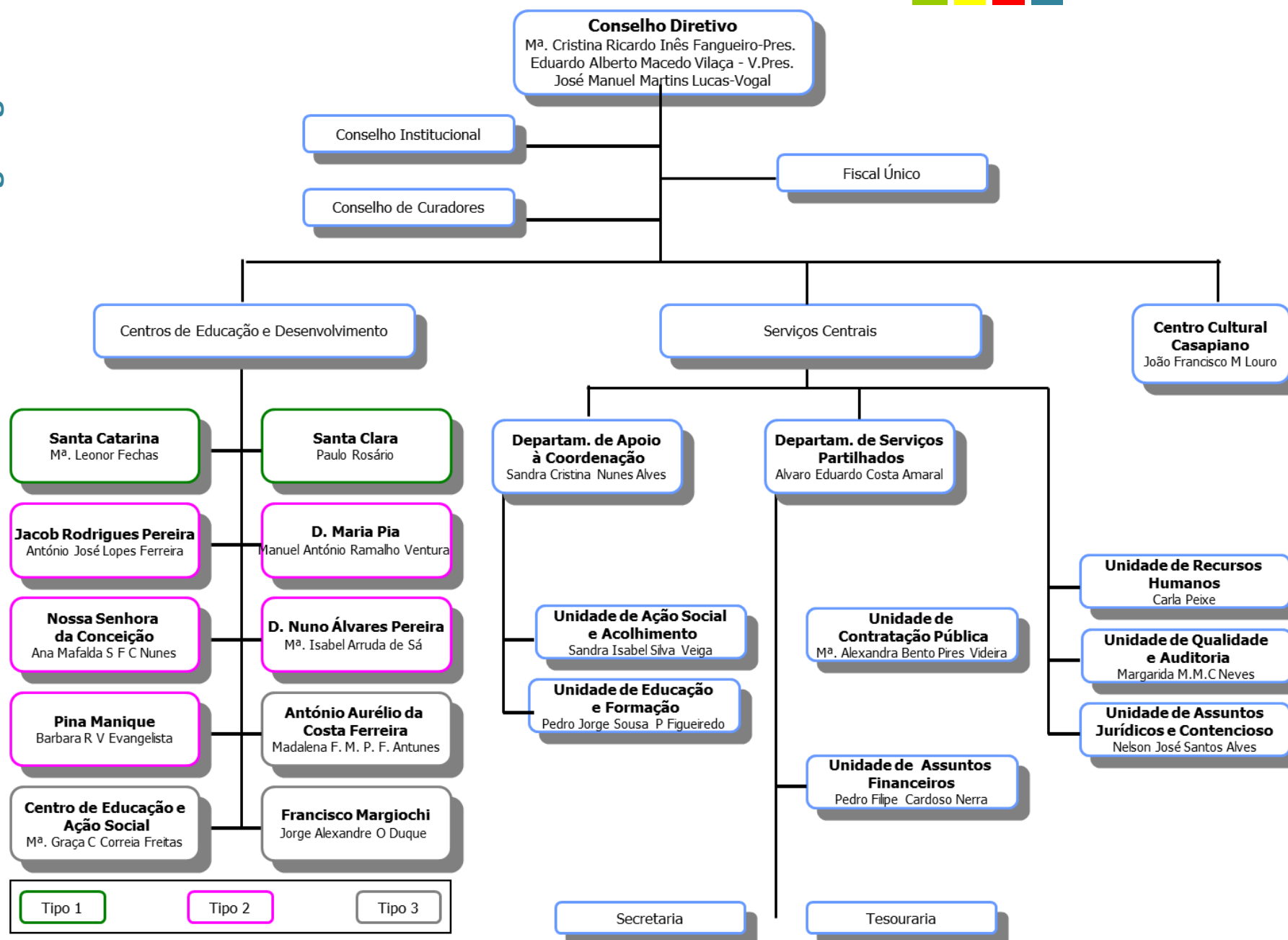
Conselho Diretivo, Diretores de Departamento dos Serviços Centrais (SC), Diretores Executivos dos Centros de Educação e Desenvolvimento (CED) Diretor do Centro Cultural Casapiano (CCC) e Diretores da Unidade de Assuntos Jurídicos e Contencioso, Unidade de Qualidade e de Auditoria e Unidade de Recursos Humanos.

Conselho de Curadores

Membros ainda não nomeados

Fiscal Único

Oliveira. Reis & Associados, SROC, Lda., designado pelo Despacho n.º 10075/2008 de 11 de Março



Os Centros de Educação e Desenvolvimento da Casa Pia de Lisboa

CED Tipo 1

Acolhimento de crianças e jovens em perigo

Sta. Catarina

7 Lares Infância e Juventude

6 Apartamentos Autonomização

1 Cº Acolhimento Temporário

Sta. Clara

6 Lares Infância e Juventude

1 CAFAP

CED Tipo 3

Antº Aurélio Costa Ferreira

Ensino Especial e Reabilitação

Centro Atividades Ocupacionais

Formação e Qualificação Adultos

Lar Residencial

CEAS

Creche

Pré-Escolar

Cª Atividades Tempos Livres

Francisco Margiochi

Educação Ambiental

Animação ambiental

Centro Férias e Lazer

CED Tipo 2

Educação e Formação

Maria Pia

Pré-Escolar

1º, 2º e 3º CEB

Ensino Integrado da Música

Cursos Vocacionais (2º ciclo)

CEF tipo 3

Ens.Sec. Artístico Especializado

Cursos Profissionais

Nuno Álvares Pereira

Pré-Escolar

1º, 2º e 3º CEB

Ensino Integrado da Música

CEF tipo 2

Jacob Rodrigues Pereira

Creche

Pré-Escolar

1º, 2º e 3º CEB [bilingue]

CEF tipo 1 e 2

Ens.Sec. Artístico Especializado

Lar de Apoio

Pina Manique

Cursos Vocacionais (3º ciclo)

CEF tipo 2 e 3

Cursos Profissionais

Cursos Aprendizagem

Curso Especialização Tecnológica

Nossa Senhora Conceição

Pré-Escolar

1º, 2º e 3º CEB

CED Tipo 1

Acolhimento residencial de crianças e jovens em perigo.

CED Tipo 2

Educação, ensino e formação nos diferentes ciclos e níveis (com exceção do ensino superior).

CED Tipo 3

[CED António Aurélio da Costa Ferreira]

Habilitação e apoio à inserção escolar e profissional de pessoas com deficiências sensoriais, designadamente pessoas surdocegas e/ou com problemas graves de comunicação.

[CED Francisco Margiochi]

Educação ambiental. Animação ambiental e campos de férias.

[Centro de Educação e Ação Social]
Desenvolvimento integrado de competências sociais, visando a autonomização de agregados familiares carenciados e apoio socioeducativo a crianças e jovens.

Perfil Sociográfico dos Educandos do Acolhimento Residencial

Casa Pia Lisboa

Painel de Indicadores

Acolhimento Residencial

Ano

2014

Trimestre

4º trim

Data

fev-15

Residentes

Taxa de Feminização

29%

53%

30%

50%

54%

33%

28%

33%

50%

54%

Residentes

146

19

10

22

13

210

67

108

22

13

Média Idade

14,6

18,5

11,1

24,6

17,3

16

14,2

15,2

24,6

17,3

Nº PDP Contratualizada

146

17

9

22

13

207

67

105

22

13

%

100%

100%

100%

100%

100%

100%

100%

100%

100%

100%

Nº PDP Revisto

134

17

2

20

12

185

61

92

20

12

%

97,8%

100,0%

100,0%

100,0%

100,0%

98,4%

96,8%

98,9%

100,0%

100,0%

Adequabilidade PDP 50%

92%

100%

n.a.

n.a.

100,0%

93%

97,4%

89,6%

n.a.

100,0%

Admissões

12

10

16

2

3

43

5

33

2

3

AIF

AIF (total)

29

2

0

0

1

32

13

18

0

1

AIF (2014)

18

1

0

0

1

20

8

11

0

1

Média meses em AIF

32,4

2,5

0,0

0,0

7,0

16

13,7

20,1

0,0

7,0

Média Idades

17

17

n.a.

n.a.

20

17

17

n.a.

n.a.

20

Saídas

Saídas (total)

39

15

4

1

1

61

13

45

1

1

Saídas Diretas a)

23

4

4

1

0

32

3

28

1

0

Saídas (AIF)

16

11

0

0

1

28

10

17

0

1

Média Idades

17

18

14

27

22

18

17

17

27

22

Taxa de Desinstitucionalização

17%

33%

n.a.

n.a.

n.a.

18%

14,7%

19,6%

n.a.

n.a.

Tempo Médio de Permanência

35

14

9

174

82

59

37

45

174

82

Ausentes >21

20

0

1

0

0

21

4

17

0

0

São Marçal

RA AACF

camas

14

camas

24

CED JRP

ocupação

13

ocupação

22

educad.

4

educad.

16

AAR

1

AAR

2

CED SCLA

AC

FSF

AS

SR

JIFL

MC

Total

camas

13

12

14

13

12

12

76

ocupação

12

9

13

9

12

12

67

Educad.

5

5

5

5

5

5

30

AAR

1

2

2

2

2

2

11

CED SCAT

JJA

SFS

SI

AB

CJS

JJB

CAT

AA1

AA2

AA3

AA4

AA5

AA6

Total

camas

15

15

15

15

15

15

12

5

5

4

3

3

2

124

ocupação

14

11

14

14

14

12

10

4

4

4

3

2

2

108

Educad.

5

6

6

6

5

4

5

3

40

AAR

2

1

2

1

2

2

1

0

11

Frequência Escolar

EB

ES/EA

CEF

CP

CV

EER

CET

S/Inf.

96

3

18

11

4

12

2

6

2

9

2

8

2

22

6

3

1

1

2 educandos de LA encontram-se em integração profissional

Projeto de Vida

Reun. Fam. Nuc.

Auton.

Acol. Perm.

Adoção

Reun. Fam. Alarg.

Acol. menos de 6 meses

66

67

4

2

7

15

2

7

1

2

2

19

1

10

2

1

Situação Jurídica

Acol. Inst.

Conf. Inst. (Adoção)

Conf. Jud. (Adoção)

Reg. Ex. Resp.

Tutela ao Diretor

S Neces Medida/Outra

124

8

1

5

8

11

1

7

8

2

2

1

8

11

4

1

8

IG 2014

Indicador

Resultado

Nº de educandos que cessam AI

28

Nº total de follow ups realizados

67

Realizados

34

Nº e % de educandos em frequência escolar ou c/ outra ocupação

206

%

98,1%

Notas:

a) Das 32 saídas diretas em 2014 apenas 14 contam para a TD uma vez que as restantes foram para outras respostas (sendo que o CED AACF não entra para a TD)

b) 1 educando em LU sem informação, 2 educandos em AA sem informação, 2 educandos em CAT sem c) a capacidade da CPL permanece nas 250 camas, mesmo com o encerramento da Casa Amarela e diminuição da capacidade do LA. Será necessário aferir se a capacidade diminui para 238 camas ou se existe distribuição destas vagas

e) Dos 16 educadores identificados 4 são docentes

CPL

Capacidade

Ocupação 4º trimestre

RH (educad + AAR)

250 c) ou 238

210

110

AACF

24

22

18

JRP

14

13

5

SCLA

76

67

41

SCAT

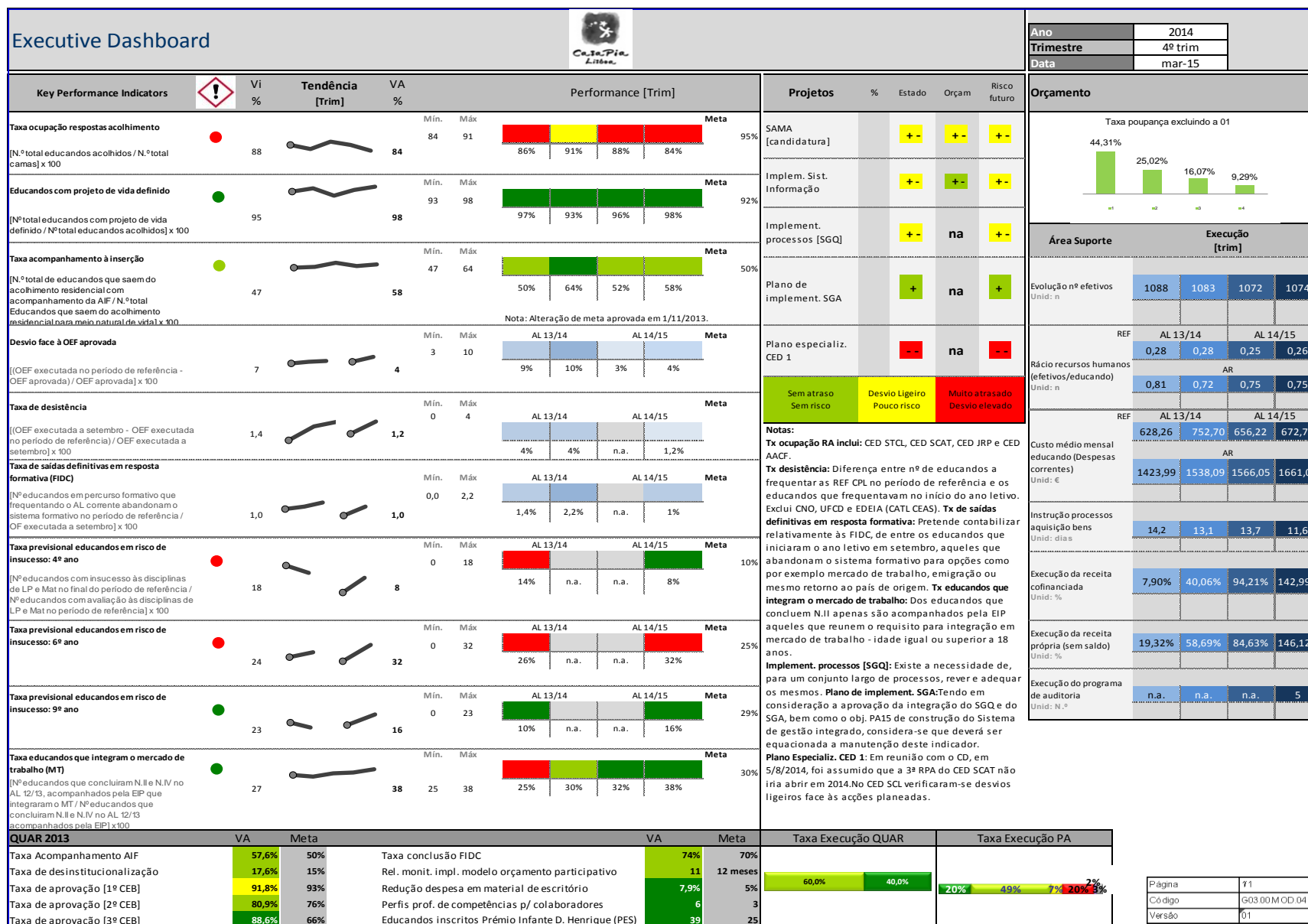
124

108

51

Fonte: DAC/PLAN, Publicações 4º trimestre 2014 – jan. 2015

Resumo da atividade em 2014 [Executive Dashboard]



Fonte: DAC/PLAN, Indicadores de Gestão 4º trimestre 2014 - mar. 2015

Resumo da atividade em 2014 [CPL, I.P. Grandes Números]

| | | | | | | | | | | Ano | 2014 | | | | | | | | | | | | |
|---|--|-------------|----------|-------------------------------|--|----------|----------|---|--|-------------|---------|----------------------|--|--------------------------------|--|---|--|---------------|--|---------------|--|----------------|--|
| | | | | | | | | | | Trimestre | 4º trim | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | Data | mar-15 | | | | | | | | | | | | |
| Educandos | | | | Respostas | | | | Recursos Humanos | | | | Recursos Financeiros | | | | | | | | | | | |
| Acolhimento Residencial | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Crianças e jovens admitidas ^{a)} | | 48 | | 13 Lar Inf. Juventude | | 146 | | Mapa Pessoal 2014 postos de trabalho | | Nº efetivos | | % | | Orçamento (Líquido Cativos) | | Execução | | % | | | | | |
| | | | | | | | | 1.160 | | 1.074 | | 92,6% | | 36.823.311,38 € | | 35.669.150,71 € | | 96,9% | | | | | |
| Crianças e jovens acolhidas ^{b)} | | 210 | | 1 CAT | | 10 | | Dirigentes | | 38 | | 35 | | 92,1% | | Despesas com pessoal | | 27.227.915,38 | | 27.083.160,49 | | 99,5% | |
| Cessações de acolhimento | | 38 | | 1 Lar Residencial | | 22 | | Técnico Superior | | 261 | | 248 | | 95,0% | | Aquisição de bens e serviços | | 6.609.204,00 | | 5.862.332,12 | | 88,7% | |
| Crianças e jovens acompanhadas em meio natural de vida | | 32 | | 6 Apart. Autonomia | | 19 | | Assistente Técnico | | 196 | | 166 | | 84,7% | | Juros, Transferências correntes e Subsídios | | 54.500,00 | | 47.324,84 | | 86,8% | |
| Tempo médio de permanência em acolhimento [LJ] | | 44,3 | | 1 Lar de Apoio | | 13 | | Coordenador Técnico | | 1 | | 1 | | 100,0% | | Outras despesas correntes | | 1.229.229,00 | | 1.160.959,01 | | 94,4% | |
| Respostas Educativas e Formativas | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | AL 13/14 | AL 14/15 | | | AL 13/14 | AL 14/15 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Educandos em Respostas Educativas e Formativas ^{c)} | | 2.805 | 3.095 | Interv. Precoce | | 0 | 0 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | Creche | | 36 | 37 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 1º ciclo | | 92% | n.a. | Pré-Escolar | | 416 | 418 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2º ciclo | | 81% | n.a. | Ensino Básico | | 1.035 | 1.056 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 3º ciclo | | 89% | n.a. | C. Vocacionais | | 40 | 81 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 4º ano | | 68% | n.a. | Ensino Artístico | | 74 | 82 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Mat | | 37% | n.a. | C. Educação Formação | | 340 | 353 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 6º ano | | 66% | n.a. | C. Aprendizagem | | 33 | 65 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Mat | | 38% | n.a. | C. Profissionais | | 719 | 765 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 9º ano | | 53% | n.a. | C. Especialização Tecnológica | | n.a. | 17 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Mat | | 26% | n.a. | Ensino Especial Reabilitação | | 32 | 36 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Distribuição dos Educandos por escalões de apoios sociais | | Escalão 1 * | d) | ATL | | 56 | 56 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | Escalão 2 * | | UFCD / EFA | | 24 | 128 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | Escalão 3 | | TAT | | n.a. | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | Escalão 4 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Fontes: Acolhimento Residencial e Apoios Sociais: SIGE; Respostas Educativas e Formativas: UEF e CED; Recursos Humanos: URH; Recursos Financeiros: DSP/UAF | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| * Conforme CI Nº 20/2012, de 2 de Julho os educandos dos escalões 1 e 2 beneficiam do mesmo tipo de apoios sociais. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| a) Considera novos educandos admitidos e o retorno de educandos ausentes; b) Não considera 5 educandos que se ausentaram durante o 4º trimestre; c) O total de educandos em REF no AL 14/15 contempla os educandos em Respostas Específicas, nomeadamente: Ensino Especial e Reabilitação. ATL. UFCD e TAT. d) Informação não disponível. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | Página | | | | | | | | | | | | v1 | |
| | | | | | | | | | | Código | | | | | | | | | | | | G03.00 M OD 05 | |
| | | | | | | | | | | Versão | | | | | | | | | | | | 01 | |



Parte 2

Execução global QUAR 2014 | 115,6%



Síntese dos resultados alcançados no QUAR 2014 pela CPL, I.P.
Fonte: DAC/PLAN, Indicadores de Gestão 4º trimestre 2014 – mar. 2015



2

todas as decisões relativas a crianças, adotadas por instituições públicas ou privadas de proteção social, por tribunais, autoridades administrativas ou órgãos legislativos, terão primacialmente Os Estados Partes respeitam as responsabilidades, direitos e deveres dos pais e, sendo caso disso, dos próprios

Resultados alcançados no QUAR 2014 Justificação dos desvios significativos

los
estados
membros

dos representantes legais ou de outras pessoas que tenham a criança legalmente a seu cargo, de assegurar à criança, de forma compatível com o desenvolvimento das suas capacidades a orientação e os conselhos adequados ao seu cargo, de assegurar à criança, de forma compatível com

Enquanto ano de arranque para a concretização dos compromissos assumidos em sede de Plano Estratégico 2015-2018, a CPL, I.P. privilegiou no ano de 2014 a consolidação dos objetivos e indicadores previstos nos sucessivos QUAR, estabilizando os indicadores, e respetivas metas.

No subcapítulo seguinte é retratada a construção e monitorização do QUAR 2014, enquanto parte integrante do ciclo e dos instrumentos de gestão da CPL, I.P. que nos termos legalmente previstos, foram objeto de publicação na página institucional.

1] Aprovação dos objetivos e/ou indicadores e metas do QUAR 2014

Nos termos do disposto no art.º 10º da Lei 66-B/2007, de 28 de dezembro e no quadro das atividades estabilizadas com o GEP do MESS, a CPL, I.P. submeteu à Tutela uma proposta de QUAR. Aprovado mediante despacho de Sua Excelência o Secretário de Estado da Solidariedade e da Segurança Social, datado de 14 de janeiro de 2014, o QUAR da CPL, I.P.: não foi objeto de qualquer revisão, o que traduz de algum modo a estabilidade dos compromissos estratégicos assumidos pela Instituição.

Assim, **respeitando a estrutura dos anos anteriores, a tabela I ilustra o QUAR 2014 que integrou 10 objetivos, dos quais 60% concorrem diretamente para a missão da Instituição, 20% centram-se na área de eficiência e os restantes 20% respeitam à área da qualidade.**

Neste subcapítulo reproduzem-se os resultados alcançados e os desvios considerados significativos, resultantes das rotinas de *reports* mensais e trimestrais da responsabilidade das Unidades Orgânicas da CPL I.P., concretamente os CED, o CCC e os Serviços Centrais.



| QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO - 2014 | | | | | | | | | | |
|---|--------------------------|--|-----|------------------|------------------|-----------------------|----------|------------|---------------|-----------|
| Última actualização: (2014/01/06) | | | | | | | | | | |
| Serviço: | Casa Pia de Lisboa, I.P. | | | | | | | | | |
| Missão: Integrar crianças e jovens, designadamente os privados de meio familiar adequado garantindo-lhes percursos educativos inclusivos, assentes, nomeadamente numa escolaridade prolongada, no ensino profissional de qualidade e numa aposta na integração profissional e, sempre que necessário, acolhendo-Objectivos estratégicos (OE): | | | | | | | | | | |
| OE1 Promover o desenvolvimento integral e sustentado dos educandos | | | | | | | | | | |
| OE2 Promover o acolhimento residencial de crianças e jovens em perigo | | | | | | | | | | |
| OE3 Promover a educação e formação | | | | | | | | | | |
| OE4 Promover a qualidade de vida de pessoas com deficiências sensoriais | | | | | | | | | | |
| OE5 Promover o desenvolvimento organizacional e qualidade | | | | | | | | | | |
| Objectivos operacionais | | | | Ano 2012 Meta | Ano 2013 Meta | Ano 2013 Resultado | Ano 2014 | | | |
| | | | | | | | Meta | Tolerância | Valor critico | Resultado |
| EFICÁCIA (40%) | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |
| OB 1 | | | | | | | | | | |
| Ponderação de 30% | | | | | | | | | | |
| Assegurar o acompanhamento dos educandos após a saída do acolhimento residencial | Ind 1 | [(Nº de crianças e jovens que saem do acolhimento residencial com acompanhamento da AIF) / (Nº total de crianças e jovens que saem do acolhimento residencial para meio natural de vida)] x 100 | 90% | 50% | 50% | 5% | 63% | na | na | |
| | Peso | 100% | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |
| OB 2 | | | | | | | | | | |
| Ponderação de 30% | | | | | | | | | | |
| Assegurar uma taxa de desinstitucionalização das crianças e jovens em acolhimento residencial | Ind 2 | [Nº educandos que cessam acolhimento (FT+PSD) e são integrados em meio natural de vida no período de referencia / Nº total de educandos existentes em acolhimento em 31 de Dezembro do ano anterior] x 100 | 12% | 14% | 15% | 3% | 19% | na | na | |
| | Peso | 100% | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |
| OB 3 | | | | | | | | | | |
| Ponderação de 10% | | | | | | | | | | |
| Garantir taxas de aprovação para o 1º CEB | Ind 3 | [Nº educandos que concluíram o 1º CEB no ano letivo 13-14 / Nº total de educandos que frequentaram o ano terminal do 1º CEB no ano letivo 13-14] x 100 | 93% | 93% | 93% | 5% | 99% | na | na | |
| | Peso | 100% | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |
| OB 4 | | | | | | | | | | |
| Ponderação de 10% | | | | | | | | | | |
| Garantir taxas de aprovação para o 2º CEB | Ind 4 | [Nº educandos que concluíram o 2º CEB no ano letivo 13-14 / Nº total de educandos que frequentaram o ano terminal do 2ºCEB no ano letivo 13-14] x 100 | 75% | 75% | 76% | 5% | 82% | na | na | |
| | Peso | 100% | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |
| OB 5 | | | | | | | | | | |
| Ponderação de 10% | | | | | | | | | | |
| Garantir taxas de aprovação para o 3º CEB | Ind 5 | [Nº educandos que concluíram o 3º CEB no ano letivo 13-14 / Nº total de educandos que frequentaram o ano terminal do 3º CEB no ano letivo 13-14] x 100 | 60% | 65% | 66% | 5% | 72% | na | na | |
| | Peso | 100% | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |
| OB 6 | | | | | | | | | | |
| Ponderação de 10% | | | | | | | | | | |
| Garantir que os educandos concluem o CEF tipo 1 em 1 ano, o CEF tipo 2 em 2 anos, o CEF tipo 3 em 1 ano ou o Curso Profissional em 3 anos | Ind 6 | [Nº educandos que concluem CEF tipo 1 em 1 ano, CEF tipo 2 em 2 anos, CEF tipo 3 em 1 ano ou Curso profissional em 3 anos no ano letivo 13-14 / Nº total de educandos considerados em início de ciclo e que frequentaram o ano terminal no ano letivo 13-14] x 100 | 70% | 70% | 70% | 6% | 77% | na | na | |
| | Peso | 100% | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |



| EFICIÊNCIA (30%) | | | | | | | | | |
|---|--------|---|-----------|-----------|------------------|-----------|-------------------|--------|----|
| OB 7 | | | | | | | | | |
| Implementar o modelo do orçamento participativo | Ind 7 | N.º de meses para apresentação do relatório de monitorização | na | na | 12 | 1 | 10 | na | na |
| | Peso | 100% | | | | | | | |
| OB 8 | | | | | | | | | |
| Reduzir a despesa em material de escritório | Ind 8 | [1 - (Despesa de 2014 /Despesa de 2013)] x 100 | na | na | 5% | 1% | 6,25% | na | na |
| | Peso | 100% | | | | | | | |
| QUALIDADE (30%) | | | | | | | | | |
| OB 9 | | | | | | | | | |
| Definir perfis profissionais de competências para os colaboradores | Ind 9 | Nº de perfis para colaboradores | na | na | 3 | 1 | 4 | na | na |
| | Peso | 100% | | | | | | | |
| OB 10 | | | | | | | | | |
| Promover o programa de Emergência Social (PES) na CPL na vertente de voluntariado | Ind 10 | Nº de educandos da CPL inscritos no âmbito do "Prémio Infante D. Henrique " | na | na | 25 | 5 | 31 | na | na |
| | Peso | 100% | | | | | | | |
| Meios disponíveis | | | | | | | | | |
| Recursos Humanos | | | Pontuação | Efectivos | Pontos Planeados | | Pontos Executados | Desvio | |
| Dirigentes - Direcção Superior | | | 20 | 3 | 60 | | | | |
| Direcção Intermédia e Chefes de Equipa | | | 16 | 35 | 560 | | | | |
| Técnicos Superiores+ CE (Docentes+ Medicina+Diagn. Terap.+Inform.) | | | 12 | 768 | 9216 | | | | |
| Coordenadores Técnicos | | | 9 | 1 | 9 | | | | |
| Assistentes Técnicos | | | 8 | 196 | 1568 | | | | |
| Encarregados Gerais Operacionais | | | 7 | | | | | | |
| Encarregados Operacionais | | | 6 | | | | | | |
| Assistentes Operacionais | | | 5 | 157 | 785 | | | | |
| Total | | | | 1160 | 12198 | | | | |
| Orçamento (milhões de €) | | | | Estimado | | Realizado | Desvio(MC) | | |
| Funcionamento | | | | 39,47 | | | | | |
| Investimento | | | | 0.45 | | | | | |

Tabela I – QUAR 2014

Fonte: CPL, I.P./www.casapia.pt

2] Análise crítica dos resultados alcançados e dos desvios verificados

No intuito de proceder a uma análise crítica dos resultados alcançados, avaliando o cumprimento dos objetivos e apurando os eventuais desvios, procedeu-se ao apuramento do valor final obtido da avaliação global de desempenho da CPL, I.P. no QUAR em 2014, e das correspondentes taxas de realização dos parâmetros de eficácia, eficiência e de qualidade (vide tabela II).

A CPL, I.P. em 2014 atingiu os 10 objetivos que constavam do QUAR, superando 4, concretamente 1 objetivo da área de missão, 1 do parâmetro de eficiência e 2 objetivos da área da qualidade.

| | | | | | | |
|--------------------|---|----|---|---|---|---|
| Eficácia: | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| Eficiência: | 7 | 8 | | | | |
| Qualidade: | 9 | 10 | | | | |

Tabela II – Síntese dos resultados alcançados no QUAR 2014 pela CPL, I.P.
Fonte: DAC/PLAN, Índice Evolutivo do PA – dez. 2014

Com um desempenho globalmente positivo, importa analisar a capacidade que a Instituição revelou neste ano de superar a avaliação em todos os parâmetros QUAR, como ilustra a tabela III.

| Avaliação Global | | | | |
|-------------------|---------------------------------|-------------------------|-------------------------|---------------------------------|
| Parâmetro | Taxa de realização do Parâmetro | Ponderação do Parâmetro | Contributo do Parâmetro | Avaliação Global dos Objectivos |
| Eficácia | 113,6% | 40% | 45% | 115,6% |
| Eficiência | 108,8% | 30% | 33% | |
| Qualidade | 125,0% | 30% | 38% | |

Tabela III – Síntese da execução dos parâmetros de eficácia, eficiência e de qualidade do QUAR 2014
Fonte: DAC/PLAN, Execução dos parâmetros QUAR – mar. 2015

Seguidamente procede-se à análise de desempenho de cada um dos parâmetros que integram a avaliação global, indicando as causas que sustentam os desvios, ainda que positivos.



Parâmetro de eficácia [6 objetivos]

Dos seis objetivos propostos relativamente à área de missão, a CPL, I.P. cumpriu todos, superando 1 específico da área da educação, concretamente o objetivo 5 que respeita à Taxa de Aprovação dos educandos do 3º Ciclo do Ensino Básico. Esta execução permite que o



parâmetro de eficácia do QUAR 2014 apresente uma execução global francamente positiva, conforme ilustra a tabela IV.

| Parâmetro Eficácia | | | | | | | | | |
|------------------------|-------------|----------------|-------------------------|--------------------|----------------------|-------------------------|-------------------------------|-------------------------------|---------------------------|
| Objetivos Operacionais | Indicadores | Valor Atingido | Peso Indicadores nos OO | Taxa de realização | Contribuição para OO | Cumprimento do objetivo | Ponderação do OO no parâmetro | Contribuição para o parâmetro | Avaliação global Eficácia |
| OB 1 | 1 | 58% | 100% | 115% | 115% | 115% | 30% | 34,5% | 113,6% |
| OB 2 | 2 | 18% | 100% | 118% | 118% | 118% | 30% | 35,3% | |
| OB 3 | 3 | 92% | 100% | 100% | 100% | 100% | 10% | 10,0% | |
| OB 4 | 4 | 81% | 100% | 106% | 106% | 106% | 10% | 10,6% | |
| OB 5 | 5 | 89% | 100% | 125% | 125% | 125% | 10% | 12,5% | |
| OB 6 | 6 | 74% | 100% | 106% | 106% | 106% | 10% | 10,6% | |

Tabela IV – Síntese da execução do parâmetro da eficácia do QUAR 2014

Fonte: DAC/PLAN, Execução dos parâmetros QUAR – mar. 2015

A superação da avaliação global do parâmetro da eficácia requer a análise detalhada das execuções de cada objetivo e eventuais desvios, ainda que positivos.

Meta

50%

VA | 58%

OBJETIVO 1: Assegurar o acompanhamento dos educandos após a saída do acolhimento residencial

Indicador 1: $[(\text{N}^\circ \text{ de crianças e jovens que saem do acolhimento residencial com acompanhamento da AIF}) / (\text{N}^\circ \text{ total de crianças e jovens que saem do acolhimento residencial para meio natural de vida})] \times 100$

Na medida em que o indicador 1 atingiu um valor de 58%¹, o objetivo 1 foi cumprido, uma vez que não atingiu o valor crítico de 63% definido inicialmente.

Meta

15%

VA | 18%

OBJETIVO 2: Assegurar uma taxa de desinstitucionalização das crianças e jovens em acolhimento residencial

Indicador 2: $[(\text{N}^\circ \text{ educandos que cessam acolhimento (FT+PSD) e são integrados em meio natural de vida no período de referência}) / (\text{N}^\circ \text{ total de educandos existentes em acolhimento em 31 de Dezembro do ano anterior})] \times 100$

O valor atingido em 2014 relativamente à desinstitucionalização dos educandos supera a meta fixada, encontrando-se no intervalo de tolerância contratualizada, o que permitiu o cumprimento do objetivo 2.

¹ Apenas são contabilizados os educandos em acompanhamento à inserção familiar dos CED Santa Catarina e de Santa Clara.

**Meta**
93%**VA / 92%****OBJETIVO 3:** Garantir taxas de aprovação para o 1º CEB

Indicador 3: [Nº educandos que concluíram o 1º CEB no ano letivo 13-14 / Nº total de educandos que frequentaram o ano terminal do 1º CEB no ano letivo 13-14] x 100

A execução do indicador 3, cujo valor atingido, atendendo à tolerância de 5%, permite o cumprimento do objetivo 3.

Meta
76%**VA / 81%****OBJETIVO 4:** Garantir taxas de aprovação para o 2º CEB

Indicador 4: [Nº educandos que concluíram o 2º CEB no ano letivo 13-14 / Nº total de educandos que frequentaram o ano terminal do 2º CEB no ano letivo 13-14] x 100

Relativamente à execução do indicador 4, verificou-se um esforço de mobilização interna no sentido de prestar apoio intensivo aos educandos e de melhorar a taxa de aprovação do 2º CEB. Este esforço adicional permitiu superar a meta inicialmente delineada, não atingindo contudo o valor crítico de 82%, pelo que o objetivo 4 se encontra cumprido.

Meta
66%**VA / 89%****OBJETIVO 5:** Garantir taxas de aprovação para o 3º CEB

Indicador 5: [Nº educandos que concluíram o 3º CEB no ano letivo 13-14 / Nº total de educandos que frequentaram o ano terminal do 3º CEB no ano letivo 13-14] x 100

Relativamente ao indicador 5, os resultados ultrapassam o valor crítico contratualizado de 72%, traduzindo-se na superação do objetivo 5.

À semelhança do indicador 4, também para o 3º CEB ocorreu um esforço de mobilização interna no sentido de intencionalizar o apoio prestado aos educandos, o que acabou por se refletir na clara melhoria da taxa de aprovação do 3º CEB.

**Meta
70%****VA | 74%**

OBJETIVO 6: Garantir que os educandos concluem o CEF tipo 1 em 1 ano, o CEF tipo 2 em 2 anos, o CEF tipo 3 em 1 ano ou o Curso Profissional em 3 anos

Indicador 6: [Nº educandos que concluem CEF tipo 1 em 1 ano, CEF tipo 2 em 2 anos, CEF tipo 3 em 1 ano ou Curso profissional em 3 anos no ano letivo 13-14 / Nº total de educandos considerados em início de ciclo e que frequentaram o ano terminal no ano letivo 13-14] x 100

Relativamente ao indicador 6, o resultado encontra-se no intervalo centrado na meta de 70%, para uma tolerância de 6%, traduzindo-se no cumprimento do objetivo 6.

Parâmetro de eficiência [2 objetivos]

Relativamente à área de suporte, a CPL, I.P. superou 1 dos objetivos propostos, pelo que o parâmetro de eficiência do QUAR 2014 apresenta uma execução global muito positiva, como ilustra a tabela V.

| Parâmetro Eficiência | | | | | | | | | |
|-------------------------|-------------|----------------|-------------------------|--------------------|----------------------|-------------------------|-------------------------------|-------------------------------|--------------------------------|
| Objectivos Operacionais | Indicadores | Valor Atingido | Peso Indicadores nos OO | Taxa de realização | Contribuição para OO | Cumprimento do objetivo | Ponderação do OO no parâmetro | Contribuição para o parâmetro | Avaliação global da Eficiência |
| OB 7 | 7 | 11 | 100% | 100% | 100% | 100% | 65% | 65,0% | 108,8% |
| OB 8 | 8 | 8% | 100% | 125% | 125% | 125% | 35% | 43,8% | |

Tabela V – Síntese da execução do parâmetro da eficiência do QUAR 2014

Fonte: DAC/PLAN, Execução dos parâmetros QUAR – mar. 2015

A monitorização do desempenho dos indicadores de eficiência definidos pela CPL, I.P. no QUAR 2014 permitiu a superação para avaliação global de eficiência. Importa contudo proceder à análise em particular do desempenho dos objetivos 7 e 8, bem como a execução respetiva de cada indicador.

**Meta
12 meses****VA |
11 meses**

OBJETIVO 7: Implementar o modelo do orçamento participativo

Indicador 7: N.º de meses para apresentação do relatório de monitorização

Na sequência do desenvolvimento de um projeto de construção do Orçamento da CPL, I.P.: a partir de iniciativas internas foi possível promover de forma participada a orçamentação por

centros de custo das unidades orgânicas principais, ao nível dos CED e do Centro Cultural Casapiano.

No que respeita à implementação do modelo de orçamento participativo na Instituição, na medida em que apresentação do relatório de acompanhamento e monitorização de resultados ocorreu em Novembro, antecipando o prazo de 12 meses fixado na metodologia aprovada, o objetivo 7 foi cumprido.

Meta 5%

VA / 8%

OBJETIVO 8: Reduzir a despesa em material de escritório

Indicador 8: $[1 - (\text{Despesa de 2014} / \text{Despesa de 2013})] \times 100$

A monitorização intercalar deste objetivo permitiu um acompanhamento e uma otimização da utilização destes materiais. Reduzindo a despesa e a consequente superação do objetivo 8. A diminuição da despesa em material de escritório ficou a dever-se ao facto de existir um menor consumo de papel e consumíveis de impressão, desde a implementação do *Smartdocs* (suporte de gestão documental).

Parâmetro de qualidade [2 objetivos]

Na tabela VI apresenta-se uma execução global do parâmetro da Qualidade que obteve um desempenho positivo, à semelhança dos parâmetros de eficácia e de eficiência. Importa contudo analisar o desempenho específico nos objetivos 9 e 10, bem como a execução respetiva de cada indicador.

| Parâmetro de Qualidade | | | | | | | | | |
|-------------------------|-------------|----------------|-------------------------|--------------------|----------------------|--------------------------|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|
| Objectivos Operacionais | Indicadores | Valor Atingido | Peso Indicadores nos OO | Taxa de realização | Contribuição para OO | Cumprimento do objectivo | Ponderação do OO no parâmetro | Contribuição para o parâmetro | Avaliação global da Qualidade |
| OB 9 | 9 | 6 | 100% | 125% | 125% | 125% | 70% | 87,5% | 125,0% |
| OB 10 | 10 | 39 | 100% | 125% | 125% | 125% | 30% | 37,5% | |

Tabela VI – Síntese da execução do parâmetro de qualidade do QUAR 2014

Fonte: DAC/PLAN, Execução dos parâmetros QUAR – mar. 2015

Meta 3 perfis

VA / 6 perfis

OBJETIVO 9: Definir perfis profissionais de competências para os colaboradores

Indicador 9: Nº de perfis para colaboradores



Relativamente ao indicador 9, os resultados ultrapassam o valor crítico contratualizado de 4 perfis, traduzindo-se na superação deste objetivo.

Na base do desvio positivo encontram-se fatores que se prendem com a necessidade de qualificar a intervenção da CPL,I.P., definindo previamente os requisitos em termos de competências técnicas, pessoais e sociais dos colaboradores que interagem diretamente com os educandos nas diversas respostas, dando corpo à importância estratégica deste modelo de gestão de competências, quer para a prossecução dos objetivos da CPL, de forma a torná-la numa organização mais produtiva e motivada, quer para a gestão integrada de RH.

Meta 25
educandos

VA | 39
educandos

OBJETIVO 10: Promover o programa de Emergência Social (PES) na CPL na vertente de voluntariado

Indicador 10: Nº de educandos da CPL,I.P. inscritos no âmbito do "Prémio Infante D. Henrique"

Relativamente ao indicador 10, o envolvimento de 25 educandos no programa de voluntariado "Prémio Infante D. Henrique" de dimensão nacional foi claramente ultrapassado, integrando na participação 39 educandos da CPL I.P. o que permite a superação do valor crítico definido e a consequente superação do objetivo 10.

O objectivo associado à Promoção do Voluntariado junto dos educandos da CPL, através da participação/ adesão ao Prémio Infante D. Henrique foi superado, considerando que em 2014, o Prémio foi disseminado a 5 CED- JRP, SCT, MP, CEAS e PM.

3] Análise de recursos afetos às atividades

3.1. Recursos Humanos

A análise dos recursos humanos afetos às atividades desenvolvidas ao longo de 2014 permite cruzar a abordagem resultante das movimentações dos colaboradores, apresentada no Balanço Social, nomeadamente os postos de trabalho previstos em sede do Mapa de Pessoal para 2014 e os postos de trabalho efetivamente ocupados.

Partindo da estimativa de 227 dias trabalhados foi possível converter as unidades equivalentes de recursos humanos planeados (UERHP), e executados (UERHE), apurando o diferencial que a tabela VII ilustra.

Salienta-se que este diferencial integra ainda o absentismo por carreira verificado em 2014², medido em dias de ausência ao trabalho durante o ano.

Globalmente, verifica-se que a taxa de utilização de Recursos Humanos é reduzida, uma vez que existe um diferencial significativo entre as unidades equivalentes de Recursos Humanos planeadas e as executadas. Não obstante este diferencial, o índice de produtividade relevante ilustra o esforço desenvolvido pela globalidade dos colaboradores da CPL, I.P. (vide tabela VIII).

²Fonte: URH, Balanço Social 2014

| Recursos Humanos | | | | | | | | | | | |
|---|------------------------|------------|----------------------|-----------|---------|-------------------------|------------|------------------|-------------------|------------------------|--------|
| Recursos Humanos | Planeado Colaboradores | Dias úteis | Dias úteis planeados | Pontuação | UERHP | Executado Colaboradores | Dias úteis | Dias úteis reais | Absentismo (dias) | Dias úteis trabalhados | Desvio |
| Dirigentes - Direcção Superior | 3 | 227 | 681 | 20 | 13620 | 3 | 227 | 681 | 50 | 631 | 1000 |
| Direcção Intermédia e Chefes de Equipa | 35 | 227 | 7945 | 16 | 127120 | 32 | 227 | 7264 | 84 | 7180 | 12240 |
| Técnicos Superiores+ Carreiras Especiais* | 768 | 227 | 174336 | 12 | 2092032 | 738 | 227 | 167526 | 12044 | 155482 | 226248 |
| Coordenadores Técnicos | | | | 9 | | | | | | | |
| Assistentes Técnicos | 197 | 227 | 44719 | 8 | 357752 | 167 | 227 | 37909 | 5008 | 32901 | 94544 |
| Encarregados Gerais Operacionais | | | | 7 | | | | | | | |
| Encarregados Operacionais | | | | 6 | | | | | | | |
| Assistentes Operacionais | 157 | 227 | 35639 | 5 | 178195 | 134 | 227 | 30418 | 5678 | 24740 | 54495 |
| Total | 1160 | | 263320 | | 2768719 | 1074 | | 243798 | 22864 | 220934 | 388527 |

*(Docentes+ Medicina+TDT+Inform.)

Tabela VII – Unidades Equivalentes de Recursos Humanos Planeados e Executados em 2014

Fonte: DAC/PLAN, Diferencial de Recursos Humanos planeados (UERHP) e executados (UERHE) – mar. 2015

| Índice de produtividade | | |
|--|---|-----------|
| Indicadores | Fórmula de Cálculo | Resultado |
| Taxa de realização global dos objectivos | Média ponderada das avaliações globais dos parametros de avaliação | 115,6% |
| Taxa de utilização dos Recursos Humanos | (RH utilizados/RH planeados)*100 | 85,97% |
| Índice de produtividade | (Taxa de Concretização Global de objectivos/Taxa de utilização de RH)*100 | 1,34 |

Tabela VIII – Índice de produtividade em 2014

Fonte: DAC/PLAN, Índice de produtividade em 2014 – mar. 2015

3.2. Recursos Financeiros

A tabela IX apresenta a diferença entre os recursos financeiros inicialmente previstos e efetivamente disponíveis ao longo do ano.

| Recursos Financeiros | | | |
|--------------------------|----------|-----------|------------|
| Orçamento (milhões de €) | Estimado | Realizado | Desvio(MC) |
| Funcionamento | 39,47 | 35,25 | 4,22 |
| Investimento | 0,45 | 0,42 | 0,03 |
| Total | 39,92 | 35,67 | 4,25 |

Tabela IX – Recursos Financeiros estimados e realizados em 2014
Fonte: DSP/UAF- mar. 2015

Remete-se para a parte 6 do presente relatório a justificação pormenorizada dos desvios relativos a recursos financeiros apurados na Tabela IX.

A análise da tabela X permite concluir que a taxa favorável de execução dos recursos financeiros permitiu à CPL, I.P. apurar em 2014 um índice de custo-eficácia relevante, na medida em que superou a taxa de realização global dos objetivos a que se propôs em sede de QUAR, com um nível de despesa abaixo do previsto inicialmente.

| Índice de custo-eficácia | | |
|---|--|-----------|
| Indicadores | Fórmula de Cálculo | Resultado |
| Taxa de realização global dos objectivos | Média ponderada das avaliações globais dos parametros de avaliação | 115,6% |
| Taxa de execução de Recursos Financeiros (funcionamento+Investimento) | $(\text{Despesa Executada} / \text{Despesa Orçamentada}) * 100$ | 89,35% |
| Índice de Custo-eficácia | $(\text{Taxa de Concretização Global de objectivos} / \text{Taxa de execução dos Recursos Financeiros}) * 100$ | 1,29 |

Tabela X – Índice de custo - eficácia em 2014
Fonte: DAC/PLAN, Índice de custo eficácia em 2014 – mar. 2015

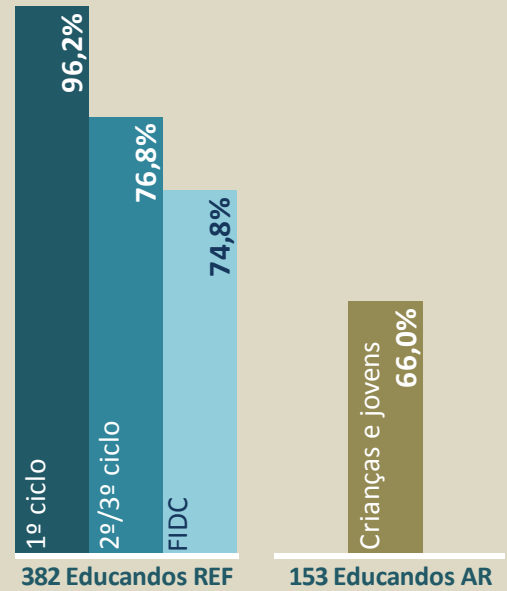


Parte 3

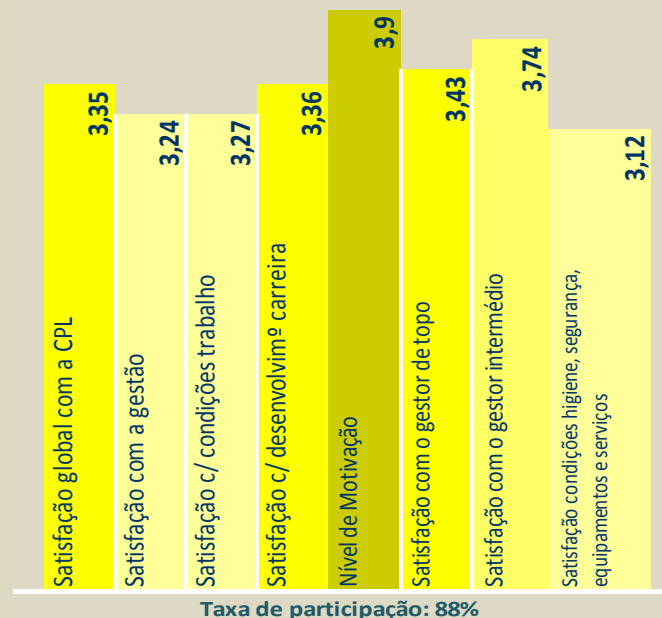
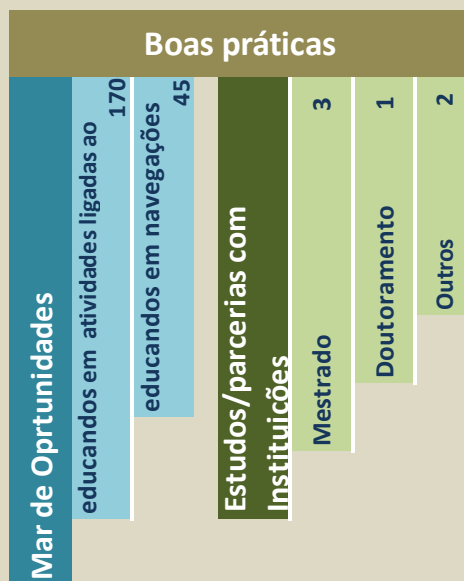
Taxas de Execução

| | PA CPL | CPL no PA MESS | |
|----|---------|----------------|----|
| 1 | 1,64% | 10,00% | 1 |
| 12 | 19,67% | 0,00% | 0 |
| 4 | 6,56% | 0,00% | 0 |
| 30 | 49,18% | 50,00% | 5 |
| 12 | 19,67% | 40,00% | 4 |
| 2 | 3,28% | 0,00% | 0 |
| 61 | 100,00% | 100,00% | 10 |

Inquérito à satisfação dos utilizadores das Respostas Educativas e Formativas e do Acolhimento Residencial



Inquérito à satisfação dos colaboradores





3






todas as decisões relativas a crianças, adoptadas por instituições públicas ou privadas de protecção social, por tribunais, autoridades administrativas ou órgãos legislativos, terão primacialmente Os Estados Partes respeitam as responsabilidades, direitos e deveres dos pais e, sendo caso disso, dos própr

Informação que acompanha a ios estados membros **autoavaliação da CPL, I.P.**

dos representantes legais ou de outras pessoas que tenham a criança legalmente a seu cargo, de assegurar à criança, de forma compatível com o desenvolvimento das suas capacidades a orientação e os conselhos adequados ao seu cargo, de assegurar à criança, de forma compatível com

No intuito de dar visibilidade a um conjunto de temáticas que complementam e enriquecem a atuação da CPL, I.P. apresenta-se na parte 3 do presente relatório informação que consta nos documentos legalmente exigidos em diversos domínios nos termos do disposto no nº 2 do art.º 15.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, complementando a informação de gestão prestada em sede de QUAR, permitindo sustentar globalmente a proposta de autoavaliação para 2014.

Assim, nesta terceira parte, integra-se informação referente às áreas de:

-  Fiabilidade dos indicadores de desempenho e do sistema de controlo interno que assegura as fontes fidedignas de *report* da atividade;
-  Apreciação dos Utilizadores: satisfação dos educandos e dos encarregados de educação;
-  Gestão dos recursos humanos patente no Balanço Social (anexo I) e sobre a satisfação dos colaboradores e dos dirigentes intermédios nas diversas dimensões de análise (anexo II);
-  Gestão das parcerias nacionais;
-  Partilha de boas práticas quer de avaliação interna, quer de recolha de indicadores padrão.

4] Coerência entre documentos previsionais legalmente exigidos à CPL, I.P.: Execução do Plano de Atividades 2014 e dos contributos para o Plano de Atividades do MESS

4.1. Plano de Atividades da Casa Pia de Lisboa

No presente subcapítulo, e tendo por referência o Mapa do Índice Evolutivo do PA analisado mensalmente em Conselho Institucional com todos os dirigentes e o Conselho Diretivo, reflete-se sobre o desempenho da CPL, I.P. relativamente ao PA 2014, sintetizando a execução das iniciativas, projetos e/ou atividades desenvolvidos pela Instituição durante o ano.

Em termos operacionais, afere-se ainda o contributo da CPL, I.P. para a execução do Plano de Atividades do Ministério da Solidariedade, do Emprego e da Segurança Social.

Globalmente, e em conformidade com o Gráfico I, a taxa de execução do PA apresenta-se confortável, na medida em que a CPL, I.P. em 2014 superou ou cumpriu 75,4% dos objetivos operacionais, contra 24,6% não atingidos, incluindo os não cumpridos por fatores exógenos à Instituição, ou ainda por informação não disponível.

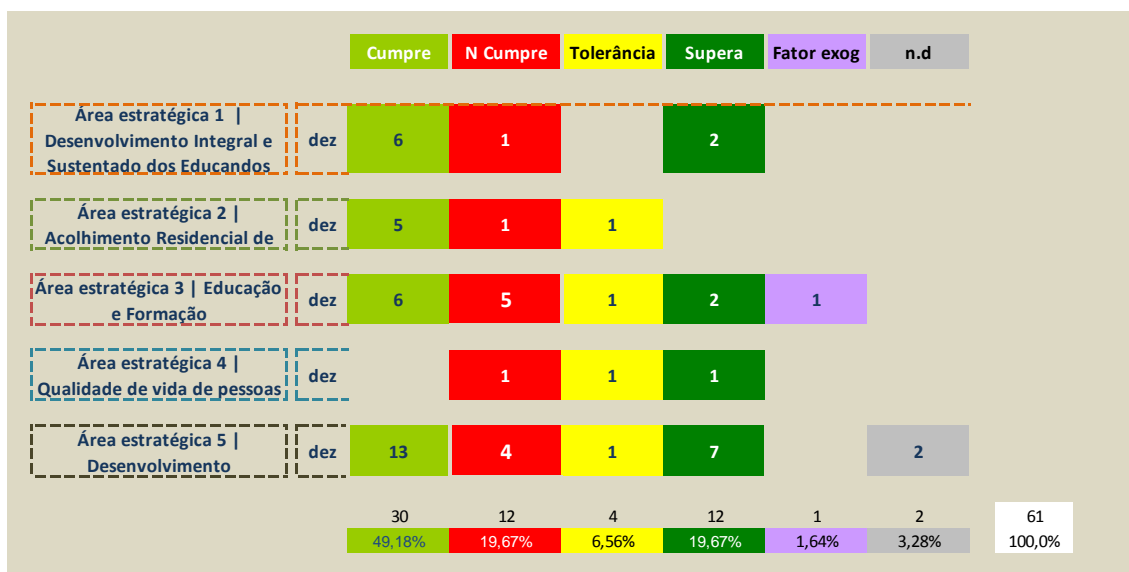


Gráfico I – Execução dos objetivos do PA 2014
 Fonte: DAC/PLAN, Índice Evolutivo do PA – dez. 2014

4.2. Plano de Atividades do Ministério da Solidariedade do Emprego e da Segurança Social (MSESS)

No sentido de compreender os eixos de intervenção do Ministério da Solidariedade, do Emprego e da Segurança Social para os quais a CPL, I.P. contribuiu durante o ano de 2014, procede-se, neste ponto, à análise do impacto da execução do PA 2014 no cumprimento dos objetivos estratégicos do Plano de Atividades do Ministério. (anexo IV)

No gráfico II apresenta-se a execução por objetivo estratégico e respetivo eixo de intervenção, enquanto resultado da taxa de execução do PA em 2014.

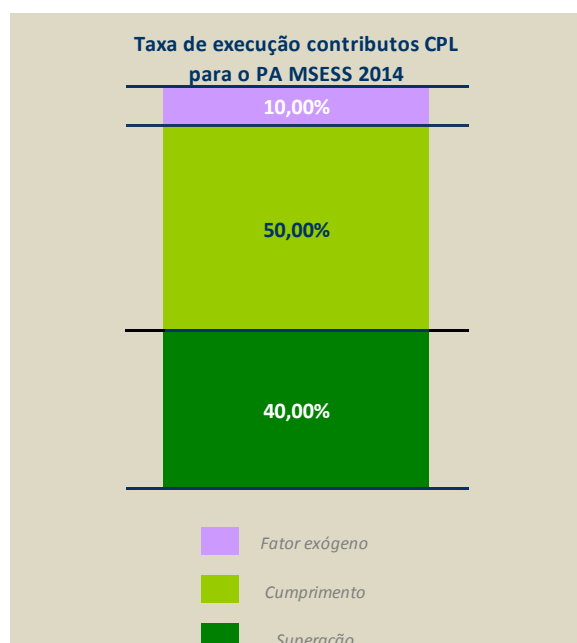


Gráfico II – Taxa de execução dos contributos da CPL, I.P. para o Plano de Atividades do MSESS 2014
 Fonte: DAC/PLAN, Índice Evolutivo do PA – dez. 2014




É possível concluir que a generalidade dos projetos, iniciativas e/ou atividades com os quais a CPL, I.P. contribuiu para o PA do MESS foram cumpridos ou superados (90%), excetuando um objetivo não cumprido, por fator exógeno (perfazendo 10%), associado ao Projeto “Mar de Oportunidades”, atendendo à impossibilidade da Associação Apovela de organizar e dinamizar a Visita ao Museu da Marinha e a Palestra com Workshop temático, previstas para os dias 23 de abril e 12 de junho respetivamente.

5] Apreciação dos Utilizadores

5.1. Satisfação dos educandos das Respostas Educativas e Formativas

Tendo como base a mesma estrutura metodológica do estudo de avaliação do modelo socioeducativo da Casa Pia de Lisboa (DAC, 2014), cujos resultados foram apresentados em sede de Relatório de Atividades e Contas de 2013, foram consultados através de inquérito por questionário, os educandos finalistas das respostas educativas e formativas que integram a Oferta dos diversos CED da CPL, I.P. (anexo V)

A definição da dimensão da amostra para a população seguiu um critério amostral de 95% de confiança, numa abordagem alargada aos educandos finalistas dos diversos ciclos e níveis que se traduz numa taxa de resposta de 85%, envolvendo **382 inquiridos**, com a seguinte distribuição:

-  1º Ciclo do Ensino Básico (CEB): 79 educandos;
-  2º e 3º Ciclos do Ensino Básico: 168 educandos;
-  Formação Inicial de Dupla Certificação (FIDC): 135 educandos.

Para efeitos de perceção da escala por parte dos educandos foi introduzido em cada questionário uma imagem “smile”, que associa uma expressão facial aos diversos níveis de concordância ordenados segundo a escala:



Para efeitos de tratamento de informação, e atendendo ao volume de dados em análise, foram agregados os itens por perceção negativa que integra as respostas “discordo totalmente” e

“discordo”, e percepção positiva que integra as respostas “concordo totalmente” e “concordo”.

Nos gráficos abaixo apresentam-se apenas os valores de concordância em relação a cada uma das questões colocadas.

Vejamos, então, os resultados obtidos nas variáveis mais significativas para a análise da satisfação dos educandos.

Ensino

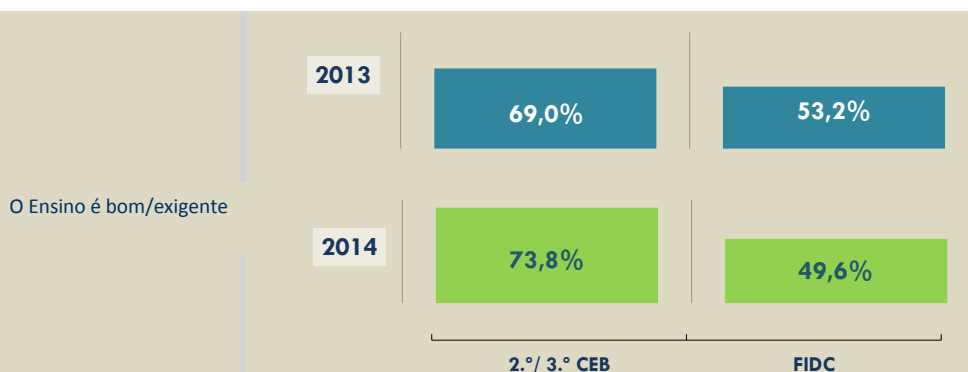


Gráfico III – Percepções positivas dos educandos quanto à exigência do ensino.
Fonte: DAC/UEF, 2015

No que diz respeito à qualidade do ensino na CPL, I.P., o reconhecimento dos educandos que frequentam o 2.º e 3.º CEB, relativamente à qualidade e grau de exigência do ensino é claramente positivo (73,8%), por outro lado, a percepção dos educandos que frequentam a FIDC surge de forma menos consensual, pois apenas metade dos educandos reconhecem esta mesma qualidade. Da comparação dos resultados obtidos em 2014, relativamente a 2013, constata-se um acréscimo na percepção positiva dos educandos do 2.º e 3.º CEB (4,8%) e uma diminuição face aos educandos da FIDC (3,6%).

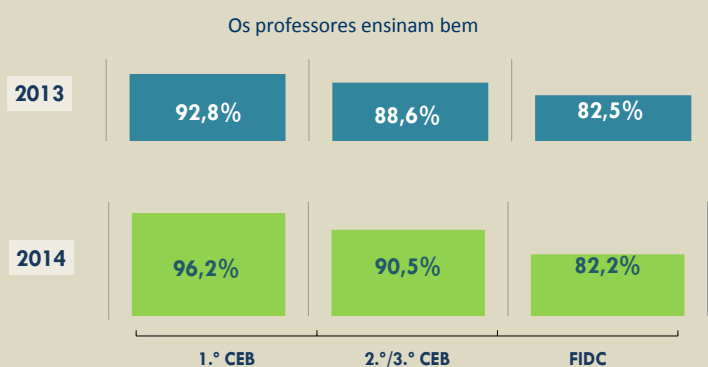


Gráfico IV – Percepções positivas dos educandos quanto ao desempenho dos professores.
Fonte: DAC/UEF, 2015

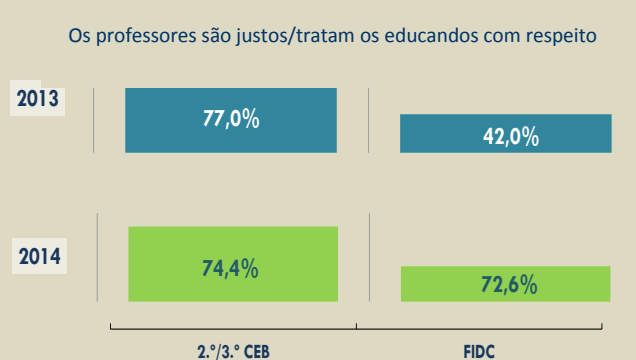


Gráfico V – Percepções positivas dos educandos quanto ao desempenho dos professores
Fonte: DAC/UEF, 2015

Verifica-se, igualmente, relativamente ao desempenho dos professores, o amplo reconhecimento dos educandos do ensino básico e da formação inicial de dupla certificação, mais acentuado no 1.º CEB (96,2%) e 2.º e 3.º CEB (90,5%) e ainda com valores expressivos nas FIDC (82,2%). Saliente-se, relativamente ao ano 2013, o acréscimo no 1.º CEB (3,4%) e no 2.º e 3.º CEB (1,9%). Embora exista um decréscimo, não significativo, na FIDC (0,3%), os educandos da referida resposta formativa (72,6%) consideram, no entanto, que os professores são justos/tratam os educandos com respeito, existindo um acréscimo significativo (30,6%), relativamente ao ano 2013.

Espaços físicos

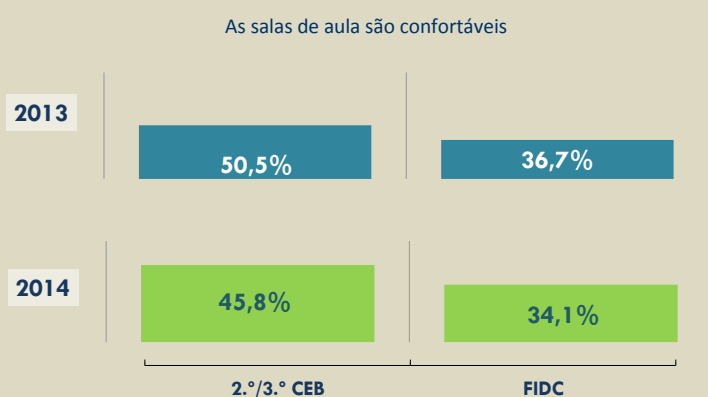


Gráfico VI – Percepções positivas dos educandos quanto às salas de aula.
Fonte: DAC/UEF, 2015

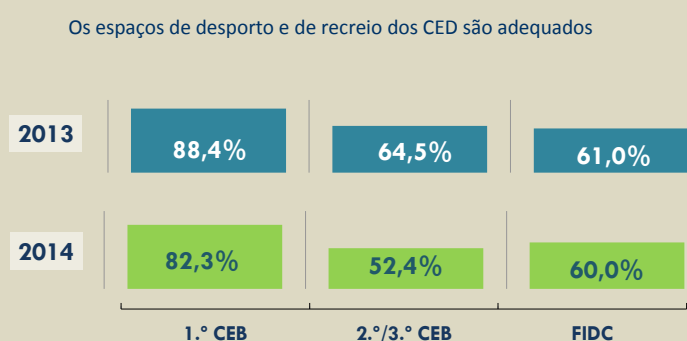


Gráfico VII – Percepções positivas dos educandos quanto aos espaços de recreio e desporto
Fonte: DAC/UEF, 2015

De uma maneira global, as opiniões quanto à adequabilidade dos espaços, são menos favoráveis do que nas outras variáveis em consulta. Assim, menos de metade dos educandos do 2.º e 3.º CEB (45,8%) e dos educandos da FIDC (34,1%) consideram confortáveis as salas de aulas, situação que se agudizou em relação aos valores obtidos em 2013. Quanto aos espaços de desporto e recreio dos CED, o mesmo colhe a opinião favorável de 82,3% dos educandos do 1.º CEB, 52,4% dos educandos do 2.º e 3.º CEB e 60,0% dos educandos da FIDC. A percepção dos educandos, já positiva em 2013 (88,4% para os educandos do 1.º CEB, 64,5% para os educandos do 2.º e 3.º CEB e 61,0% para os educandos da FIDC) manteve-se positiva em 2014, com um ligeiro decréscimo.

Serviços prestados

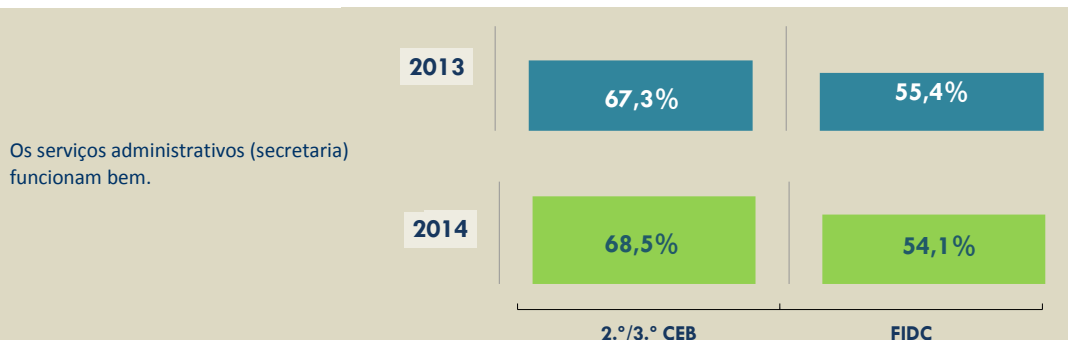


Gráfico VIII – Percepções positivas dos educandos quanto ao funcionamento dos serviços administrativos.
Fonte: DAC/UEF, 2015

No que diz respeito ao funcionamento dos serviços administrativos dos CED, a percepção dos educandos do 2.º e 3.º CEB (68,5%) e dos educandos da FIDC (54,1%) é positiva. Para os educandos do 2.º e 3.º CEB, esta tendência, relativamente ao ano 2013, aumentou ligeiramente (1,2%).

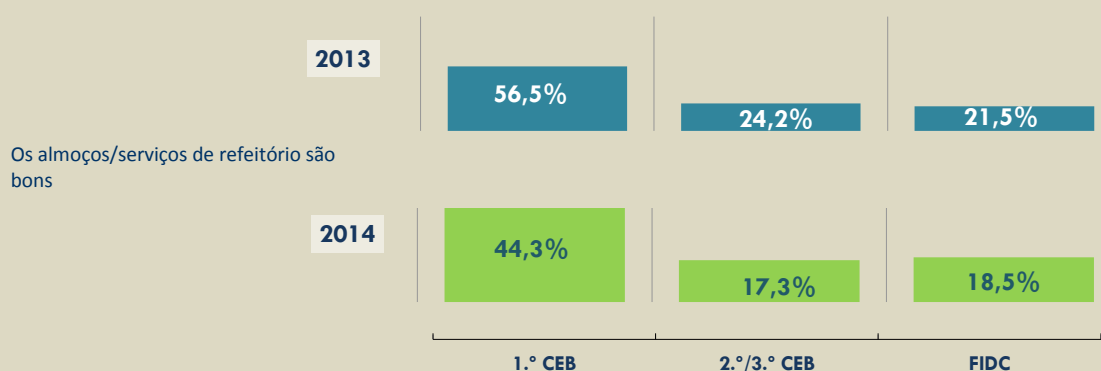


Gráfico IX – Percepções positivas dos educandos quanto às refeições e serviços de refeitório.
Fonte: DAC/UEF, 2015

Ainda sobre outro tipo de apoio concedido aos educandos, as refeições, as taxas de satisfação são tendencialmente mais negativas por contraponto aos elevados níveis identificados noutras vertentes da vida dos CED.

Efetivamente, os educandos não têm uma opinião positiva sobre os almoços, pois apenas 44,3% dos educandos do 1.º CEB, 17,3% dos educandos do 2.º e 3.º CEB e 18,5% dos educandos da FIDC consideram boas as refeições servidas. Refira-se que no ano 2013, com exceção dos educandos do 1.º CEB, a opinião sobre os almoços já não era favorável.

Articulação escola – família

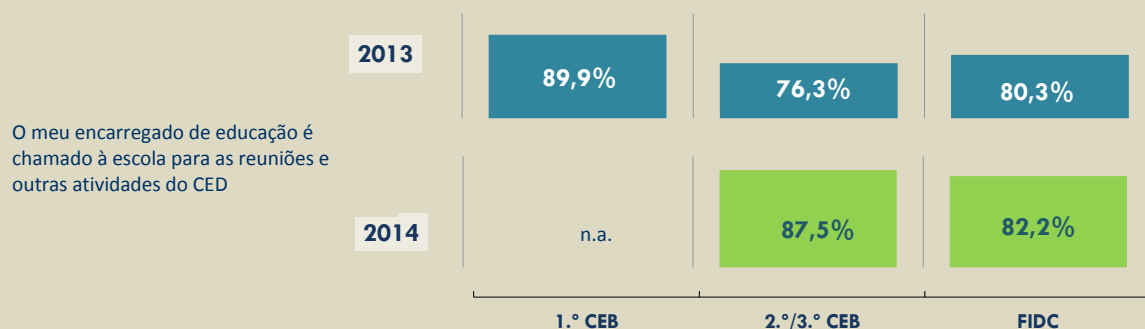


Gráfico X – Percepções positivas dos educandos quanto à ligação feita com a família.
Fonte: DAC/UEF, 2015

Mais uma vez, a leitura dos dados recolhidos junto dos educandos revelam elevados níveis de satisfação, desta vez com uma das questões mais sensíveis que é a abertura da escola à participação da família.

Efetivamente, 87,5% dos educandos do 2.º e 3.º CEB referem que os pais são chamados ao CED para as reuniões e também para participarem em atividades, percepção que é de certa forma corroborada pelos educandos da FIDC (82,2%). A percepção dos educandos, já positiva em 2013, manteve-se positiva em 2014, com um acréscimo nos resultados obtidos.

Releve-se a participação dos encarregados de educação dos educandos da FIDC que, pelo facto destes serem mais velhos, o que poderia fazer supor um maior afastamento dos encarregados de educação e, conseqüentemente, um menor esforço de envolvimento por parte das equipas do CED, na prática esse afastamento não acontece.

Sentimento de segurança

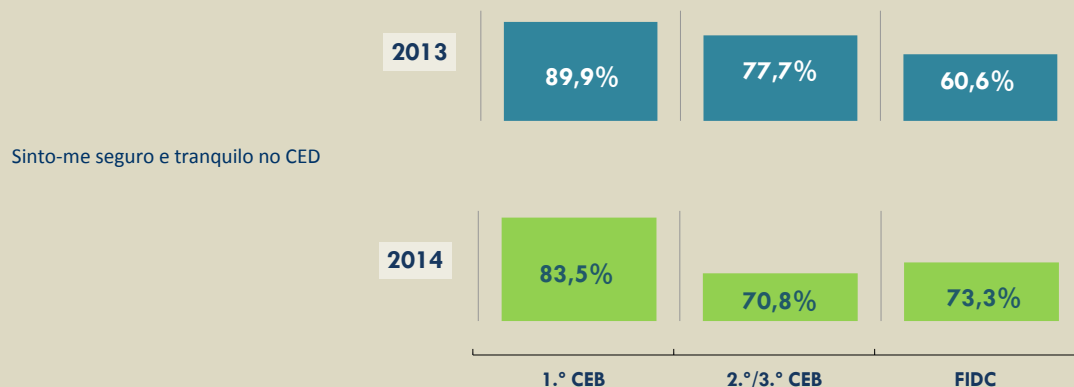


Gráfico XI – Percepções positivas dos educandos quanto ao sentimento de segurança no CED
Fonte: DAC/UEF, 2015

De uma forma global, a percepção dos educandos, quanto ao clima de segurança do CED, é positiva (83,5% para os educandos do 1.º CEB, 70,8% para os educandos do 2.º e 3.º CEB e 73,3% para os educandos da FIDC), sendo marcante nos educandos mais jovens. Refira-se que no ano 2013, a opinião dos educandos sobre esta questão já era favorável, pois 89,9% dos educandos do 1.º CEB, 77,7% dos educandos do 2.º e 3.º CEB e 60,6% dos educandos da FIDC mencionaram que se sentem seguros no CED.

Sentimento de pertença

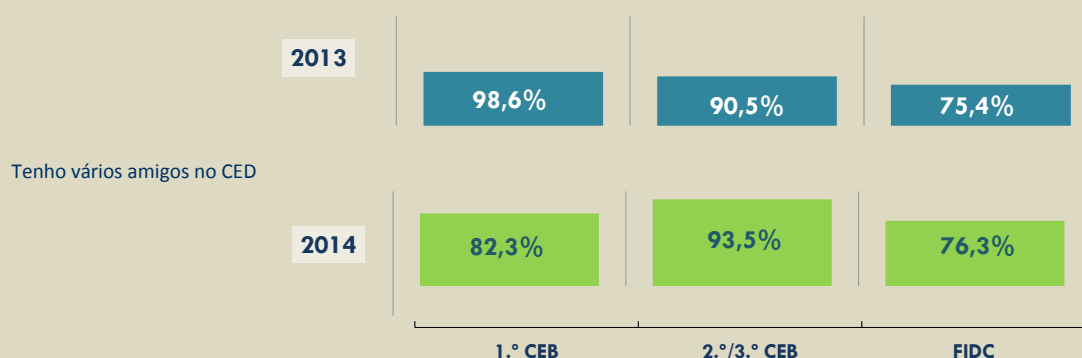


Gráfico XII – Percepções positivas dos educandos quanto à rede informal de suporte
Fonte: DAC/UEF, 2015

A percepção dos educandos sobre a rede informal de suporte que têm no CED, nomeadamente sobre o seu círculo de amizades, é positiva, sendo que mais de 80% dos educandos mais novos (1.º ao 3.º CEB) têm amigos no CED, descendo para 76,3%, relativamente aos educandos da FIDC.

A percepção dos educandos, já positiva em 2013 (98,6% para os educandos do 1.º CEB, 90,5% para os educandos do 2.º e 3.º CEB e 75,4% para os educandos da FIDC) manteve-se positiva em 2014, com acréscimos de 3,0% para os educandos do 2.º e 3.º CEB e de 0,9% para os educandos da FIDC.

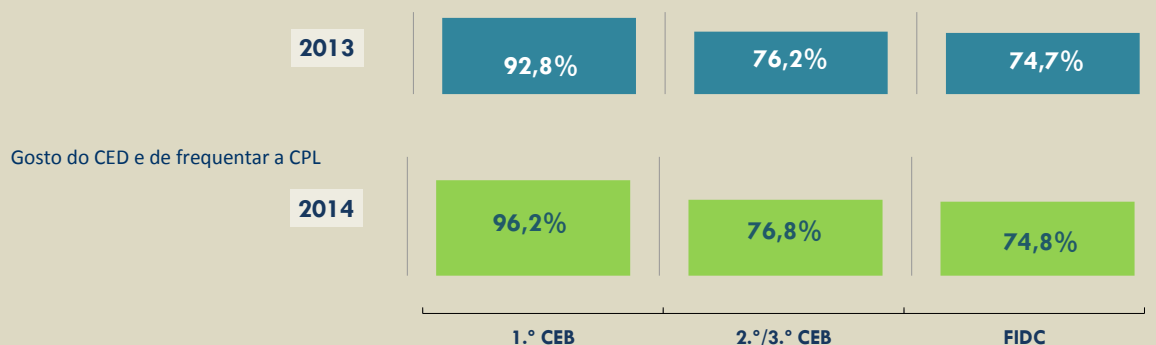


Gráfico XIII – Percepções positivas dos educandos quanto ao CED e à CPL
Fonte: DAC/UEF, 2015

É notável o nível de satisfação verificado entre os educandos que frequentam a CPL, I.P., principalmente nos educandos do 1.º CEB, pois 96,2% destes educandos referiram gostar do CED e de frequentar a CPL, I.P.

Embora com valores de satisfação menos expressivos, mesmo nos últimos anos de frequência e entre os educandos mais velhos, logo com maior capacidade crítica, mais de 70% dos jovens que frequentam a FIDC (74,8%) mencionaram gostar do CED e de frequentar a CPL, I.P.










Mais uma vez, a leitura dos dados recolhidos junto dos educandos apontam para elevados níveis de satisfação, pois já em 2013 os resultados obtidos foram bastante positivos, com 92,8% dos educandos do 1.º CEB, 76,2% dos educandos do 2.º e 3.º CEB e 74,7% dos educandos da FIDC a revelarem agrado pelo CED e pela CPL, I.P.

5.2. Satisfação dos educandos do Acolhimento Residencial

Tendo presente o bem-estar e desenvolvimento integral das crianças e jovens em acolhimento residencial na CPL, I.P. e no sentido de aferir a opinião dos próprios face à resposta acolhimento residencial, foi construído um questionário de satisfação a ser aplicado aos educandos que se encontram aos cuidados da Instituição (Casa de Acolhimento Temporário (CAT); Residências de Acolhimento (RA); RA de Intervenção Parental, Residências de Pré Autonomia (RPA) e Lar de Apoio (LA).

As quarenta perguntas que constituem o questionário foram agrupadas em 9 dimensões, por forma a focar e objetivar a análise dos dados por áreas primordiais da intervenção desenvolvida com cada educando em acolhimento residencial, a saber:



-  Satisfação geral dos educandos face ao acolhimento;
-  Condições físicas da RA (espaço, limpeza e conforto);
-  Integração e acompanhamento inicial;
-  Quotidiano na RA (tarefas, horários, acompanhamento diário, lazer, participação...);
-  Contactos com a família;
-  Respeito pela privacidade e individualidade;
-  Acompanhamento escolar;
-  Cuidados de saúde;
-  Sentimento de bem-estar e segurança.

Caracterização da população

Sendo previsível abranger 173 educandos, o questionário foi preenchido por um total de 153 crianças/jovens, o que corresponde a uma taxa de resposta de 88%. Assim, 20 educandos não participaram nesta recolha por diversos motivos: Ausências sem autorização (em fuga); Mobilidade temporária para outra instituição; Regresso tardio à RA por atividade laboral ou extracurricular; Desistência e/ou recusa do preenchimento do questionário; Educandos na família por se encontrarem em preparação de fase de transição ou em recusa em permanecer no acolhimento; Sem condições emocionais para efetuar o preenchimento (por indicação da equipa responsável); Participação no pré-teste do questionário.

Dos 153 educandos que preencheram os questionários de satisfação, 65,4% são do sexo masculino e 30,1% do sexo feminino. A maioria dos educandos inquiridos tem 15 ou mais anos (56,2%), seguindo-se a faixa etária entre os 10 e os 14 anos (34,6%).

Análise dos dados

Para a análise dos dados estatísticos recorreu-se à ferramenta *software* aplicado *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) 18.0.

Para efeito de tratamento e análise de dados, tanto para a medição do indicador do processo R01 como para as dimensões do questionário, no item Taxa de Satisfação foram contabilizadas, por pergunta, as respostas com seleção do valor/escala 4-Concordo e 5-

Concordo totalmente. No que respeita às dimensões, foi igualmente apurada a de Taxa de Satisfação, sendo para o efeito contabilizadas as respostas com a seleção do valor/escala 1-Discordo totalmente e 2-Discordo. Para este apuramento de dados não foi considerada a resposta: 3-Não discordo nem concordo, por não traduzir uma opinião avaliativa.

Satisfação dos educandos com o acolhimento

Com vista a medir o indicador taxa de satisfação da criança/jovem com o acolhimento, foi introduzida no questionário uma pergunta específica e diretiva relativa à satisfação geral dos educandos, concretamente: **“40. No geral estou satisfeito com a RA”**.

Os resultados obtidos revelaram que a taxa de satisfação dos educandos com acolhimento residencial da CPL, I.P. é de 66%. Comparativamente com o valor desejado em termos de meta do indicador de gestão (80%), o resultado fica aquém do desejado.

Condições físicas das Residências de Acolhimento (espaço, limpeza e conforto)

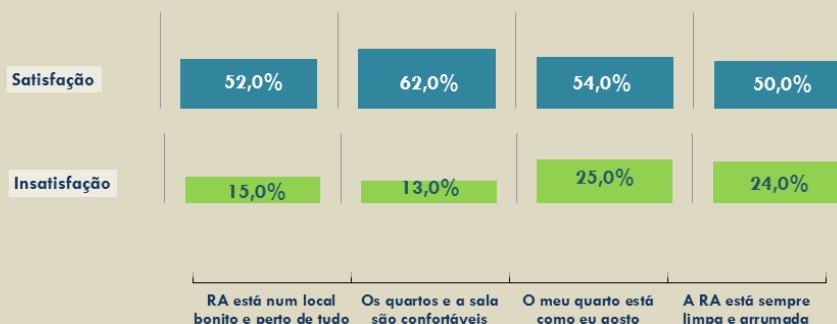


Gráfico XIV – Perceções dos educandos quanto às condições físicas das RA
Fonte: DAC/UASA, 2015

Mais de metade dos inquiridos (62%) estão satisfeitos com o conforto dos quartos e da sala. No entanto, 25% estão insatisfeitos com o facto dos quartos não estarem ao seu gosto, o que carece de ponderação e análise por parte dos cuidadores, considerando a importância da identificação com este espaço que, apesar de ser partilhado com outros educandos, é um espaço próprio/individual. De realçar ainda que 24% dos inquiridos estão insatisfeitos com a limpeza e arrumação da RA.

Integração e acompanhamento inicial

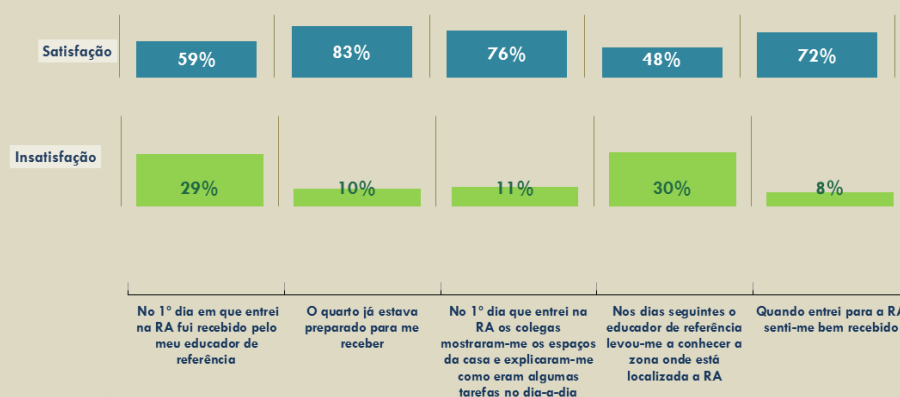


Gráfico XV – Percepções dos educandos quanto à integração e acompanhamento individual

Fonte: DAC/UASA, 2015

Na maioria das perguntas associadas a esta dimensão verifica-se que a taxa de satisfação se situa entre os 59% e os 83%.

O nível mais elevado de satisfação respeita ao facto do quarto já se encontrar preparado para receber o educando no dia do seu acolhimento. Ainda assim, 30% dos inquiridos mostram estar insatisfeitos com o facto de nos dias seguintes à entrada na residência, o educador de referência não ter promovido o conhecimento da zona onde está localizada a RA.

Destaca-se igualmente os 29% dos educandos que manifestaram a sua insatisfação quanto ao facto de não terem sido recebidos no primeiro dia de acolhimento pelo seu educador de referência.

De referir que muitas crianças/jovens acolhidas são designadas como fragmentadas e como não tendo uma ideia de continuidade de si próprias. Como forma de lhes dar uma visão de continuidade, é importante que o educador de referência interaja com ela como um todo, exercendo desta forma um papel terapêutico relevante pois permite-lhe ter um sentimento de continuidade na relação com o adulto de referência (Acolhimento Terapêutico: Pistas de intervenção para profissionais, Casa Pia de Lisboa, 2011).

Neste sentido, a execução dos procedimentos definidos no que concerne à fase de integração e acompanhamento inicial de um novo educando é essencial para a promoção do sentimento de segurança e bem-estar.

Quotidiano nas Residências de Acolhimento (tarefas, horários, acompanhamento diário, lazer, participação...)

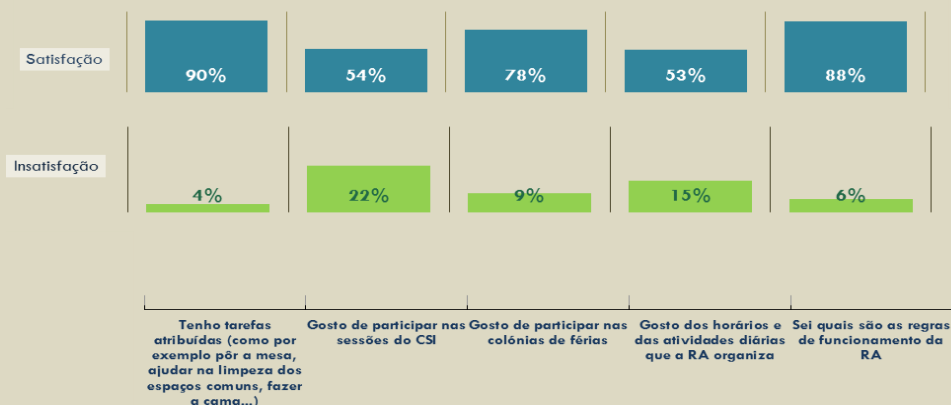


Gráfico XVI – Percepções dos educandos quanto ao cotidiano nas RA
Fonte: DAC/UASA, 2015

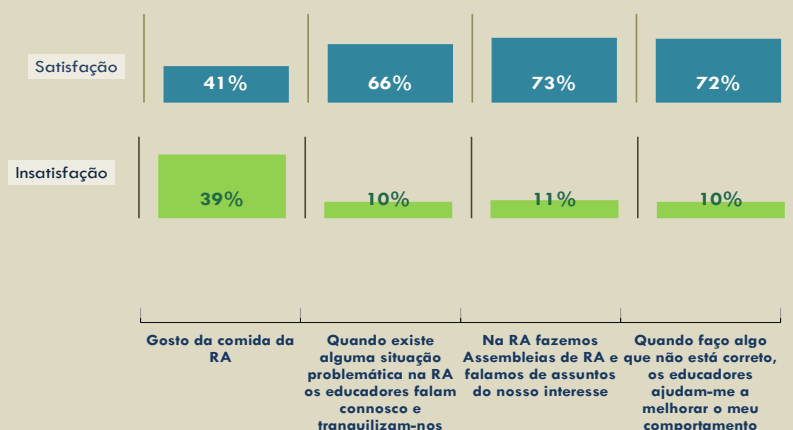


Gráfico XVII – Percepções dos educandos quanto ao cotidiano nas RA
Fonte: DAC/UASA, 2015

Garantir uma rotina diária bem planeada e previsível cria a oportunidade para oferecer um ambiente contendor e terapêutico às crianças e jovens acolhidos. É pois importante que estas participem nas rotinas do quotidiano, as quais vão contribuir para a boa organização e autorregulação da criança/jovem, desempenhando um papel terapêutico para a mesma e para o grupo (Acolhimento Terapêutico: Pistas de intervenção para profissionais, Casa Pia de Lisboa, 2011).

Assim, a este nível, os dados mostram que 90% dos educandos têm tarefas atribuídas e são conhecedores dessas mesmas tarefas. Dos 153 inquiridos, 88% afirmam conhecer bem as regras de funcionamento da unidade de acolhimento e 53% gostam dos horários e das atividades diárias disponibilizadas.

Destaca-se ainda como valor significativo que 78% dos educandos gostam de participar nas colónias de férias.

Identifica-se uma acentuada insatisfação dos educandos no que concerne à alimentação servida na RA, com 39% dos inquiridos insatisfeitos.

Contactos com a família

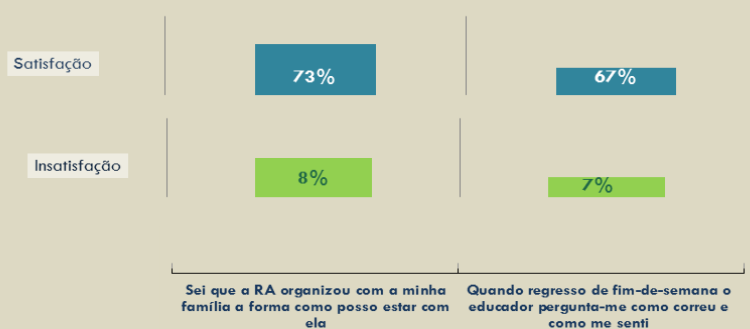


Gráfico XVIII – Percepções dos educandos quanto aos contactos com a família
Fonte: DAC/UASA, 2015

No que se refere aos contactos com a família, a maioria dos educandos, 73%, é conhecedor do modo como a unidade de acolhimento organiza/organizou estes contactos. Extrai-se ainda que 67% dos inquiridos sentem que o educador que os recebe após estes contactos familiares se preocupa em saber como decorreu esse período.

Podemos pois concluir que as crianças/jovens acolhidas sentem que está salvaguardado o seu direito a manter regularmente contactos pessoais com a família e com pessoas com quem tenham especial relação afetiva. Podemos igualmente concluir que o conhecimento da organização e gestão dos contactos com a família transmite aos educandos previsibilidade e segurança, indispensável para a promoção de uma mudança interiorizada e sustentada.

Respeito pela privacidade e individualidade

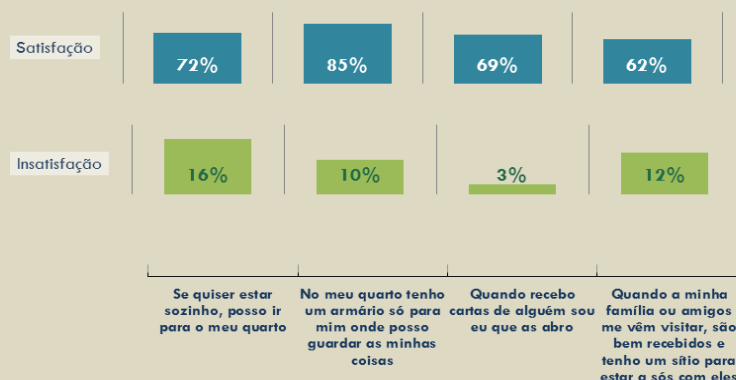


Gráfico XIX – Percepções dos educandos quanto ao respeito pela privacidade e individualidade
Fonte: DAC/UASA, 2015

Relativamente ao respeito pela privacidade e individualidade de cada educando, verifica-se que a generalidade dos participantes, 85%, referem ter um armário individual no seu quarto onde podem guardar os seus pertences.

Constata-se igualmente que nas restantes questões que compõem esta dimensão, a taxa de satisfação é maioritária no que concerne à privacidade e individualidade. Concretamente, 69% dos educandos afirmam que quando recebem correspondência são os próprios que a abrem e 62% afirmam que quando têm visitas (família ou amigos) tem um espaço para estarem a sós.

Apesar de 72% dos inquiridos afirmar que se quiser estar sozinho no seu quarto tal é-lhe proporcionado, 16% dos inquiridos manifestam insatisfação neste âmbito.

Acompanhamento escolar

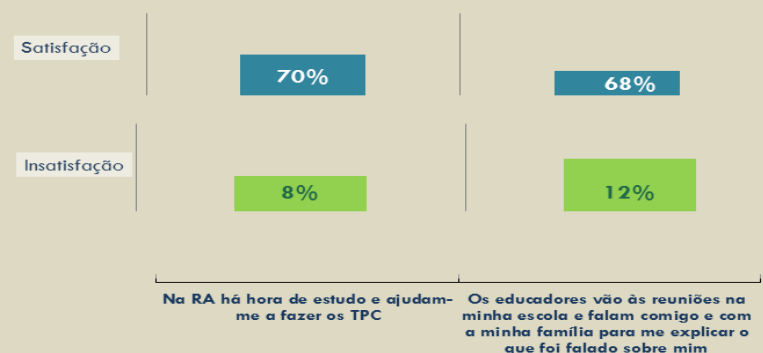


Gráfico XX – Percepções dos educandos quanto ao acompanhamento escolar
Fonte: DAC/UASA, 2015

A maioria dos educandos acolhidos, concretamente 70%, têm rotinas de estudo interiorizadas e sentem que os educadores os ajudam a fazer os trabalhos de casa. Igualmente a maioria, 68% consideram que os educadores acompanham o seu percurso escolar e explicam, tanto aos educandos como às suas famílias, os resultados das reuniões com a escola. Contudo, 12% revela insatisfação face ao acompanhamento da sua vivência e percurso escolar.

Assim, a partir dos resultados obtidos tanto nesta dimensão, como na dimensão relativa ao quotidiano e aos cuidados de saúde, pode concluir-se que a intervenção desenvolvida pelas RA da CPL está a assegurar o direito dos educandos a receber uma educação que garanta o desenvolvimento integral da sua personalidade e potencialidades, sendo-lhes asseguradas a prestação dos cuidados de saúde, formação escolar e profissional e a participação em atividades culturais, desportivas e recreativas - artigo 58º, alínea b), da Lei nº 147/99, de 1 de Setembro.

Cuidados de saúde

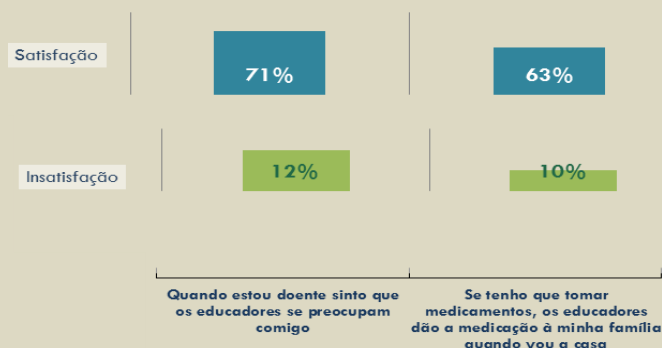


Gráfico XXI – Perceções dos educandos quanto aos cuidados de saúde
Fonte: DAC/UASA, 2015

No que respeita aos cuidados de saúde, verifica-se que 71% dos educandos sentem que os educadores se preocupam com o seu estado de saúde. Todavia e ainda relativamente a esta pergunta 12% dos inquiridos não sentem que os educadores se preocupam com eles quando estão doentes.

No que concerne à administração de medicação, 63% dos educandos consideram que quando se deslocam a casa da família, a medicação é entregue à mesma para que o educando possa continuar a toma durante o período que se encontra fora.

Sentimento de bem-estar e segurança

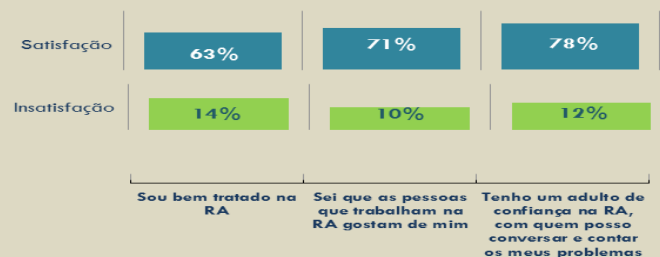
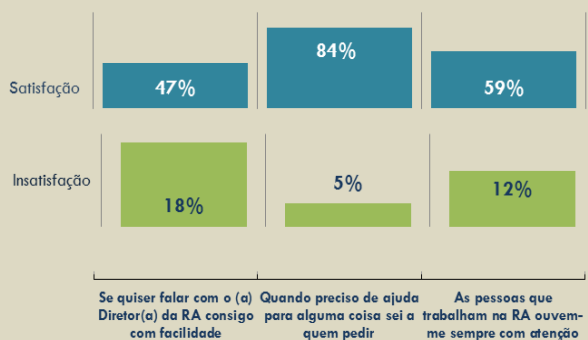
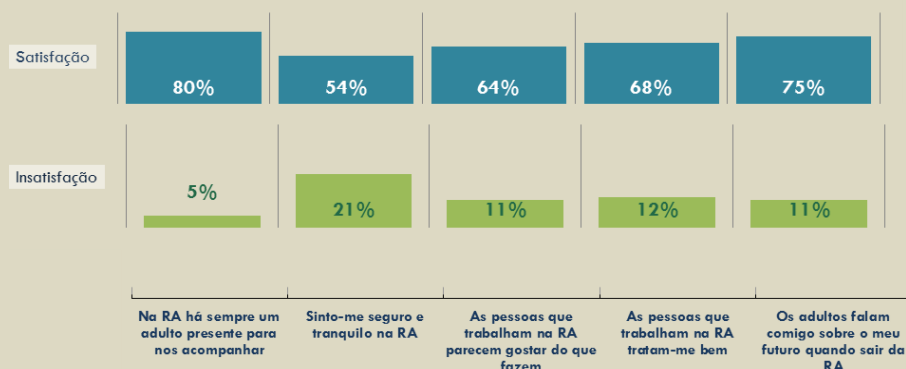


Gráfico XXII – Perceções dos educandos quanto ao sentimento de bem estar e segurança
Fonte: DAC/UASA, 2015

No que se refere ao sentimento de bem-estar e segurança, 84% dos educandos consideram que quando necessitam de ajuda sabem a quem solicitar e 80% afirmam que está sempre presente um adulto na RA.





Destaca-se igualmente o facto de 78% dos inquiridos referirem que têm um adulto de confiança na RA, com quem podem conversar e contar os seus problemas e 71% sentem que “as pessoas que trabalham na RA gostam de mim”. Dos 153 educandos inquiridos 75% estão satisfeitos com o facto dos adultos falarem com eles sobre o seu futuro quando saírem da RA.

Destaca-se o valor de 21% de educandos que referem não se sentirem seguros nem tranquilos na RA. Destaque ainda para o baixo nível de satisfação revelado pelos educandos, sobre a facilidade de acesso ao diretor da unidade de acolhimento (apenas 47%).

6] Avaliação do sistema de controlo interno e reforço de desempenho

A consolidação do Sistema de Controlo Interno (SCI) da CPL, I.P. ao longo do ano de 2014 traduziu-se na aposta da Instituição no desenho de uma plataforma de planeamento e de controlo de gestão de informação que permite a recolha e o acompanhamento dos indicadores de desempenho da Casa.

Com a implementação a decorrer desde o início do ano de 2015, o Sistema de Informação de Planeamento e de Controlo (SPC) permite a recolha e monitorização *on-line* de indicadores de quatro áreas, concretamente:

-  Plano Estratégico 2015-2018 e consequentemente do QUAR e Plano de Atividades de 2015;
-  Indicadores de Gestão trimestrais;
-  *Benchmarking* interno;
-  Indicadores de processo que integram o sistema de gestão da qualidade da CPL, I.P.

Em interação com o Sistema de Informação e de Gestão de Educandos (SIGE) foi igualmente possível conhecer trimestralmente a caracterização dos educandos que se encontram em Acolhimento Residencial, e a evolução da intervenção da Instituição do desenho e cumprimento dos seus projetos de vida.

Paralelamente foram igualmente recolhidos de forma sistematizada indicadores que retratam o acompanhamento prestado pela Equipa de Inserção profissional (EIP) aos educandos, quer em termos de formação em contexto de trabalho em entidades externas, quer mesmo em acompanhamento após o término do seu percurso formativo.






À semelhança dos anos anteriores, e numa lógica integrada e participativa de planeamento, procedeu-se metodologicamente à fixação de metas nos diversos *Workshops* realizados por

grandes áreas de intervenção da CPL, IP, e posteriormente cada Unidade Orgânica procedeu à programação de atividades para concretização dos objetivos operacionais da sua responsabilidade, aprovados em sede de PA 2014.

A publicação do Mapa Índice Evolutivo do Plano de Atividades e em articulação com o SIADAP 1, 2 e 3 possibilitou a avaliar o desempenho organizacional no domínio da missão, em paralelo com os objetivos definidos para as áreas de a gestão dos recursos humanos e financeiros, e com o desenvolvimento organizacional.

A publicação de indicadores de gestão permitiu acompanhar a evolução dos grandes números da Instituição, antecipando as medidas corretivas necessárias à redução dos desvios às linhas de orientação estratégica definidas.

Metodologicamente o sistema de controlo interno assegura o cumprimento de uma rotina mensal, integrando as recolhas de informação e de parecer dos órgãos consultivos e de gestão internos, de acordo com os procedimentos descritos no Quadro I.

| O Sistema de Controlo Interno da CPL, I.P. publica: | | Calendarização |
|--|--|--|
|  Monitorização do PA  Indicadores de Benchmarking  Indicadores de Gestão  Indicadores de Processo | Ficha de Monitorização do PA Ficha de Monitorização dos IG Ficha de Monitorização dos IP Grelhas de recolha de Benchmarking | 1º dia do mês: DAC/PLAN remete às UO Até dia 10º do mês: Devolução ao DAC/PLAN |
| | Mapa Índice Evolutivo do PA <i>Executive Dashboard</i> e Grandes Números | Até ao 20º dia do mês:  DAC/PLAN remete às UO após aprovação Última terça-feira de cada mês/trimestralmente: apreciação em Conselho Institucional |
| | | |

Quadro I - Calendarização de atividades de monitorização, controlo e avaliação
 Fonte: Circular Informativa 5/2013, de 13 de março

A consistência do SCI da CPL, I.P. em resultado desta rotina instituída internamente encontra-se detalhada por áreas no anexo VII, que sintetiza a análise das respostas ao questionário disponibilizado pelo CCAS³.

| Consolidação do Sistema de Controlo Interno | | Taxa de resposta |
|--|---|-------------------------|
| | Ambiente de controlo | 100% |
| | Estrutura organizacional | 100% |
| | Atividades e procedimentos de controlo administrativo implementados na CPL, I.P. | 100% |
| | Fiabilidade dos Sistemas de informação | 100% |

Tabela XI - Avaliação do SCI da CPL, I.P. em 2014

Fonte: DAC/PLAN, Análise das respostas ao questionário do CCAS sobre avaliação do SCI – mar. 2015

7] Fiabilidade do sistema de indicadores de desempenho

O sistema de indicadores de desempenho da CPL, I.P. conta anualmente com a validação promovida pela realização de ações de auditoria interna e externa que permitem avaliar a comparabilidade, compreensibilidade, e fiabilidade à informação de gestão que constitui o *input* para o apuramento dos indicadores que integram as publicações regulares da instituição.

A tabela XII sintetiza as diversas iniciativas e ações que ao longo de 2014 contribuíram para a fiabilidade do sistema de indicadores de desempenho da CPL, I.P.

| Ações para assegurar a fiabilidade do sistema de indicadores de desempenho da CPL, I.P. em 2014 | Auditorias/controlos externos | 1 |
|--|--|----------|
| | Auditorias internas aos requisitos da NP ISO 9001 | 4 |
| | Auditorias Financeiras | 2 |
| | | |





Tabela XII - Medidas de reforço da fiabilidade dos indicadores de desempenho da CPL, I.P. em 2014

Fonte: DAC/PLAN, Indicadores de Gestão – mar. 2015
UQA, Controlo do programa anual de auditorias internas – mar. 2015



³2010, GT CCAS- rede GPEARl, Avaliação dos Serviços, Linhas de orientação gerais Documento técnico nº 1

Nestes termos, em 2014 foi realizada uma auditoria externa pelo Programa Operacional de Assistência Técnica do Fundo Social Europeu ao Projeto n.º 401402011 – “Surdocegueira – Um Modelo de Intervenção”.

Em termos internos, os trabalhos de auditoria incidiram sobre a conformidade dos processos/subprocessos que integram o Sistema de Gestão da Qualidade da Instituição com os requisitos da NP EN ISO 9001, concretamente:

-  Processo R01 Acolhimento residencial e familiar/subprocessos Promoção do suporte familiar, Acompanhamento escolar e Cuidados básicos e Processo S03 Gestão da saúde, higiene e segurança /Normas e procedimentos relativos à intervenção dos CED no âmbito da saúde dos educandos da CPL, I.P.;
-  Processo R01 Acolhimento residencial e familiar/subprocesso Promoção do suporte familiar: Levantamento das situações jurídicas das crianças e jovens acolhidos na CPL, I.P. e cruzamento das mesmas com visitas/contactos com familiares/pessoas de referência;
-  Processo R07 2.º CEB/subprocesso Planeamento pedagógico e processo R11 Formação inicial de dupla certificação/Elaboração de horários para os diferentes atores: Verificar a implementação do processo de acordo com os procedimentos definidos, a regulamentação produzida pela CPL, I.P. e com o referencial normativo NP EN ISO 9001;
-  Processo G06 Gestão do conhecimento e da inovação/subprocesso gestão de projetos: Verificar a implementação do subprocesso - Gestão de projetos, de acordo com os procedimentos definidos e com o referencial normativo NP EN ISO 9001, e a vertente financeira/gestão dos projetos SAMA e PCDI em execução;

No domínio da auditoria financeira foram realizadas duas ações que incidiram sobre:

-  Vencimentos: Verificar a aplicação das medidas de redução remuneratória, previstas na lei geral do Orçamento para 2014, no que concerne a vencimentos e outros abonos.
-  Receitas: Levantamento dos processos e processamentos relativos às receitas

A estas ações de auditoria acresce a verificação anual aos sistemas e Controlo Financeiro à Conta de 2014 por parte do Fiscal Único, que emitiu sem reservas a Certificação Legal de Contas (anexo VIII).

8] Audição dos dirigentes intermédios e demais colaboradores

Taxas globais de participação

A taxa global de participação foi de 88%, revelando um aumento de 18% face aos valores apurados relativamente a 2013.

| | N.º Respostas | |
|------------------------|---------------|------|
| | 2013 | 2014 |
| Total Respostas | 392 | 390 |
| Não Respostas | 167 | 52 |
| Total Amostra | 559 | 442 |

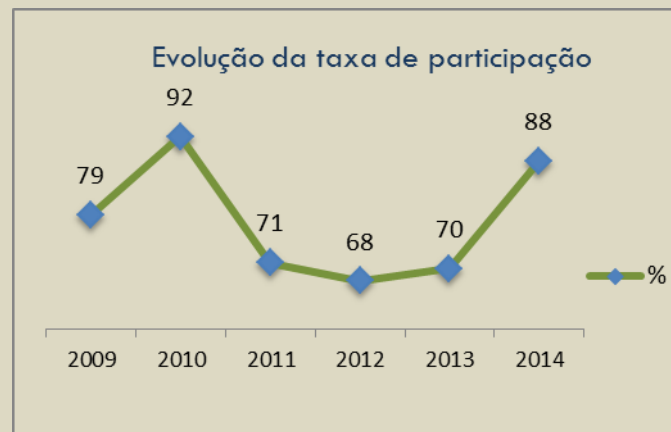


Gráfico XXIII - Taxas de resposta dos colaboradores da CPL, I.P. em 2013/2014
 Fonte: URH Autoavaliação, Grau de satisfação dos colaboradores da Casa Pia de Lisboa, I.P. (2014)
 – mar. 2015

A escala do questionário apresenta-se segundo os seguintes níveis de avaliação:



Taxa global de satisfação

A satisfação global dos colaboradores com a CPL,I.P. tem uma média geral de 3,35, representando um ligeiro decréscimo face aos valores obtidos no ano transato (3,41).

Conforme se verifica no gráfico seguinte, os itens avaliados individualmente no âmbito da satisfação global com a Instituição apresentam uma média de respostas que varia entre o 3,8 e o 2,9, de acordo com a escala definida para o efeito.

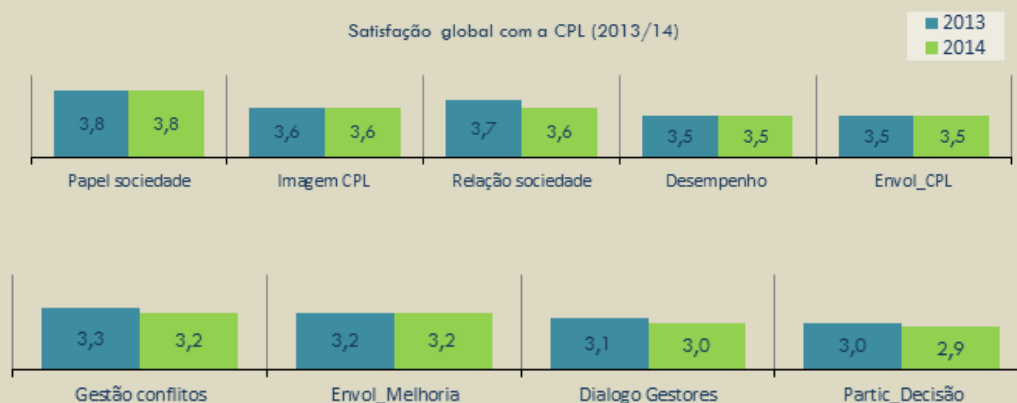


Gráfico XXIV - Satisfação global dos colaboradores com a CPL I.P. em 2013/2014
 Fonte: URH, Autoavaliação, Grau de satisfação dos colaboradores da Casa Pia de Lisboa, I.P. (2014)
 – mar. 2015

Em traços gerais, a análise revela que os colaboradores estão pouco satisfeitos com a oportunidade de participação nos processos de tomada de decisão (2,9), com os mecanismos de consulta e diálogo entre colaboradores e gestores (3,0), com o envolvimento em atividades de melhoria (3,2), com a informação disponibilizada no que respeita aos processos de tomada de decisão (3,2) e com a forma como a CPL gere os conflitos de interesses (3,2).

Pelo contrário, revelam-se satisfeitos com o papel desempenhado pela CPL, I.P. na sociedade (3,8), com a imagem da Instituição (3,6) e com o seu relacionamento com os cidadãos e sociedade (3,6).

Satisfação com a gestão e sistemas de gestão

Os colaboradores revelam um grau de satisfação com a gestão e os sistemas de gestão na ordem dos 3,2. Na avaliação da dimensão de satisfação com a gestão e sistemas de gestão, assinala-se que os itens que apresentam as médias mais altas se mantêm face aos do ano anterior, embora com valores ligeiramente mais baixos num deles:

- Aptidão da liderança de gestão intermédia para conduzir a CPL, I.P. (entendida no âmbito deste projeto como sendo as direções dos CED/Serviços ou Unidades Orgânicas) (3,6) e Aptidão da gestão intermédia para comunicar (3,6).

No referente à gestão e sistemas de gestão, os pontos com avaliação mais baixa dos colaboradores dizem respeito à forma como o sistema de avaliação de desempenho foi implementado (2,9) e às medidas implementadas de reconhecimento dos esforços individuais (2,9) e de grupo (3,0).

Regista-se, comparativamente a 2013, uma ligeira melhoria da avaliação dos itens postura da CPL, I.P. face à modernização e mudança (3,4), definição de objetivos (3,3), recompensa dos esforços individuais (3,1) e recompensa dos esforços de grupo (3,1).

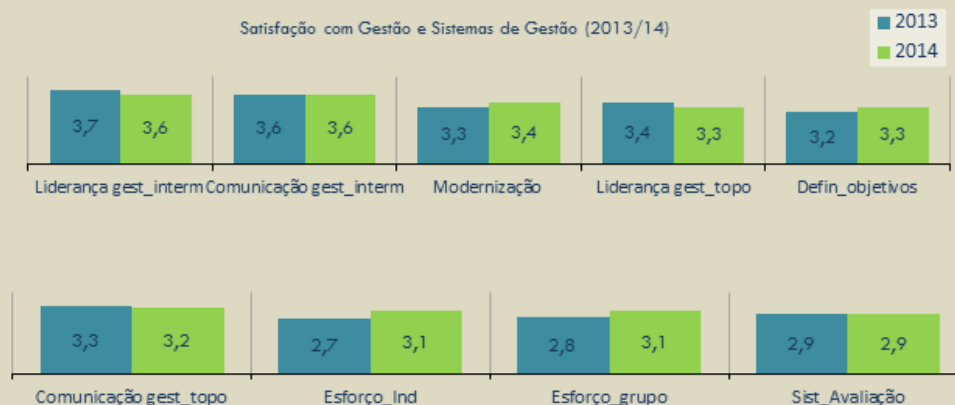


Gráfico XXV - Satisfação com a gestão e sistemas de gestão da CPL, I.P. em 2013/2014
 Fonte: URH, Autoavaliação, Grau de satisfação dos colaboradores da Casa Pia de Lisboa, I.P. (2014)
 – mar. 2015

Face aos dados apurados, conclui-se que os colaboradores da CPL, I.P. estão, em geral, pouco satisfeitos com a gestão e sistemas de gestão, apesar dos incrementos registados na avaliação de alguns dos pontos.

Satisfação com as condições de trabalho

No que respeita à satisfação dos colaboradores com as condições de trabalho, a média situa-se nos 3,27, verificando-se uma ligeira redução face aos valores apurados em 2013 (3,28).

Os dados referentes a 2014 revelam que os colaboradores apresentam maior grau de satisfação com o ambiente de trabalho (3,7), com o sistema de controlo de assiduidade (3,6) e com a possibilidade de conciliar o trabalho com assuntos relacionados com a saúde (3,5).

Pelo contrário, os colaboradores apontam como menos satisfatórios a compensação do trabalho extraordinário (2,8), a igualdade de oportunidade nos processos de promoção (3,0), a igualdade de tratamento na CPL, I.P. (3,1) e a duração do período normal de trabalho diário/semanal (3,1).

Face ao ano anterior, e nos itens onde é possível estabelecer comparações, os valores registados em 2014 seguem a mesma tendência do ano passado, à exceção das questões sobre

o horário de trabalho e a possibilidade de conciliar o trabalho com a vida pessoal, onde se verifica um decréscimo da satisfação dos colaboradores.

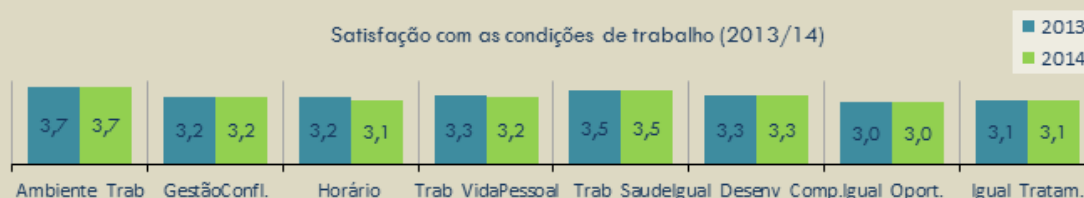


Gráfico XXVI - Satisfação com condições de trabalho na CPL, I.P. em 2013/2014

Fonte: URH, Autoavaliação, Grau de satisfação dos colaboradores da Casa Pia de Lisboa, I.P. (2014) – mar. 2015

Satisfação com o desenvolvimento da carreira

Esta dimensão obteve uma média de respostas na ordem dos 3,4, o que representa um pequeno incremento face aos valores globais de 2013.

Os dados recolhidos evidenciam que, no que respeita ao desenvolvimento da carreira, os colaboradores estão mais satisfeitos com o conhecimento que têm dos objetivos da CPL, I.P. (3,7) e com as ações de formação realizadas (3,6) e, por outro lado, menos satisfeitos com a promoção de mobilidade na CPL, I.P. (3,0) e com a política de gestão de recursos humanos existente na CPL, I.P. (2,9).

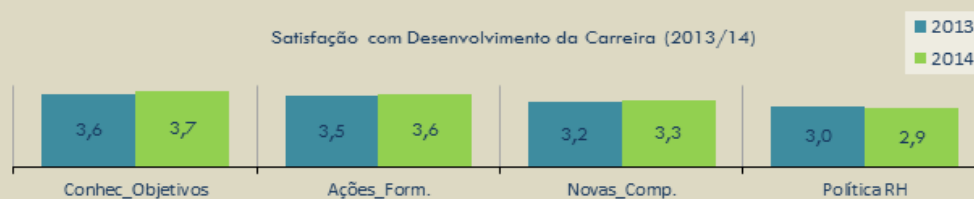


Gráfico XXVII - Satisfação com o desenvolvimento na carreira na CPL, I.P. em 2013/2014

Fonte: URH, Autoavaliação, Grau de satisfação dos colaboradores da Casa Pia de Lisboa, I.P. (2014) – mar. 2015

Comparativamente com o ano anterior, registam-se algumas melhorias na maioria dos itens em avaliação, à exceção da política de gestão de recursos humanos existente na CPL, I.P. que se revela, em termos médios, menos satisfatória para os colaboradores.

Nível de Motivação

Esta dimensão tem apresentado nos últimos anos, tendencialmente, uma avaliação superior face às restantes dimensões em análise.

Os valores apurados relativamente a 2014 permitem confirmar a manutenção desta tendência, com os colaboradores motivados em todos os domínios, representando uma média global de satisfação de 3,9.

Destacam-se os níveis de motivação para desenvolver trabalho em equipa (4,0), aprender novos métodos de trabalho (3,9) e participar em ações de formação (3,9).

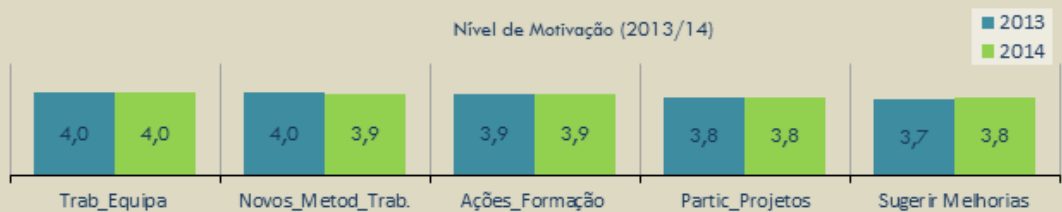


Gráfico XXVIII – Nível de motivação na CPL, I.P. em 2013/2014
 Fonte: URH, Autoavaliação, Grau de satisfação dos colaboradores da Casa Pia de Lisboa, I.P. (2014)
 – mar. 2015

Conforme se verifica no gráfico, a tendência de motivação nesta dimensão mantem-se, em termos globais, semelhante aos valores obtidos em 2013.

Satisfação com o estilo de liderança

No que respeita a esta dimensão, a avaliação da satisfação dos colaboradores com a liderança é auscultada em duas vertentes distintas: a do gestor de topo e a do gestor de nível intermédio. Esta distinção está claramente expressa no formulário do questionário aplicado aos colaboradores. Assim, o gestor de topo é entendido, neste contexto, como o Conselho Diretivo da CPL, I.P. e os gestores de nível intermédio correspondem às Direções dos CED, Direções de Serviços e Direções de Unidade.

Neste âmbito, importa referir que existe um distanciamento físico entre os CED da CPL, I.P. e os Serviços Centrais bem como um trabalho pouco direto com a estrutura central. A generalidade dos colaboradores dos CED reporta diretamente ao gestor de nível intermédio que é representado pela figura do diretor de CED.

Nesse sentido, consideram-se justificadas algumas ausências de resposta quanto à dimensão do gestor de topo (entendido como o Conselho Diretivo) e que as médias de resposta sejam ligeiramente mais baixas.

A satisfação com o gestor de topo apresenta uma avaliação média de 3,43 e com o gestor de nível intermédio de 3,74.

Gestor de Topo

Como se pode constatar através das médias obtidas para as diferentes questões, a satisfação dos colaboradores relativamente a esta dimensão varia entre os 3,6 e os 3,1.

Relativamente à gestão de topo, os colaboradores demonstram níveis de satisfação mais elevados com o empenho no processo de mudança (3,6), com a delegação de competências e responsabilidades (3,6) e com a promoção de ações de formação (3,6). Pelo contrário, as médias mais baixas prendem-se com a adequação do tratamento dado às pessoas, às necessidades e às situações (3,3) e com o reconhecimento e premiação dos esforços individuais e das equipas (3,1), resultados que se mantêm idênticos aos registados no ano anterior.

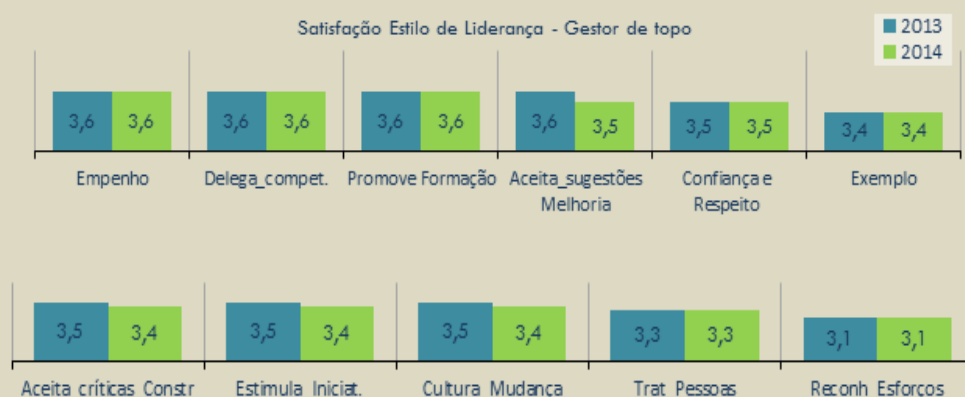


Gráfico XXIX – Satisfação com estilo de liderança_gestor de topo na CPL, I.P. em 2013/2014

Fonte: URH, Autoavaliação, Grau de satisfação dos colaboradores da Casa Pia de Lisboa, I.P. (2014)
– mar. 2015

Gestor Intermédio

Quanto à avaliação de satisfação relativa ao gestor de nível intermédio, a média de respostas situa-se nos 3,7.

Na maioria das questões, as médias obtidas, com atribuições a variar entre os 3,9 e o 3,5, são mais altas relativamente às apuradas para a gestão de topo, com exceção do item promoção de ações de formação, que apresenta uma média de satisfação idêntica (3,6).

Os maiores índices de satisfação dizem respeito à delegação de competências e de responsabilidades (3,9), à demonstração de empenho no processo de mudança, à aceitação de sugestões de melhoria, ao encorajamento, confiança mútua e respeito, à aceitação de críticas construtivas, ao estímulo à iniciativa das pessoas e à liderança através do exemplo (todos com uma avaliação média de 3,8).

À semelhança do verificado na avaliação da gestão de topo, o item com a atribuição mais baixa relaciona-se com o reconhecimento e premiação dos esforços individuais e das equipas.

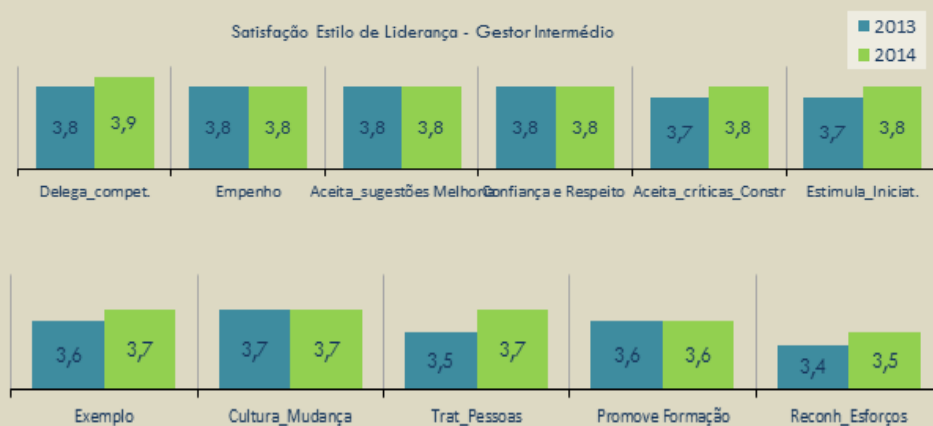


Gráfico XXX – Satisfação com estilo de liderança_gestor intermédio na CPL, I.P. em 2013/2014
 Fonte: DAC/PLAN, Autoavaliação, Grau de satisfação dos colaboradores da Casa Pia de Lisboa, I.P. (2014)
 – mar. 2015

Analisando conjuntamente os dados de 2013 e 2014, regista-se a manutenção dos níveis de satisfação quanto a alguns itens e o incremento das avaliações médias nos restantes.

Satisfação com as condições de higiene, segurança, equipamentos e serviços

Em todos os processos de auscultação de satisfação dos colaboradores desenvolvidos até a data, esta dimensão é tendencialmente a que apresenta graus de avaliação mais baixos, ao nível do insatisfeito, em 8 itens.

Na codificação das respostas verificaram-se atribuições de 1, que correspondem ao muito insatisfeito, tendência que se tem verificado nos últimos anos.

O grau de satisfação dos colaboradores varia entre o 3,1 (serviços de refeitório e bar) o 3,1 (para o equipamento informático e o software disponíveis) e o 3,3 (equipamentos de comunicação disponíveis e serviços sociais).



Gráfico XXXI – Satisfação com condições de higiene, segurança, equipamentos e serviços na CPL, I.P. em 2013/2014
 Fonte: DAC/PLAN, Autoavaliação, Grau de satisfação dos colaboradores da Casa Pia de Lisboa, I.P. (2014)
 – mar. 2015

A análise conjunta com o ano anterior, dos itens em que é possível estabelecer uma comparação, permite perceber que os níveis de satisfação se mantêm globalmente idênticos, com excepção dos itens Higiene, em que se verifica um ligeiro decréscimo e Refeitório, que registou a maior subida face ao ano anterior, tendo em conta todas as questões em análise neste estudo.

Criação de benefícios diretos aos familiares dos colaboradores e das colaboradoras

No referente à questão de avaliação da necessidade de criação de benefícios diretos aos familiares foram colocadas as seguintes questões, com a correspondente taxa de resposta.

| | |
|--|-----|
| Promover protocolos para serviços de apoio à família | 93% |
| Protocolos de facilitação de acesso com serviços de apoio para familiares idosos ou com deficiência | 94% |
| Divulgação de recursos existentes na área geográfica que facilitem a conciliação | 93% |
| Desenvolver atividades e iniciativas que facilitem a conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal | 88% |

Na consulta quanto à criação de benefícios diretos que permita a conciliação das esferas pessoal e profissional, os colaboradores consideram, à semelhança do registado em 2013, que seria útil a promoção de protocolos de facilitação de acesso a serviços de apoio à família (nomeadamente creche, jardim de infância, atividades de tempos livres e colónias de férias, para os filhos, e apoio domiciliário, reabilitação e centros de dia, para familiares idosos ou portadores de deficiência) e a divulgação dos recursos existentes na área geográfica que facilitem essa conciliação.

Não tratando este ponto de avaliação nos mesmos moldes dos anteriores, com uma escala de 1 a 5, releva, o mesmo, como reconhecimento da importância dada pelos colaboradores a eventuais benefícios diretos aos respetivos familiares.

Responsabilidade Social

As questões referentes à dimensão da responsabilidade social têm por objetivo desenvolver o caminho já traçado, nomeadamente, através do enquadramento dado à RS pela ISSO 26000 e da participação ativa em grupos específicos da Rede para a Responsabilidade Social do ex-MSESS – Rede PorTodos.

Apresentam-se os resultados obtidos na Tabela que se apresenta em baixo:

| | |
|------------------------------|-----|
| Direitos humanos | 91% |
| Práticas laborais | 92% |
| Ambiente | 85% |
| Práticas operacionais justas | 77% |

Tabela XIII – Ações de Responsabilidade Social na CPL, I.P. em 2014

Fonte: DAC/PLAN, Autoavaliação, Grau de satisfação dos colaboradores da Casa Pia de Lisboa, I.P. (2014) – mar. 2015

Em matéria de ações de responsabilidade social, os colaboradores da CPL, I.P. reconhecem a relevância das diversas áreas indicadas, valorizando essencialmente as questões relativas às Práticas laborais (condições de trabalho e proteção social, diálogo social, higiene e segurança no trabalho, desenvolvimento humano e formação no local de trabalho) e aos Direitos

Humanos (situações de risco dos direitos humanos, discriminação de grupos vulneráveis, princípios e direitos fundamentais no trabalho).


Procurando incrementar na Instituição uma cultura integrada para a responsabilidade social, a CPL, I.P. desenvolveu, no decurso de 2014, várias ações incluídas no Plano de Ação de Responsabilidade Social da CPL, I.P. nas áreas da reciclagem, prevenção do tabagismo, doação de sangue, limpeza e beneficiação de espaços exteriores de uma residência de acolhimento da CPL e programa de aventura em férias destinado aos filhos dos colaboradores, no âmbito da conciliação da vida profissional e familiar, esta última com especial enfoque no apoio às família dos colaboradores da CPL na promoção do seu bem-estar social e das suas crianças.

Estas atividades foram desenvolvidas de forma alinhada com o plano de atividades a três níveis – Práticas de trabalho e estilos de vida saudáveis, Promoção de bem-estar dos colaboradores e Promoção e estímulo do voluntariado – nas dimensões interna e externa da RS, com especial relevância para a gestão de proximidade (conciliação trabalho/família/lazer) e para as preocupações ambientais globais, respetivamente.

Conclusões | Aspetos positivos


 **A satisfação global dos colaboradores quanto ao papel da CPL, I.P. na sociedade tem uma média de 3,4.**

Os colaboradores realçam como aspetos mais positivos a imagem e o papel da CPL, I.P. na sociedade. **Esta dimensão é particularmente importante no contexto desta avaliação uma vez que os colaboradores reconhecem os fundamentos da missão e dos valores a que a Instituição está vinculada.**

 **A dimensão da motivação** tem sido, nos últimos anos, aquela que apresenta atribuições mais altas, na ordem do nível 4 (satisfeito), constituindo um ponto forte da Instituição.













Os colaboradores da CPL, I.P. revelam estar motivados relativamente a todos os itens apresentados no questionário. Refira-se, em particular, o desenvolvimento do trabalho em equipa, a participação em ações de formação, a aprendizagem de novos métodos de trabalho e a motivação para participar em projetos e sugerir melhorias.

Realça-se também o ambiente de trabalho existente na CPL, I.P. o nível de conhecimento acerca dos objetivos da CPL, I.P. assim como as ações de formação desenvolvidas pelos colaboradores.

 Quanto à **dimensão Satisfação com o estilo de liderança**, assinala-se também, como ponto forte, o nível de satisfação com a gestão de nível intermédio, nomeadamente a delegação de competências e responsabilidades, o empenho no processo de mudança, o estímulo à iniciativa dos colaboradores, a aceitação de sugestões de melhoria e o encorajamento e a confiança mútua e o respeito.

Conclusões | Aspetos a melhorar

Tendo por referência as atribuições de avaliação das diferentes dimensões do questionário, é possível indicar à partida áreas a melhorar. De notar as seguintes:

-  Mecanismos de consulta e diálogo entre colaboradores e gestores;
-  Oportunidade de participação nos processos de tomada de decisão;
-  Forma como o sistema de avaliação de desempenho em vigor foi implementado;
-  Medidas de reconhecimento dos esforços individuais e de grupo;
-  Política de gestão de recursos humanos na CPL, I.P.;
-  Promoção da mobilidade na CPL, I.P.;
-  Compensação do trabalho extraordinário;
-  Saúde no trabalho;
-  Sistema de Informação das Respostas Educativas e Formativas (SIREF);
-  Rede Informática;
-  Equipamentos Informáticos – Impressoras;
-  Qualidade da refeição e ementas.

Em 2015, o Plano de Atividades da CPL integra um objetivo operacional que visa “Detalhar o diagnóstico e corrigir os níveis mais baixos de satisfação dos colaboradores”, identificados no RAC.

Aliás, atendendo à necessidade de diagnosticar detalhadamente as questões mais críticas em termos de satisfação, face ao ano anterior, ao formato original do questionário da satisfação foram introduzidos alguns itens novos.



A construção dum plano de melhoria, com base no presente Relatório, passará pela identificação das matérias consideradas menos satisfatórias pelos colaboradores, assim como pela recolha de informação mais aprofundada sobre os motivos de insatisfação, o que implicará um contato mais direto com os colaboradores, promovendo-se, assim, a construção conjunta e participada de medidas de melhoria a implementar.

9] Identificação e partilha de boas práticas

9.1. *Benchmarking*: recolha de indicadores padrão

No Plano de Atividades para 2014 a CPL, I.P. dentro da *Área Estratégica Educação e Formação*, o objetivo estruturante *Qualificar as Respostas Educativas e Formativas*, contemplou o objetivo global *Reforçar os CED tipo 2 na sua componente de intervenção social*, apontando para a concretização do objetivo operacional ***Promover a recolha de indicadores de benchmarking, relativos ao volume e conteúdos de trabalho dos Serviços Técnicos de Apoio Socioeducativo (STASE) dos Centros de Educação e Desenvolvimento (CED) Tipo 2 e do Centro de Educação e Ação Social (CEAS).***

Do levantamento efetuado ao longo de 8 meses de recolha de indicadores preparatórios em 2013, de dezembro de 2012 a julho de 2013, evidenciou-se uma seleção de indicadores a medir no ano 2014, nomeadamente a *Intervenção com o Educando* e as *Admissões*, resultando igualmente a estabilização de marcas padrão e o estabelecimento de metas para os Intervenientes. Essas metas foram definidas para 2014 relativamente à atividade ***Intervenção com o Educando***, tendo como pressuposto a indução do aumento da intervenção nos ciclos e níveis de ensino que se revelaram a descoberto em 2013, contemplando diferenças de intervenção por ciclo e sazonalidades atribuídas, por exemplo, às Admissões na Casa Pia de Lisboa, I.P.

Por *Intervenção com o educando* entende-se, de acordo com a informação obtida junto da Unidade de Ação Social e Acolhimento, “... o número e tempo despendido em momentos de intervenção (presencial ou não) com ou para o educando, podendo estar presentes outros profissionais (rede externa ou interna). Tendo sido consideradas as intervenções estruturadas e formais numa lógica de ações planeadas e agendadas ou não, em espaço CED (ex.: avaliações psicológicas ou sociofamiliares, Conselhos de turma/ação/PAG, intervenção com o educando e

com os docentes, registos da intervenção, etc.) ou exterior (zona de residência, comunidade, no âmbito da formação em contexto de trabalho, visitas domiciliárias ou não, Comissão de Proteção, etc.).”

A par da recolha do Indicador de *Benchmarking Intervenção com o Educando*, efetuada entre março e dezembro, foi igualmente alvo de recolha o Indicador preparatório relativo às **Admissões**, entre maio e julho, para as atividades nucleares: Sessão de orientação, Avaliação psicológica, Entrevista familiar, Entrevista ao candidato, Reuniões de admissão/reuniões de equipa de admissão. Os intervenientes da recolha destes indicadores foram Assistentes Sociais, Psicólogos e outros elementos do STASE cuja atividade no âmbito das Admissões fosse caracterizada pela sua relevância e continuidade nos meses de preparatório.

Entendem-se como *Atividades de Admissão*, as tarefas associadas à divulgação e esclarecimento (atendimento presencial ou não) sobre a oferta da CPL, I.P., receção e avaliação de boletins de candidatura, convocatórias (cartas, e-mail ou por telefone), sessões de orientação, avaliação psicológica, entrevista familiar e entrevista ao candidato, encaminhamentos para a rede interna e rede externa, reuniões de equipa de admissão e elaboração de listas de candidatos admitidos e suplentes.

Na sequência da metodologia de recolha do indicador de *Benchmarking Intervenção com o Educando* e do indicador preparatório **Admissões** sistematizou-se a informação referente ao desempenho de cada Centro de Educação e Desenvolvimento, resultando em informação global da CPL, I.P., a saber:

 Distribuição de tempo afeto à atividade *Intervenção com o Educando*

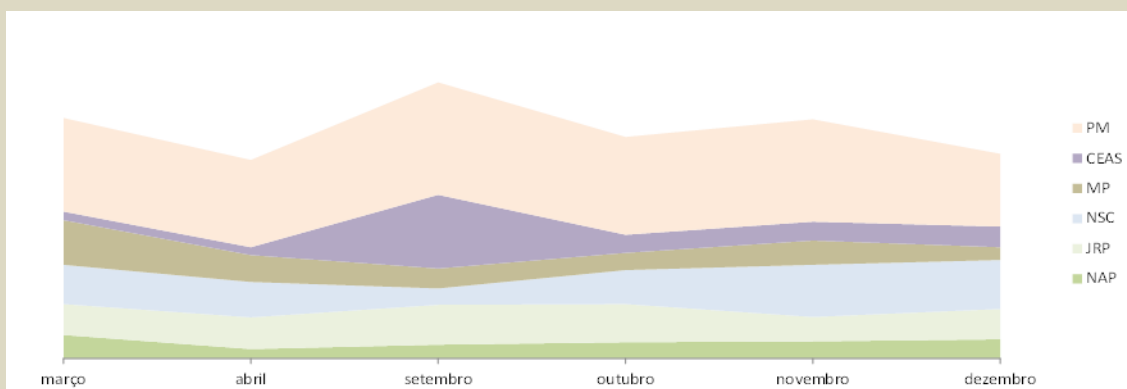


Gráfico XXXII – Benchmarking Global CPL, I.P., tempo afeto à atividade *Intervenção com o Educando* em 2014

Fontes: DAC/PLAN, Grelhas mensais 2014 de recolha de indicador de *Benchmarking Intervenção com o Educando* enviadas pelos CED Tipo 2 e CEAS. Dados da UEF sobre a OEF [2014]

Da leitura dos dados recolhidos inferiu-se, como demonstra o gráfico XXXII, que nos meses de março e de setembro se verificou um acréscimo do tempo dos Intervenientes afetos a *Intervenções com os educandos*, no global e por comparação com os restantes meses alvo de recolha deste indicador.

Inferiu-se, ainda, que dos CED, alvo de recolha do indicador, foi no CED Pina Manique que se verificou uma maior percentagem do tempo afeto à atividade Intervenção com o educando, verificando-se um subida gradual de abril (36,9%) a setembro (47,6%), atingindo o valor máximo em setembro.

■ Distribuição do tempo afeto às *Admissões e a Outras Atividades*, incluindo atividades de suporte;

■ Distribuição do tempo afeto às 5 atividades de *Admissões*, e igualmente a atividades de suporte.

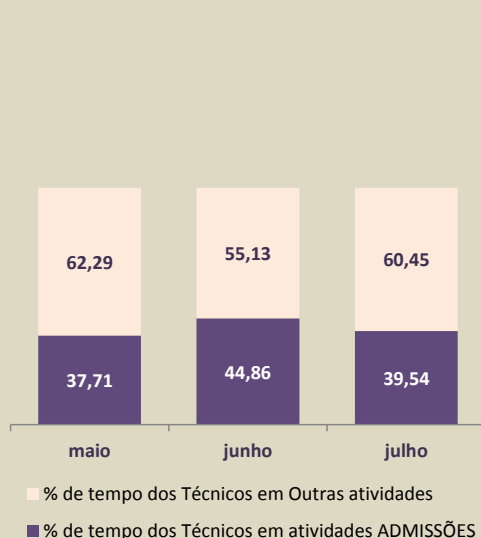


Gráfico XXXIII – Benchmarking preparatório Global CPL, I.P., % de tempo afeto à atividade Admissões e Outras Atividades em 2014

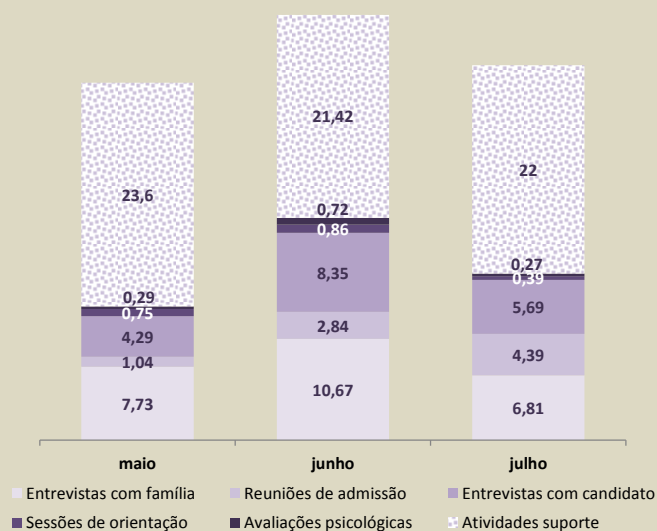


Gráfico XXXIV – Benchmarking preparatório Global CPL, I.P., % de tempo afeto à atividade Admissões em 2014

Fontes: DAC/PLAN, Grelhas mensais de recolha de indicador preparatório de Benchmarking enviadas pelos CED Tipo 2 e CEAS. Dados da UASA sobre Candidaturas 2014

Da análise efetuada aos dados recolhidos, plasmados no gráficos XXXIII, concluiu-se que o mês de junho foi aquele onde se verificou a maior percentagem de tempo afeto à atividade Admissões nos CED tipo 2 e CEAS, considerando 44,86% do total do tempo dos Intervenientes. Refira-se que 55,14 % corresponde a outras atividades realizadas pelos intervenientes fora do âmbito das Admissões.

Inferiu-se, ainda, como demonstra o gráfico XXXIV, que relativamente ao mês de junho, do total do tempo afeto à atividade Admissões (44,86%), 10,7% do tempo foi despendido com entrevistas às famílias, 2,8% em reuniões de admissão, 8,4% em entrevistas com candidato, 0,9% em sessões de orientação, 0,7% em avaliações psicológicas e 21,4% em atividades de suporte ao processo admissões.

9.2. Parcerias com instituições académicas

No seguimento do que havia acontecido no ano 2013, igualmente em 2014 o acolhimento de Estudos de Científicos na CPL, I.P. representou um retorno para a melhoria progressiva da intervenção desenvolvida na Instituição, vendo as suas diversas respostas estudadas e avaliadas cientificamente.

Internamente reforçou-se a garantia de uma análise legitimada por um conjunto de critérios e de procedimentos chave no que diz respeito ao desenvolvimento desses Estudos de Investigação. Nomeadamente, uma nova *Carta de Compromisso* com os intervenientes (Universidades/Institutos/Investigadores) e a entrega de uma cópia do exemplar final do Estudo realizado.



Gráfico XXXV – Síntese dos pedidos dirigidos à CPL, I.P. em 2014
 Fonte: DAC/UASA/Estudos de investigação na CPL I.P.- balanço ano 2014

No final de 2014 tinham sido dirigidos à CPL, I.P. 15 pedidos para a realização de estudos de investigação, dos quais, 6 foram autorizados, 5 encontram-se em análise e 4 ficaram sem efeito.

| | 2014 |
|--------------------|------|
| Mestrado | 3 |
| Doutoramento | 1 |
| Unidade curricular | 1 |
| outros (projeto) | 1 |

Tabela XIV – Síntese da vertente de estudos autorizados na CPL, I.P. em 2014

Fonte: DAC/UASA/Estudos de investigação na CPL I.P.- balanço ano 2014

Como condições preferenciais de admissão para estes estudos (conforme descrito em Circular informativa) continua a prevalecer a intenção de se tratarem de: “estudos de investigação conducentes ao grau de Mestrado, Doutoramento, Pós-Doutoramento ou outros de âmbito nacional considerados pertinentes; Outros estudos de investigação poderão ser admitidos, como por exemplo, conducentes ao grau de Licenciatura ou no âmbito de um trabalho de uma disciplina curricular, contudo a abordagem direta das crianças/jovens é preservada, privilegiando-se, nestes casos, a recolha de dados junto dos profissionais da CPL, I.P.; Estudos cujos temas sejam considerados inovadores e/ou relativos a conteúdos não abordados na CPL, I.P. até à data de receção dos mesmos. No caso de estudos cujo âmbito já tenha sido alvo de investigação, deverá existir um intervalo de tempo de pelo menos 1 ano para a sua realização; Relativamente à amostra dos estudos de investigação, é importante garantir que uma mesma criança/jovem não seja alvo a mais do que um estudo.”

A metodologia de trabalho prévio ao decurso dos estudos prevê um levantamento sobre o CED mais indicado para os receber, bem como uma avaliação das populações de educandos alvo e a articulação inicial entre os Investigadores, as Universidades e os CED envolvidos.

Os estudos a decorrer, repartidos por vários Centros de Educação e Desenvolvimento (CED), versaram sobre temáticas direcionadas para o Acolhimento Residencial, para as Respostas Educativas e Formativas, para o Ensino Especial e para a Unidade de Recursos Humanos.













A anulação por parte da CPL, I.P. em 2014 de dois pedidos, foi justificada num caso por se considerar inadequada a metodologia de recolha de dados apresentada por um investigador e, no outro caso, com o facto do CED auscultado não conseguir garantir as condições logísticas, de amostra e de recursos humanos desejáveis ao acolhimento e posterior acompanhamento do estudo em questão.

9.3. Projeto “Mar de Oportunidades”

A *Aporvela* – Associação Portuguesa de Treino de Vela, em parceria com a CPL, I.P. encontra-se desde março de 2014, a desenvolver o Projeto “Mar de Oportunidades” que tem como público-alvo 75 educandos a frequentar as Respostas Educativas e Formativas e 12 educandos em Acolhimento Residencial, com idades compreendidas entre os 14 e os 16 anos.

Igualmente envolvidos estão outros elementos da comunidade socioeducativa e formativa da CPL, I.P., nomeadamente, educadores e docentes.

O Projeto “Mar de Oportunidades” assenta essencialmente na participação ativa dos educandos enquanto *motores* e protagonistas do seu próprio desenvolvimento. Pretendendo-se:

-  Fomentar atitudes e valores para o desenvolvimento de competências pessoais e sociais;
-  Formar para a obtenção da carta de marinheiro;
-  Proporcionar o embarque no Navio de Treino de Mar Creoula da Marinha Portuguesa;
-  Proporcionar o embarque em grandes veleiros internacionais;
-  Proporcionar experiências diferentes e inovadoras;
-  Proporcionar experiências promotoras da vida em grupo, com enfoque em situações de tomada de decisão através de regras propostas e aprovadas pelo próprio grupo;
-  Dar a conhecer a mais-valia geoestratégica do mar para Portugal, muitas vezes desconhecida;
-  Capacitar para as atividades relacionadas com o mar;
-  Promover a descoberta de vocações profissionais relacionadas com o mar que poderão resultar em novas saídas académicas e/ou profissionais;
-  Contribuir para a diminuição do risco de exclusão social;
-  Alinhar atividades da Aporvela e da CPL, I.P. com a Estratégia Nacional para o Mar;
-  Demonstrar à comunidade os inúmeros benefícios inerentes ao treino de mar.

Como forma de se demonstrar o impacto e os benefícios que um projeto desta natureza poderá exercer nos educandos, o grupo de trabalho do Projeto “Mar de Oportunidades” considerou pertinente optar por uma metodologia de avaliação, a saber:

- Aplicação de um **questionário de satisfação a todos os educandos** após cada atividade (terra e bordo);
- **Recolha de textos** redigidos pelos educandos e relativos a cada uma das atividades;
- **Criação de um Blogue**, que poderá ser consultado na página <https://pt-pt.facebook.com/Aporvela>;
- Aplicação de uma **escala de confiança a todos os educandos em maio e dezembro de 2014 e julho de 2015**. Esta escala foi adaptada de um estudo realizado pela Universidade de Edimburgo relativo às vantagens dos programas de treino de mar;
- Realização de **entrevistas e grupos focais a uma amostra de educandos** (REF e AR) no final do projeto.

Simultaneamente, o grupo de trabalho realiza reuniões mensais de equipa com a participação da entidade promotora, como espaço de avaliação das ações desenvolvidas, planeamento de novas atividades e avaliação dos produtos que vão sendo construídos, como por exemplo, textos redigidos pelos educandos, registos realizados no Diário de Bordo, dinamização do Blogue, observações/comentários realizados pelos educandos e pelos adultos que os acompanham, entre outros.

No ano 2014 foi possível a participação de **45 educandos em navegações** e de **170 educandos em atividades/visitas ligadas ao mar**. E foram dinamizadas **7 atividades** (5 navegações, 1 apresentação do Projeto aos educandos integrados no mesmo e 1 visita à Caravela Vera Cruz com workshop de nós).



Gráfico XXXVI – Avaliação da satisfação dos educandos com as atividades do projeto em 2014
Fonte: DAC/UASA/“Mar de Oportunidades”- balanço ano 2014



Os educandos que participaram nestas atividades manifestaram um elevado nível de satisfação entre 4,5 e o ponto máximo da escala, 5. Observa-se ainda que a única atividade dinamizada em terra foi aquela que obteve o nível de satisfação mais baixo (4,5), quando comparado com os resultados obtidos nas navegações, embora o mesmo se situe num nível bastante positivo de satisfação.

O Projeto “Mar de Oportunidades” é um programa de embarques, de visitas, de palestras e de formação que pretende oferecer uma dinâmica diferente e apelativa, ligando os jovens ao mar, proporcionando-lhes novas experiências e formando uma nova geração de “marinheiros”.

A CPL, I.P. com o Projeto “Mar de Oportunidades” espera capacitar os seus educandos para a vivência, o conhecimento e a integração de boas práticas/novos percursos e para a promoção de competências pessoais e sociais. O facto de se proporcionar um conjunto de atividades diferentes e inovadoras, que incidem no reforço de competências técnicas através de momentos de educação não formal em ambiente real, poderá também permitir aos jovens um aumento do seu conhecimento relativamente à existência de outras áreas formativas e/ou profissionais.

9.4. Controlo da qualidade, higiene e segurança alimentar

Uma das áreas estratégicas da CPL, I.P. no âmbito do desenvolvimento integrado e sustentado dos educandos, consiste em combater as situações de carência alimentar, garantindo o consumo das refeições confeccionadas e fornecidas pela CPL, I.P. nos seus Centros de Educação e Desenvolvimento.

Tendo em conta que para muitos dos nossos educandos as refeições fornecidas pela Instituição podem constituir a única fonte de alimentação diária, consideramos importante acompanhar as condições em que as mesmas são confeccionadas e fornecidas.

Neste sentido, foi constituída uma equipa de monitorização composta por três Técnicos Superiores, que se deslocam aos equipamentos da CPL, para localmente monitorizar junto da Empresa prestadora do serviço, a qualidade do mesmo.

Neste sentido, a equipa monitorizou de março 2014 a dezembro 2014, 15 equipamentos da CPL, de acordo com o previsto em Plano de Atividades.

| Monitorizações - 2014 | | | |
|---|------------|-----------------------------|---------------|
| CED / Unidade Residencial (UR) | Datas | locais | Almoço/Jantar |
| CED Jacob Rodrigues Pereira (JRP) | 20-03-2014 | Refeitório e Cozinha | Almoço |
| CED Santa Catarina / Casa de Acolhimento Temporário (CAT) | 20-03-2014 | Cozinha e Sala de jantar | Jantar |
| CED Nuno Álvares Pereira | 27-03-2014 | Refeitório e Cozinha | Almoço |
| CED Santa Catarina / S. Francisco de Sales (SFS) | 27-03-2014 | Cozinha e Sala de jantar | Jantar |
| CED D. Maria Pia (MP) | 24-04-2014 | Refeitório e Cozinha | Almoço |
| Centro Educativo e de Apoio Social (CEAS) | 08-05-2014 | Refeitório e Cozinha | Almoço |
| CED Santa Catarina / Joaquim José Branco (JJB) e Clemente José dos Santos (CJS) | 15-05-2014 | Refeitório e Cozinha | Almoço |
| CED Santa Catarina / Areia Branca (AB) | 10-07-2014 | Sala de refeições e cozinha | Almoço |
| CED Santa Clara / Alfredo Soares (AS) | 02-10-2014 | Cozinha e Sala de jantar | Jantar |
| CED Santa Clara / António do Couto (AC) | 16-10-2014 | Cozinha e Sala de jantar | Jantar |
| CED Santa Clara / Santa Rita (SR) | 23-10-2014 | Cozinha e Sala de jantar | Jantar |
| CED Santa Clara / Francisco Soares Franco (FSF) | 30-10-2014 | Cozinha e Sala de jantar | Jantar |
| CED Santa Clara / Martins Correia (MC) | 13-11-2014 | Cozinha e Sala de jantar | Jantar |
| CED Santa Clara / João Inácio Ferreira Lapa (JIFL) | 27-11-2014 | Cozinha e Sala de jantar | Jantar |

Tabela XV – Monitorizações efetuadas aos CED/Unidade Residencial em 2014

Fonte: DAC/UASA 2014

Para a realização desta atividade foram criadas Fichas de Monitorização, de acordo com os requisitos técnicos e funcionais do caderno de encargos da CPL, I.P. e do Acordo Quadro para fornecimento de refeições confeccionadas da Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. – ESPAP.

| Fichas de Monitorização | |
|-------------------------|---|
| N.º de Ficha | Assunto |
| 1 | Identificação do Estabelecimento e da equipa de monitorização |
| 2 | Identificação do Estabelecimento a monitorizar |
| 3 | Requisitos de higiene e limpeza para cozinhas |
| 4 | Documentos e informações relativas ao fornecimento |
| 5 | Controlo de qualidade (análises periódicas) |
| 6 | Regularidade na realização de testes aos óleos de fritura recorrendo obrigatoriamente a um kit de testes rápidos para controlo da qualidade com um mínimo de 12 elementos |
| 7 | Ementas |
| 9 | Requisitos respeitantes à elaboração das ementas |
| 10 | Géneros alimentícios e captações para elaboração de ementas |
| 11 | Prato Prova |
| 12 | Prato Tipo |
| 13 | Restos ou Sobras |
| 14 | Recolha, transporte, e despejo de lixo e resíduos das atividades associadas ao fornecimento das refeições confeccionadas e respetivo encaminhamento para posterior tratamento ou reciclagem |

Tabela XVI – Fichas de Monitorização aplicadas em 2014

Fonte: DAC/UASA 2014

De referir que a equipa utilizou um KIT composto por bata, touca e cobre sapatos, sempre que efetuou a monitorização das cozinhas, em conjunto com um representante do CED e com o responsável da empresa. Vejamos, então, os resultados obtidos nos parâmetros em análise:

Higiene/Limpeza

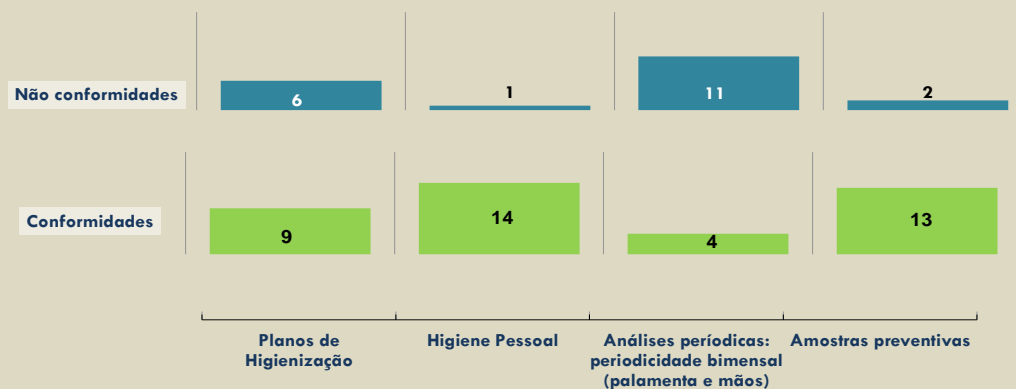


Gráfico XXXVII - Requisitos de higiene / limpeza e análises periódicas
Fonte: DAC/UASA 2014

Relativamente às conformidades detetaram-se 9 nos planos de higienização, 14 na higiene pessoal, 4 em análises periódicas e 13 nas amostras preventivas.

No que concerne às não conformidades foram encontradas 6 nos planos de higienização, 1 na higiene pessoal, 11 em análises periódicas e 2 nas amostras preventivas.

Ementas

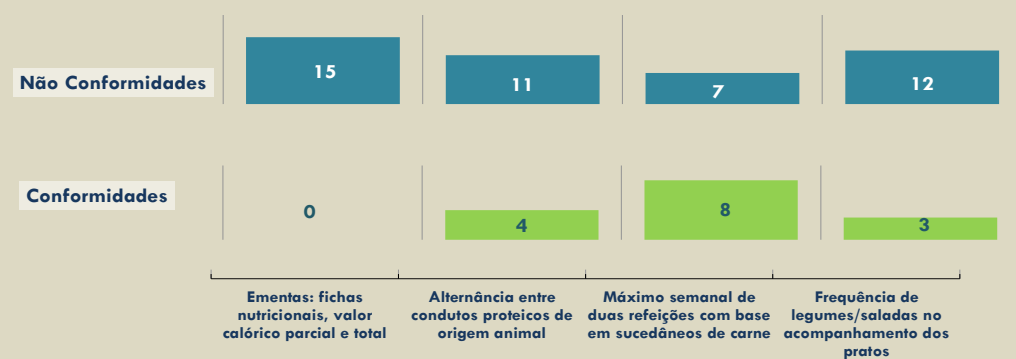


Gráfico XXXVIII – Ementas
Fonte: DAC/UASA 2014

No que diz respeito às conformidades, o maior número (8) foi apurado no máximo semanal de duas refeições com base em sucedâneos de carne. O maior número de não conformidades (15) foi verificado em ementas: fichas nutricionais, valor calórico parcial e total.

Ementas/Requisitos

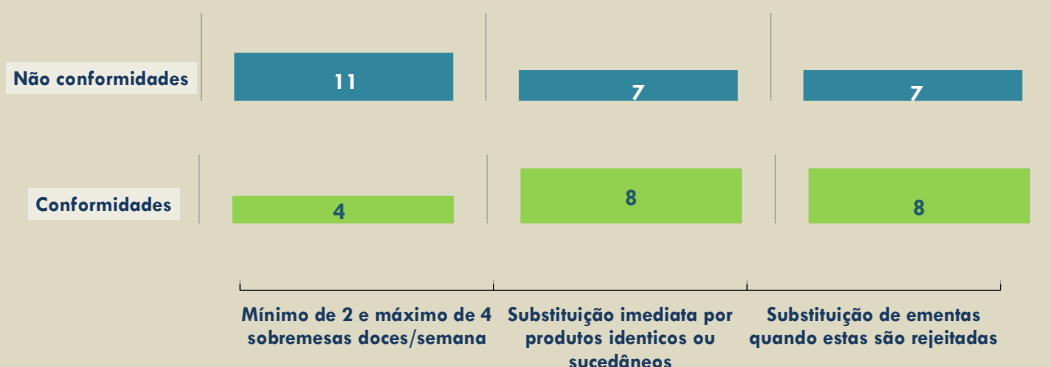


Gráfico XXXIX – Ementas/Requisitos
Fonte: DAC/UASA 2014

Relativamente às ementas/requisitos saliente-se a igualdade obtida no número de conformidades (8) e número de não conformidades (7), quer na substituição imediata por produtos idênticos ou sucedâneos quer na substituição de ementas quando estas são rejeitadas.

Ementas/Capitações

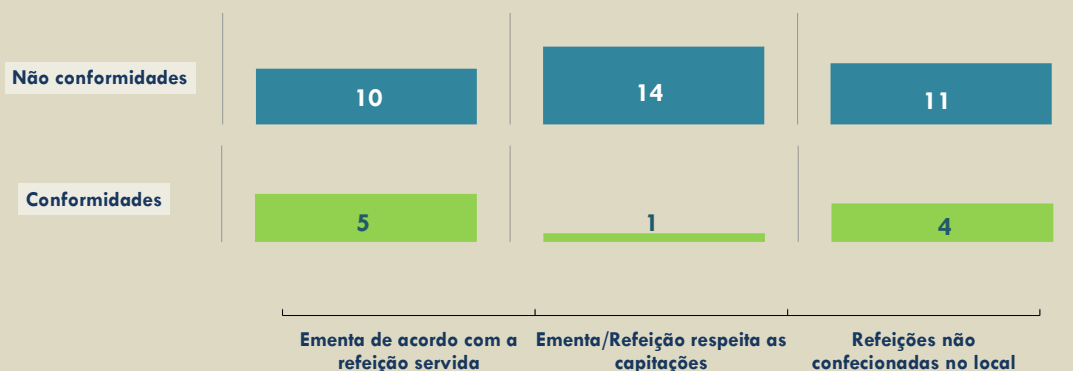


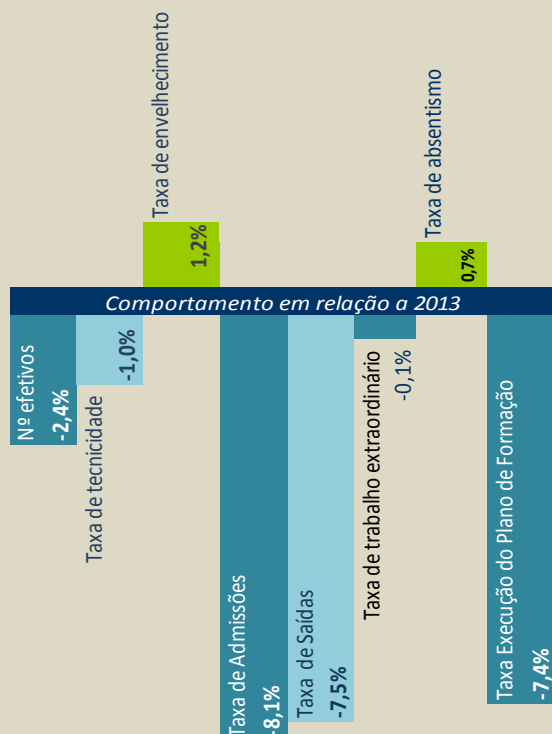
Gráfico XL – Ementas/Capitações
Fonte: DAC/UASA 2014

No que concerne às ementas/capitações saliente-se o facto de o número de não conformidades ser bastante superior às conformidades. Saliente-se, ainda, relativamente à ementa/refeição respeita as capitações, a disparidade entre o número de conformidades (1) e o número de não conformidades (14).

Saliente-se, também, que nas duas últimas monitorizações efetuadas, nomeadamente em duas Unidades Residenciais, a equipa constatou uma ligeira melhoria da qualidade no que diz respeito à confeção da refeição, tendo-se igualmente apercebido que os/as educandos/as comem com mais satisfação.

Parte 4

Principais indicadores do Balanço Social 2014





4

todas as decisões relativas a crianças, adoptadas por instituições públicas ou privadas de protecção social, por tribunais, autoridades administrativas ou órgãos legislativos, terão primacialmente Os Estados Partes respeitam as responsabilidades, direitos e deveres dos pais e, sendo caso disso, dos próprios

Articulação com o Balanço Social

dos representantes legais ou de outras pessoas que tenham a criança legalmente a seu cargo, de assegurar à criança, de forma compatível com o desenvolvimento das suas capacidades a orientação e os conselhos adequados ao seu cargo, de assegurar à criança, de forma compatível com

O Balanço Social (anexo I) constitui-se como uma importante ferramenta de informação de planeamento e gestão, onde, de forma sistematizada, se recolhem, tratam e interpretam, quantitativa e qualitativamente, os dados referentes à realidade dos recursos humanos de uma organização.

A análise e avaliação dos dados facultados por este instrumento de gestão, em 2014, permitem à CPL, I.P. refletir sobre a estratégia a adotar relativamente à gestão dos seus recursos humanos, por forma a contribuir para a consolidação do seu capital humano, para o aumento da sua motivação, tecnicidade, desenvolvimento de competências, diminuição do absentismo e melhoria do clima organizacional, fatores que se consideram primordiais para o aumento da eficácia e eficiência de qualquer instituição.


10] Principais tendências e indicadores


Relativamente ao ano de 2014, e comparativamente com o último ano, importa destacar alguns **indicadores**, evidenciando as **principais tendências**, que numa perspetiva de síntese a tabela XIX apresenta, e que poderão contribuir para futuras tomadas de decisão e possibilitar um planeamento assente numa melhor coordenação e racionalização dos recursos disponíveis.

| | | 2013 | 2014 |
|---------------------------------------|---------|-------|-------|
| N.º de efetivos | ↓ -2,4% | 1100 | 1074 |
| Taxa de tecnicidade | ↓ -1,0% | 74,3% | 73,3% |
| Taxa de envelhecimento | ↑ 1,2% | 14,5% | 15,7% |
| Taxa de admissões | ↓ -8,1% | 13,1% | 5,0% |
| Taxa de saídas | ↓ -7,5% | 14,9% | 7,4% |
| Taxa de trabalho extraordinário | ↓ -0,1% | 0,3% | 0,2% |
| Taxa de absentismo | ↑ 0,7% | 8,7% | 9,4% |
| Taxa de execução do plano de formação | ↓ -7,4% | 81,7% | 74,3% |

Tabela XVII – Principais indicadores do Balanço Social 2014
Fonte: URH, Balanço Social 2013; Balanço Social 2014

Numa perspetiva mais aprofundada, e relativamente aos desvios identificados, importa destacar que:


 **O número de efetivos**, em 2014, confirma a tendência de diminuição verificada nos últimos anos, resultado da prevalência de saídas face ao número de entradas. A maior variação de efetivos verifica-se nas carreiras docente, assistente técnico e assistente operacional.


 Relativamente à **entrada** de efetivos, registam-se, durante o ano de 2014, 54 admissões/regressos, com maior incidência na carreira docente (54%), essencialmente através de contratação a termo resolutivo certo ou incerto. Com algum relevo, surgem igualmente as entradas de técnicos superiores (24,1%), fundamentalmente por mobilidade ou regresso à Instituição.


No que respeita aos trabalhadores admitidos e/ou regressados, importa referir que:


- Dos dirigentes que assumiram funções em 2014, 1 pertence à carreira de técnico superior e 1 à de assistente técnico do mapa de pessoal da CPL, I.P.. Os restantes 6 são provenientes de outros organismos;

- Registou-se o regresso de licença sem vencimento de 1 técnico superior e a entrada, por mobilidade interna, de 4 técnicos superiores e de 4 assistentes técnicos;
- Durante o ano, foi admitido 1 técnico superior, através de procedimento concursal, tendo-se registado igualmente o regresso de 1 técnico superior, de período experimental noutra organização;
- 1 assistente técnico iniciou funções em mobilidade intercarreiras na carreira de técnico superior;
- Os restantes 5 técnicos superiores regressaram à carreira de origem, após desempenho de funções dirigentes na CPL, I.P.;
- 27 docentes iniciaram funções em contrato de trabalho a termo resolutivo certo ou incerto e 2 docentes regressaram de licença sem vencimento.

 No que concerne às **saídas**, registaram-se, por outro lado, no mesmo período, 80 saídas, maioritariamente nas carreiras de docente (35%), assistente técnico (30%) e assistente operacional (13,8%). De entre os principais motivos de saída evidencia-se o termo do contrato de trabalho a termo certo, no caso do pessoal docente, e a mobilidade, a aposentação e/ou as rescisões por mútuo acordo, nas restantes carreiras.

 Em 2014, o **trabalho extraordinário**, maioritariamente realizado em dias feriados, totalizou 4.375 horas, verificando-se, comparativamente com o ano anterior, um decréscimo de 27% do número de horas realizadas.









 A taxa de **absentismo** fixou-se, em 2014, nos 9,4%, registando-se um ligeiro incremento face ao ano transato (8,7%). As ausências ao trabalho, durante o ano, traduzem-se num total de 22.864 dias, correspondendo a um aumento de 872 dias, relativamente a 2013. De entre os motivos que geraram mais ausências ao serviço, estão as faltas motivadas por doença (61,5%) e as ausências no âmbito da proteção da parentalidade (16,6%).

 No âmbito do **Plano de Formação** aprovado para 2014, estavam previstas 70 ações, tendo-se realizado 52. Importa referir que se realizaram, para além das referidas ações, 12 iniciativas, não previstas em plano, decorrentes de necessidades de formação identificadas ao longo do ano. Em 2014, o desenvolvimento das atividades formativas envolveu um encargo de 7.747,34 €, verificando-se, relativamente ao ano anterior, uma diminuição significativa da despesa, explicada em parte pela redução do número de ações desenvolvidas e pela promoção, em 2013, de um Projeto no âmbito da Surdocegueira, co-


financiado pelo POAT/FSE, que incrementou consideravelmente o investimento em formação interna nesse ano.


Considerando que o capital humano é essencial para o desenvolvimento organizacional, a CPL, I.P. continua a investir na valorização dos seus recursos humanos, tendo promovido, durante o ano, a participação em 132 ações de formação, alcançando uma taxa de abrangência de 90% (o que representa um aumento de 13% face a 2013) e uma média de 13 horas de formação por trabalhador.


O Balanço Social 2014 da CPL, I.P. aponta ainda outras tendências, nomeadamente:


-  O pessoal docente representa o grupo com maior expressão no universo de trabalhadores da CPL, I.P. (44,4%) seguido dos técnicos superiores (23,1%);
-  Assinala-se a prevalência da modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com uma representatividade de 84,8%;
-  A taxa de enquadramento, relativa à proporção de dirigentes face ao número total de colaboradores, foi de 3,26%;
-  Existe um predomínio do género feminino, na ordem dos 74,6%, tendência que se vem mantendo dos anos anteriores;
-  Quanto à distribuição por escalão etário, o maior índice de trabalhadores situa-se no intervalo dos 45 aos 49 anos de idade, correspondendo a 20% do total de efetivos. Assinale-se ainda que 42 % dos trabalhadores integram os escalões etários até aos 44 anos. A média etária situa-se, à semelhança do registado em 2013, nos 46 anos;
-  No que respeita à antiguidade na Administração Pública, 32,5% dos trabalhadores integram o intervalo entre 15 e 19 anos, 14% possui antiguidade até 5 anos e 13,2% incluem o intervalo entre os 5 e 9 anos. O tempo de serviço médio situa-se aproximadamente nos 16 anos;
-  Do total de efetivos da CPL, I.P. a 31 de dezembro de 2014, 674 possuem habilitações de nível igual ou superior à licenciatura, representando uma taxa de formação superior de 63%;
-  Ficaram por ocupar, em 2014, 10 postos de trabalho previstos em sede de Mapa de Pessoal, na carreira de técnico superior. Face a constrangimentos orçamentais, não foi aberto concurso para provimento de 7 postos de trabalho previstos nas áreas de reabilitação (4), recursos humanos (1), planeamento e controlo (1) e qualidade e auditoria (1). Para além destes, existem ainda 3 postos por ocupar, por se


encontrarem em desenvolvimento procedimentos concursais para preenchimento de 1 vaga na área jurídica e 2 na área da contratação pública;


 No que concerne à modalidade de horário praticada, a maioria dos efetivos (44,3%) enquadra-se no horário 'específico', aplicável à generalidade dos docentes, horário rígido (25,5%) e horário flexível (12,8%);

 Ao longo do ano, ocorreram várias greves, 2 gerais e 1 setorial, tendo aderido 53 trabalhadores da CPL,I.P.;

 Relativamente aos recursos financeiros, o total de encargos com pessoal sofreu um ligeiro aumento face ao ano anterior, na ordem dos 39.000,00 euros;

 Durante o ano, registaram-se 46 acidentes de trabalho, 37 dos quais no local de trabalho e 9 in itinere. Em termos globais, as ausências ao trabalho motivadas por acidentes ocorridos no ano perfazem 1269 dias. Neste âmbito, é de registar uma redução da taxa de incidência de acidentes no local de trabalho, face à verificada no ano anterior;

 No que toca às relações profissionais, regista-se que 28% dos trabalhadores da CPL efetuam descontos na remuneração para associações sindicais;

 Em matéria disciplinar, foram decididos durante o ano 16 processos. De entre estes, 7 deram origem a multa, 4 foram arquivados, 4 resultaram em suspensão dos trabalhadores e 1 motivou uma repreensão escrita.



5

todas as decisões relativas a crianças, adoptadas por instituições públicas ou privadas de protecção social, por tribunais, autoridades administrativas ou órgãos legislativos, terão primacialmente Os Estados Partes respeitam as responsabilidades, direitos e deveres dos pais e, sendo caso disso, dos próprios

Balanço Sintético de Desempenho

dos representantes legais ou de outras pessoas que tenham a criança legalmente a seu cargo, de assegurar à criança, de forma compatível com o desenvolvimento das suas capacidades a orientação e os conselhos adequados ao seu cargo, de assegurar à criança, de forma compatível com

Na parte 5 do Relatório de Atividades e Contas, apresenta-se uma síntese do desempenho para o ano de 2014 que permite sustentar a autoavaliação da CPL, I.P., decorrente da avaliação realizada nas partes que a antecedem. Destacam-se igualmente os resultados alcançados e o desenvolvimento de medidas adicionais para um reforço positivo do desempenho da Instituição em anos futuros.

11] Menção proposta pelo dirigente máximo na autoavaliação

Após cuidada reflexão sobre o conteúdo do presente Relatório de Atividades e Contas, permanece a convicção de que a CPL, I.P. em 2014 obteve um “Desempenho Bom” no âmbito do disposto no nº1 do art.º 18 da Lei nº 66-B/2007, de 28 de dezembro, com as posteriores atualizações, devido essencialmente às seguintes fundamentações:

1. Cumprimento da totalidade dos objetivos QUAR, dos quais assegurou a superação de 40% *[Resultados alcançados e justificação dos desvios significativos (nº 1 do art.º 15)]*

| 2014 | |
|----------------|----|
| Objetivos QUAR | 10 |
| Superados | 4 |
| Cumpridos | 6 |

Tabela XVIII – Síntese dos resultados alcançados no QUAR 2014

Fonte: DAC/PLAN, Análise crítica dos resultados alcançados e dos desvios verificados – mar. 2015

Destaca-se a superação dos objetivos mais relevantes, concretamente:

- Objetivo 5 do parâmetro de eficácia;
- Objetivo 8 do parâmetro de eficiência;
- Objetivos 9 e 10 do parâmetro qualidade.




Na parte 2 do presente Relatório de Atividades e Contas, apresenta-se uma análise crítica dos resultados alcançados e dos desvios verificados, ainda que positivos.

12] Síntese de resultados e do desenvolvimento de medidas para um reforço positivo do desempenho

Nos termos do disposto no nº 2 do art.º 15 da referida Lei nº 66-B/2007, de 28 de dezembro, apresenta-se a restante informação que deve acompanhar a autoavaliação da CPL, I.P., concretamente:

2. Apreciação por parte dos utilizadores da quantidade e da qualidade dos serviços prestados *[(alínea a) do nº 2 do art.º 15)]*

A CPL, I.P. auscultou a opinião dos seus educandos através da metodologia de inquérito por questionário, aplicando três modelos distintos dirigido especificamente a educandos que frequentam:

-  1º Ciclo do Ensino Básico;
-  2º e 3º Ciclos do Ensino Básico;
-  Formação Inicial de Dupla Certificação (FIDC).

Auscultou, igualmente, através da aplicação de um questionário de satisfação, a opinião das crianças e jovens acolhidas na CPL, I.P., no sentido de aferir o sentir dos próprios face à resposta acolhimento residencial.

À semelhança de anos anteriores, os modelos aplicados não correspondem ao recomendado pelo CCAS, na medida em que é um modelo de difícil adaptação a um público infanto-juvenil, como são os educandos da CPL, I.P..

Abaixo destacam-se os principais resultados obtidos, por referência a uma meta de satisfação global de 80%, para os educandos do acolhimento residencial e das respostas educativas e formativas:

| Educandos em respostas educativas e formativas | 1º CEB | 2º/3º CEB | FIDC |
|--|--------|-----------|-------|
| Taxa de Resposta = 85% | 79 | 168 | 135 |
| Nº de Inquiridos = 382 | | | |
| Taxa de Satisfação Global | | | |
| “Gosto do CED e de frequentar a CPL” | 96,2% | 76,8% | 74,8% |

Tabela XIX – Síntese da auscultação da satisfação dos educandos da REF em 2014
Fonte: DAC/UEF, Apreciação dos Utilizadores: Satisfação dos educandos da CPL, I.P. – mar. 2015

| Educandos em Acolhimento Residencial | |
|--------------------------------------|-------|
| Taxa de Resposta=88% | 153 |
| Nº de Inquiridos= 153 | |
| Taxa de Satisfação Global | |
| “No geral estou satisfeito com a RA” | 66,0% |

Tabela XX – Síntese da auscultação da satisfação dos educandos em AR em 2014
Fonte: DAC/UASA, Apreciação dos Utilizadores: Satisfação das crianças e jovens da CPL, I.P. – mar. 2015

Na parte 5 do presente Relatório de Atividades e Contas apresenta-se a auscultação da apreciação dos educandos, e remetem-se para anexo os modelos de inquérito por questionário aplicados.

3. Informação detalhada sobre o sistema de controlo interno (alínea b) do nº 2 do art.º 15)

O resultado da análise às respostas ao questionário para avaliação do sistema de controlo interno da CPL, I.P. permitiu concluir que, na generalidade, este se encontra estruturado apresentando na globalidade das dimensões uma taxa de repostas positivas muito significativa.

| Avaliação do SCI | |
|--|------|
| Taxa de Resposta positiva ao questionário CCAS | 100% |

Tabela XXI – Síntese dos resultados na avaliação do sistema de controlo interno da CPL, I.P. em 2014
 Fonte: DAC/PLAN, Avaliação do sistema de controlo interno e reforço de desempenho – mar. 2015

No capítulo 6 do presente Relatório de Atividades e Contas apresenta-se por dimensão, a avaliação do sistema de controlo interno e reforço de desempenho, da CPL, I.P. para 2014.

4. Referência às causas de incumprimento de ações ou de projetos não executados ou com resultados insuficientes (alínea c) do nº 2 do art.º 15)

Na parte 4. apresenta-se a monitorização do desempenho do contributo da CPL, I.P. para o Plano de Atividades (PA) do Ministério da Solidariedade do Emprego e da Segurança Social (MSESS), assim como os fatores exógenos que concorreram para o não cumprimento de um desses objetivos.

| Objetivos | PA MSESS |
|--|----------|
| Causas de incumprimento e fatores exógenos | 1 |

Tabela XXII – Síntese das referências às causas de incumprimento das metas PA MSESS em 2014
 Fonte: DAC/PLAN – mar. 2015

5. Audição dos dirigentes intermédios e dos demais trabalhadores na autoavaliação da CPL, I.P. (alínea f) do nº 2 do art.º 15)

A CPL, I.P. auscultou a opinião dos seus dirigentes intermédios e dos demais colaboradores através da metodologia de inquérito por questionário, aplicando o modelo recomendado pelo CCAS.

| Auscultação colaboradores | |
|----------------------------------|------|
| Taxa de Resposta | 88% |
| Nível médio de Satisfação Global | 3,35 |

Tabela XXIII – Síntese da auscultação da satisfação dos colaboradores da CPL, I.P. em 2014

Fonte: DAC/PLAN, Autoavaliação, Grau de satisfação dos colaboradores da Casa Pia de Lisboa, I.P. (2014) – mar. 2015

No capítulo 8 do presente Relatório de Atividades e Contas apresenta-se a apreciação dos colaboradores, aferindo o nível de satisfação nas diversas dimensões.

6. Fiabilidade do sistema de indicadores de desempenho (nº2 do art.º 25)

A avaliação da fiabilidade do sistema dos indicadores de desempenho reforça a monitorização interna que alimenta as publicações periódicas de Índice Evolutivo do PA, de mapas síntese das marcas padrão mensais reportadas em sede de *Benchmarking* interno, e dos painéis trimestrais de indicadores de gestão.

| Auditoria/controles | |
|---------------------|---|
| Externos | 1 |
| Internos | 6 |

Tabela XXIV – Síntese da avaliação da fiabilidade do sistema de indicadores de desempenho da CPL, I.P. em 2014

Fonte: DAC/PLAN – mar. 2015

Apresenta-se no capítulo 7 do presente Relatório de Atividades e Contas a análise detalhada das ações/controles desenvolvidos ao longo de 2014 na CPL, I.P. que representam medidas de reforço da fiabilidade dos indicadores de desempenho.

7. Coerência entre os elementos do QUAR e os documentos previsionais legalmente previstos (nº 3 do art.º 10)

| 2014 | Taxa de execução Global | Taxa de cumprimento | Taxa de superação |
|--|-------------------------|---------------------|-------------------|
| QUAR | 100% | 60% | 40% |
| Plano de Atividades | 75,41% | 55,74% | 19,67% |
| Contributo para o Plano de Atividades do MESS | 90% | 50% | 40 % |
| Orçamento | 96,9% | n.a. | n.a. |
| Mapa de pessoal | 92,6% | n.a. | n.a. |

Tabela XXV – Síntese da Coerência entre os elementos do QUAR 2014 e os documentos previsionais legalmente previstos
Fonte: DAC/PLAN- mar. 2015

Nos capítulos 2 e 3 descrevem-se as execuções dos diversos objetivos que integram o QUAR e procede-se à avaliação sintética dos recursos empregues, quer de Recursos Humanos, avaliando a execução do Mapa de Pessoal, quer de Recursos Financeiros, avaliando a execução orçamental.

A propósito da avaliação dos Recursos Humanos empregues, no Relatório de Atividades e Contas apresenta-se na Parte 4 a articulação com o Balanço Social, analisando as principais tendências e alguns indicadores apurados em 2014.

Relativamente à componente de Recursos Financeiros empregues, na Parte 6 é descrita a situação económica e financeira para o referido ano.

8. Identificação de boas práticas (nº 1 do art.º 28)

| | 2014 |
|---|--|
| Projeto “Mar de Oportunidade” | 45 educandos em navegações 170 educandos em atividades ligadas ao mar |
| Benchmarking | Monitorização da produtividade, através da definição de marcas padrão por CED, para 2 atividades: Intervenção com o Educando Admissões |
| Avaliação da qualidade alimentar | 15 Equipamentos monitorizados |
| Estudos académicos | 6 Estudos |

Tabela XXVI – Síntese das boas práticas identificadas na CPL, I.P. em 2014
Fonte: DAC/PLAN - mar. 2015

No capítulo 9 do presente Relatório de Atividades e Contas encontram-se detalhadas as boas práticas identificadas nas dimensões interna e externa, e a descrição das diversas parcerias com entidades nacionais operacionalizadas pela CPL, I.P. em 2014.

9. Desenvolvimento de medidas para um reforço positivo de desempenho evidenciando as condicionantes que afetaram os resultados a atingir (alínea d) do nº 2 do art.º 15)

| Auscultação | Educandos REF | Educandos Acolhimento | Colaboradores |
|---|------------------|--------------------------|---------------|
| Aspetos positivos | 8 | 8 | 12 |
| Áreas de melhoria | 3 | 2 | 12 |
| Medidas para reforço positivo do desempenho | 4 | 2 | 5 |

Tabela XXVII – Síntese de medidas para um reforço positivo de desempenho da CPL, I.P. em 2014
Fonte: DAC/PLAN - mar. 2015

Nos capítulos 5 e 8 do presente Relatório de Atividades e Contas apresentam-se os aspetos positivos, e as áreas de melhoria da intervenção da CPL, I.P. percecionados em 2014 pelos educandos e pelos colaboradores da Instituição.

Educandos em Respostas Educativas e Formativas

| | | | | | |
|--------------------------|--|--|----------------------------|--|---|
| Aspetos positivos | Qualidade do ensino – 2.º e 3.º CEB | Áreas a melhorar | Qualidade do ensino – FIDC | Medidas de reforço de desempenho positivo | Explorar de forma mais atenta as motivações e interesses dos educandos |
| | Desempenho dos professores | | Conforto das salas de aula | | Qualificação dos serviços de apoio (refeitórios) |
| | Professores justos/respeito pelos educandos | | Qualidade das refeições | | Qualificação dos espaços físicos para o desenvolvimento de atividades desportivas e extracurriculares |
| | Espaços de desporto e recreio | Medidas de reforço de desempenho positivo | | | Manutenção das atividades extracurriculares e apoios |
| | Funcionamento dos serviços administrativos | | | | |
| | Abertura da escola à participação da família | | | | |
| | Clima de segurança do CED | | | | |
| | Rede informal de suporte | | | | |

Educandos em Acolhimento Residencial

| | | | | | |
|--------------------------|---|-------------------------|--|--|---|
| Aspetos positivos | Conforto dos quartos e da sala | Áreas a melhorar | Insatisfação com a alimentação | Medidas de reforço de desempenho positivo | Manter o envolvimento dos educadores nos percursos educativos dos educandos |
| | Integração e acompanhamento inicial | | Dificuldade de acesso ao diretor da unidade de acolhimento | | Monitorizar as refeições |
| | Conhecimento das regras de funcionamento | | | | |
| | Participação em colónias de férias | | | | |
| | Manutenção regular de contactos pessoais com a família | | | | |
| | Respeito pela privacidade e individualidade | | | | |
| | Acompanhamento do percurso escolar pelos educadores | | | | |
| | Administração de medicação fora da unidade de acolhimento | | | | |

| Colaboradores | | | | |
|---|---|--|---|--|
| Aspetos positivos | Papel da CPL na sociedade | Mecanismos de consulta e diálogo entre colaboradores e gestores | Medidas de reforço de desempenho positivo | Melhorar serviços de refeitório |
| | Relacionamento da CPL com os cidadãos e a sociedade | Oportunidade de participação nos processos de tomada de decisão | | Investir nos equipamentos informáticos e software, sobretudo nos CED |
| | Imagem da CPL | Forma como foi implementado o sistema de avaliação de desempenho | | Rever o sistema de recompensa dos esforços individuais e de grupo |
| | Liderança e capacidade de comunicação da gestão de nível intermédio | Medidas de reconhecimento dos esforços individuais e de grupo | | Avaliar a forma de implementação do sistema de avaliação |
| | Ambiente de trabalho | Política de gestão de recursos humanos na CPL | | Potenciar oportunidades para o desenvolvimento de novas competências profissionais |
| | Nível de conhecimento que os colaboradores têm dos objetivos da CPL | Promoção da mobilidade na CPL | | |
| | Ações de formação realizadas | Compensação do trabalho extraordinário | | |
| | Motivação dos trabalhadores para trabalhar em equipa | Saúde no trabalho | | |
| | Motivação dos trabalhadores para participar em formação | Sistema de Informação Respostas Educativas e Formativas (SIREF) | | |
| | Motivação dos trabalhadores para aprender novos métodos de trabalho | Rede informática | | |
| Motivação dos trabalhadores para participar em projetos | Equipamentos informáticos - Impressoras | | | |
| Motivação dos trabalhadores para sugerir melhorias | Qualidade da refeição e ementas | | | |

Tabela XXVIII – Síntese dos aspetos positivos, áreas a melhorar e das medidas de reforço de desempenho positivo da CPL, I.P. em 2014
 Fonte: DAC/PLAN - mar. 2015



6

todas as decisões relativas a crianças, adoptadas por instituições públicas ou privadas de protecção social, por tribunais, autoridades administrativas ou órgãos legislativos, terão primacialmente Os Estados Partes respeitam as responsabilidades, direitos e deveres dos pais e, sendo caso disso, dos próprios

Situação Económica e Financeira

dos representantes legais ou de outras pessoas que tenham a criança legalmente a seu cargo, de assegurar à criança, de forma compatível com o desenvolvimento das suas capacidades a orientação e os conselhos adequados ao seu cargo, de assegurar à criança, de forma compatível com

De acordo com os normativos legais em vigor, a parte 6 do presente relatório pretende enquadrar os documentos de prestação de contas da CPL relativamente ao exercício de 2014, tendo por referência, designadamente, o Plano Oficial de Contabilidade das Instituições de Solidariedade e de Segurança Social (POCISSSS), aprovado pelo Decreto-Lei nº 12/2002, de 25 de Janeiro, incluindo, para além destes, os elementos adicionais definidos pelo Tribunal de Contas na Instrução nº1/2004-2ª secção, publicada no Diário da república II série, de 14 de Fevereiro de 2004 e, no que concerne ao exercício em apreço, a Resolução nº37/2014 do Tribunal de Contas.

13] Contexto Macroeconómico

O ano de 2014 ficou marcado por um ambiente económico incerto, em que a retoma económica foi frágil e desnivelada. A economia mundial tarda em encontrar um rumo definido, suscetível de estabelecer o ambiente propício ao investimento, à redução do desemprego e ao crescimento sustentado.

Portugal, embora tendo terminado o Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF) em Maio de 2014, continuou o processo de ajustamento gradual dos desequilíbrios macroeconómicos, num quadro de crescimento moderado da atividade e do nível de preços, caraterizado também pela manutenção da capacidade de reduzir o endividamento externo.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística, o Produto Interno Bruto (PIB) em 2014, registou um crescimento de 0,9% em termos reais, face a 2013. Este crescimento foi determinado pela procura interna, refletindo uma recuperação do consumo privado e, em menor grau, do Investimento.

Portugal continua a ter grandes desafios e para os vencer é necessário apostar no progresso sustentável do país, pondo à prova a capacidade da economia portuguesa de se tornar mais competitiva, sustentável e integrada na economia global.

Neste contexto a Casa Pia de Lisboa, I.P. irá continuar empenhada no objetivo de assegurar uma resposta mais eficiente e ajustada aos desafios de cada momento.

14] Análise financeira

As demonstrações financeiras da Casa Pia de Lisboa, I.P., relativamente ao ano de 2014, apresentam um Resultado Líquido do Exercício (RLE) positivo de 1.141.406,70€, que se traduz numa evolução positiva de 3.385.755,01 €, face ao ano transato.

Esta variação decorre essencialmente do aumento de Resultados Operacionais (Δ 3.144.585,60€) face à ligeira variação verificada quer nos Resultados Financeiros, cuja variação negativa se cifrou em 112.181,14€, quer nos Resultados Extraordinários, cuja variação positiva foi de 353.350,55€.

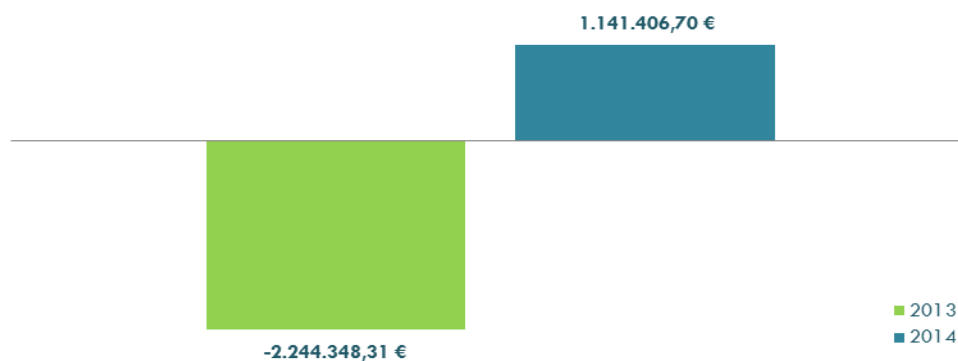


Gráfico XLI – Gráfico Evolutivo de Resultados Líquidos
Fonte: UAF/ abril 2015

Em relação aos Resultados Operacionais, a variação positiva de 3,14% deve-se, essencialmente, ao aumento dos Proveitos e Ganhos Operacionais, em 3.087.494,20€. Esta variação justifica-se essencialmente, pelo aumento das transferências correntes do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social em 3.133.819,12€, face ao registado em 2013.

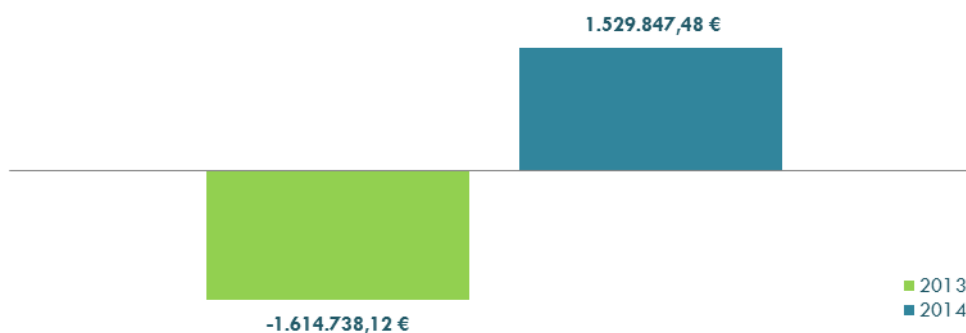


Gráfico XLII - Gráfico Evolutivo de Resultados Operacionais
Fonte: UAF/ abril 2015

Verifica-se um ligeiro decréscimo nos Resultados Financeiros face aos valores apurados em 2013, decorrente de Proveitos Financeiros de 981.502,46€ e Custos Financeiros de 197.424,37€.

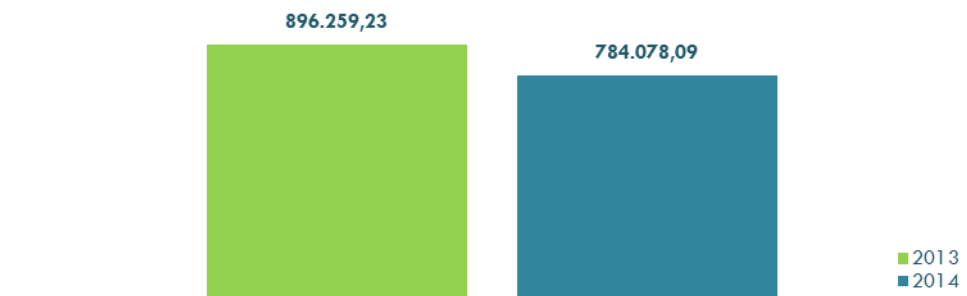


Gráfico XLIII - Gráfico Evolutivo de Resultados Financeiros
Fonte: UAF/ abril 2015

No que concerne aos Resultados Extraordinários, a sua variação positiva de 0,35% (353.350,55€), justifica-se pela diminuição desta natureza de custos em virtude da inexistência de factos excepcionais, como os ocorridos em 2013 resultantes da devolução do imóvel sito na Rua de Xabregas, que se encontrava cedido a esta instituição, e por conseguinte inscrito no seu imobilizado, o qual, apos cessação da cedência, gerou uma perda extraordinária de 387.500€.

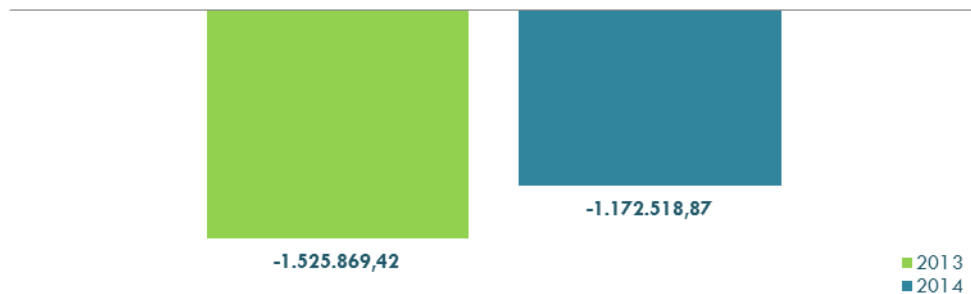


Gráfico XLIV - Gráfico Evolutivo de Resultados Extraordinários
Fonte: UAF/ abril 2015

14.1. Balanço

14.1.1. Ativo

A composição do Ativo Líquido da Casa Pia de Lisboa, I.P., a 31 de dezembro de 2014, bem como a sua evolução no último biénio, foi a seguinte:

| ACTIVO | 2013 | Distribuição % | 2014 | Distribuição % |
|-----------------------------|-------------------------|----------------|-------------------------|----------------|
| Imobilizações Corpóreas | 64.904.487,18 € | 58,39% | 64.733.005,71 € | 57,33% |
| Investimentos Financeiros | 19.784.482,38 € | 17,80% | 19.612.962,37 € | 17,37% |
| Existências | 199.601,88 € | 0,18% | 141.288,18 € | 0,13% |
| Dívidas de Terceiros - CP | 417.182,47 € | 0,38% | 323.072,96 € | 0,29% |
| Depósitos Bancários e Caixa | 25.830.390,70 € | 23,24% | 28.068.477,41 € | 24,86% |
| Acréscimos e Diferimentos | 29.107,27 € | 0,03% | 25.600,34 € | 0,02% |
| Total | 111.165.251,88 € | | 112.904.406,97 € | |

Tabela XXIX - Ativo Líquido 2013/2014

Fonte: UAF/ abril 2015

Relativamente à evolução 2013/2014, destacam-se:

- O peso de 57,33% do Ativo Imobilizado na estrutura do Ativo Líquido embora se tenha verificado um decréscimo de 1,05% face a 2013 equivalente a 171.481,47€.

Para este decréscimo contribuiu:

- Os abates de ferramentas e utensílios e de outras imobilizações corpóreas;
- No entanto, devido a obras ocorridas em edifícios e outras construções e à valorização do imóvel sito na Calçada da Tapada nº 27 2º esq., verificou-se um incremento do ativo líquido compensando parcialmente a diminuição identificada no ponto anterior;

- A diminuição das Existências em 58.313,70 €, resultante em grande medida, do esforço que tem vindo a ser desenvolvido pela CPL, I.P, na área de gestão de stocks, o qual foi vertido no plano de atividades de 2014.

- A diminuição das Dívidas de Terceiros de Curto Prazo, no montante de 94.109,51 €, que resulta, não só, do facto da liquidação em janeiro de 2014 de parte da segunda prestação da compensação financeira do ano de 2013, devida pela concessionária da Praça de Touros do Campo Pequeno, como também do esforço encetado na cobrança desta tipologia de dividas que mais adiante se desenvolverão.

- Ao aumento dos Depósitos Bancários e Caixa, em 2.238.086,71€, que se deve essencialmente ao encaixe da transferência da tranche do mês de dezembro por parte do IGFS, situação não ocorrida no ano transato.

Importa, no contexto de análise ao Ativo da Casa Pia de Lisboa, I.P., enunciar as iniciativas de gestão desenvolvidas no âmbito das Dívidas de Terceiros de Curto Prazo, designadamente:

DÍVIDAS DE RENDAS, COMPARTICIPAÇÕES e CLIENTES COB. DUVIDOSA

O valor de dívidas de terceiros respeitante a **rendas**, sofreu relativamente a 2013, um decréscimo muito significativo, no valor de 208.762,44€ (valor bruto) conforme tabela que se segue:

| | 2013 | | | 2014 | | |
|-----------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| | Valor Bruto | Provisões | Líquido | Valor Bruto | Provisões | Líquido |
| Rendas Sociais | 192.232,27 € | 148.698,26 € | 43.534,01 € | 175.722,91 € | 147.642,07 € | 28.080,84 € |
| Rendas Livres | 41.380,26 € | 25.116,33 € | 16.263,93 € | 42.078,88 € | 28.926,64 € | 13.152,24 € |
| Rendas Serviços | 38.889,89 € | 38.889,89 € | - € | 38.889,89 € | 38.889,89 € | - € |
| Rendas Outros | 582.492,37 € | 327.546,97 € | 254.945,40 € | 395.901,56 € | 214.887,20 € | 181.014,36 € |
| Multas rendas | 27.892,53 € | 6.518,48 € | 21.374,05 € | 21.531,64 € | - € | 21.531,64 € |
| Total | 882.887,32 € | 546.769,93 € | 336.117,39 € | 674.124,88 € | 430.345,80 € | 243.779,08 € |

Tabela XXX - Dívidas de Terceiros Curto Prazo – Outros Devedores (rendas)

Fonte: UAF/ abril 2015

Esta diminuição traduz o empenho da Casa Pia de Lisboa, I.P., ao longo dos últimos anos, não só através da aplicação de mecanismos mais assertivos de recuperação dos valores em dívida relativos a rendas, bem como de uma intensificação de ações preventivas à constituição de novas dívidas.

Tais procedimentos consubstanciaram, para além de notificações mensais de dívida, intimações trimestrais e uma intensificação da instauração de Notificações Judiciais Avulsas.

Simultaneamente, foi sendo feita a monitorização dos montantes em dívida através de relatórios trimestrais com propostas de atuação individualizada em função da particularidade dos casos.

Tal estratégia permitiu a celebração de acordos de pagamento que totalizam à data de 31/12/2014, 35 acordos de pagamento ativos.

Relativamente ao valor da dívida de rendas, com multas devidas pela mora/atraso, num total de 674.124,88€, verifica-se que 85% se referem a situações que se encontram em contencioso ou com acordo de pagamento, conforme gráfico que se segue.

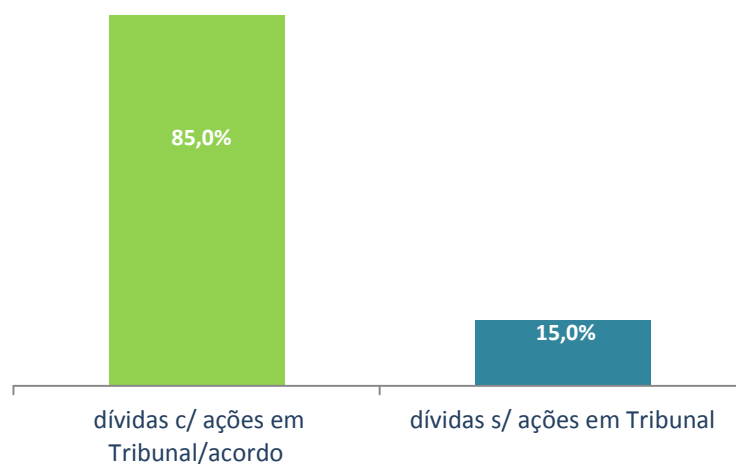


Gráfico XLV- Gráfico de Dívidas em Contencioso – Rendas
 Fonte: UAF/ abril 2015

No que respeita às dívidas de **comparticipações por utilização de estabelecimentos**, verifica-se uma diminuição de 9.429,40€, que resulta do intenso acompanhamento realizado na tentativa de recuperação desta tipologia de dívida, complementada com uma iniciativa de retração à constituição de novas dívidas. O espectro destas duas dimensões de dívidas (anos anteriores e novas dividas) é o seguinte:

| Divida de Terceiros curto prazo | | 2013 | 2014 |
|--|--|-------------|-------------|
| Conta corrente | 2131000000 »Por utilização de estabelecimentos sociais | 268,32 € | 69,00 € |
| Cobrança duvidosa | 2181310000 »Por utilização de estabelecimentos socias | 85.199,87 € | 72.999,79 € |
| Total Participações por utilização de estabelecimentos | | 85.468,19 € | 73.068,79 € |

Tabela XXXI - Dívidas de Terceiros Curto Prazo – Clientes Contribuintes e utentes
 Fonte: UAF/ abril 2015

14.1.2. Capital Próprio e Passivo

O Capital Próprio e Passivo apresenta a seguinte composição no biénio 2013/2014:

| CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO | | | | |
|---|-------------------------|-------------------------|-------------------------|----------------|
| Fundos Próprios | 2013 | Distribuição % | 2014 | Distribuição % |
| Fundos Próprios | 68.008.716,65 € | 61,18% | 68.008.716,65 € | 60,24% |
| Reservas | 11.540.672,14 € | 10,38% | 11.543.329,28 € | 10,22% |
| Resultados Transitados | 26.311.387,17 € | 23,67% | 24.181.808,83 € | 21,42% |
| Resultado Líquido Exercício | -2.244.348,31 € | -2,02% | 1.141.406,70 € | 1,01% |
| Total | 103.616.427,65 € | 93,21% | 104.875.261,46 € | 92,89% |
| Passivo | 2013 | Distribuição % | 2014 | Distribuição % |
| Dívidas a Terceiros – MLP | 1.292.133,18 € | 1,16% | 1.137.844,57 € | 1,01% |
| Dívidas a Terceiros – CP | 521.341,01 € | 0,47% | 908.202,04 € | 0,80% |
| Acréscimos e Diferimentos | 5.735.350,04 € | 5,16% | 5.983.098,90 € | 5,30% |
| Total | 7.548.824,23 € | 6,79% | 8.029.145,51 € | 7,11% |
| Total de Capital Próprio e Passivo | | 111.165.251,88 € | 112.904.406,97 € | |

Tabela XXXII - Capital Próprio e Passivo 2013/2014
Fonte: UAF/ abril 2015

Da análise da evolução do Capital Próprio e Passivo, são de destacar:

- O aumento do Total de Capital Próprio da CPL, I.P., que se deve essencialmente aos Resultados Líquidos positivos obtidos e que para o qual contribuíram de forma significativa, o aumento dos Proveitos e Ganhos Operacionais, conforme análise da Demonstração de Resultados.
- A conta de Resultados Transitados teve um impacto negativo devido à integração do resultado líquido das contas de 2013 e da incorporação do imóvel sito na Calçada da Tapada nº 27 2º esq. e de três terrenos sitos na Matela;
- O aumento das Dívidas a Terceiros CP, em 386.861,03€, resultou de uma alteração na fase de pagamento das contribuições da CGA inerentes ao processamento de vencimentos de dezembro 2014, que face a 2013 ocorreu apenas no ano subsequente;
- O aumento de Acréscimos e Diferimentos, no montante de 247.748,86€, face ao valor verificado em 2013, resulta da conjugação de vários fatores:
 - Do aumento do acréscimo de custos com Ferias, Subsídios de Ferias e respetivos encargos sociais;

- Da inexistência de Indeminizações (outros acréscimos de custos), ao contrário do ocorrido em 2013;
- Do aumento de proveitos diferidos que resultam das receitas obtidas através do Capítulo 50, as quais devem ser diferidas para os anos subsequentes e reconhecidas como proveitos na cadência das amortizações dos imóveis objeto de financiamento.

14.2. Demonstração de Resultados

Como já referido, o Resultado Líquido do Exercício cifrou-se nos 1.141.406,70€, sendo a sua composição, por natureza, a seguinte:

| | 2013 | 2014 | Varição |
|----------------------------|-----------------|-----------------|----------------|
| Resultados Operacionais | -1.614.738,12 € | 1.529.847,48 € | 3.144.585,60 € |
| Resultados Financeiros | 896.259,23 € | 784.078,09 € | -112.181,14 € |
| Resultados Correntes | -718.478,89 € | 2.313.925,57 € | 3.032.404,46 € |
| Resultados Extraordinários | -1.525.869,42 € | -1.172.518,87 € | 353.350,55 € |
| Resultados Líquidos | -2.244.348,31 € | 1.141.406,70 € | 3.385.755,01 € |

Tabela XXXIII - Composição do Resultado Líquido

Fonte: UAF/ abril 2015

Quanto à Demonstração de Resultados, a mesma configura o seguinte:

| | 2013 | Distribuição % | 2014 | Distribuição % |
|---|-----------------|----------------|-----------------|----------------|
| CUSTO E PERDAS | | | | |
| Custo das merc Vendidas e das matérias consumidas | 740.813,57 € | 1,96% | 706.542,56 € | 1,89% |
| Fornecimentos e serviços externos | 5.104.102,79 € | 13,48% | 5.231.424,81 € | 14,00% |
| Custo com o Pessoal - Remunerações | 21.569.837,16 € | 56,96% | 21.554.485,85 € | 57,67% |
| Custo com o Pessoal - Encargos Sociais | 5.439.574,65 € | 14,36% | 5.309.472,59 € | 14,21% |
| Transf correntes concedidas e prestações sociais | 47.851,55 € | 0,13% | 19.499,56 € | 0,05% |
| Amortizações do Exercício | 1.684.776,33 € | 4,45% | 1.613.480,47 € | 4,32% |
| Provisões do Exercício | 195,08 € | 0,00% | 600,30 € | 0,00% |
| Outros custos e perdas operacionais | 1.050.734,65 € | 2,77% | 1.145.288,24 € | 3,06% |
| Custos e Perdas financeiras | 185.939,03 € | 0,49% | 197.424,37 € | 0,53% |
| Custos e perdas extraordinárias | 2.047.085,32 € | 5,41% | 1.595.224,69 € | 4,27% |
| Resultado Líquido do Exercício | -2.244.348,31 € | | 1.141.406,70 € | |
| PROVEITOS E GANHOS | | | | |
| Prestações de Serviços | 152.457,67 € | 0,43% | 136.913,70 € | 0,36% |
| Impostos e Taxas | 0,00 € | 0,00% | 0,00 € | 0,00% |
| Proveitos Suplementares | 178.338,25 € | 0,50% | 39.789,61 € | 0,10% |
| Outras | 33.374.891,12 € | 93,68% | 36.508.710,24 € | 94,79% |
| Outros Proveitos e ganhos Operacionais | 317.460,62 € | 0,89% | 425.228,31 € | 1,10% |
| Proveitos e Ganhos Financeiros | 1.082.198,26 € | 3,04% | 981.502,46 € | 2,55% |
| Proveitos e Ganhos Extraordinários | 521.215,90 € | 1,46% | 422.705,82 € | 1,10% |

Tabela XXXIV - Demonstração de Resultados

Fonte: UAF/ abril 2015



Custos e Perdas

Atendendo à estrutura em análise, sobressai o peso dos custos com pessoal-remunerações, que representa cerca de 57,67% dos custos de funcionamento, ainda que, em termos comparativos com o ano transato, se tenha verificado uma diminuição em 0,07%.

A rubrica custos com pessoal-encargos sociais registou uma diminuição de 130.102,06€ que se deve à conjugação de vários fatores:

- Diminuição de indemnizações pagas a docentes por cessação de contratos;
- Diminuição da percentagem de descontos para a ADSE, enquanto encargo da entidade patronal (2,5 % até Julho 2013 para 1,25 % a partir de Agosto de 2013);
- Aumento da percentagem de descontos para a Caixa Geral de Aposentações (CGA) enquanto encargo da entidade patronal (20% em 2013 para 23,75% em 2014);
- Impacto dos encargos sociais, decorrente do aumento da base de incidência, relativamente à reversão da medida de redução remuneratória prevista na Lei do Orçamento Estado para 2014, por aplicação do Acórdão n.º 413/2014, de 30 de maio, do Tribunal Constitucional.

Relativamente a Fornecimentos e Serviços Externos verifica-se um aumento de 2,49%, resultante em grande parte:

- Da conservação do património da CPL através de intervenções preventivas, por forma a minimizar as consequências no funcionamento das estruturas que suportam a prossecução da missão da Instituição;
- Da aquisição de serviços de desenvolvimento de software informático no âmbito da candidatura ao Sistema Apoio Modernização Administrativa – SAMA.

No que respeita a transferências correntes concedidas e prestações sociais verifica-se um decréscimo de 59,25%, que resulta da não atribuição do subsídio ao CCD (Associação de Trabalhadores), decorrente da falta da publicação do despacho preconizado no nº 3 do artigo 50º do Decreto-Lei nº 52/2014 de 07 de Abril de 2014.

Relativamente aos custos e perdas extraordinários verifica-se uma diminuição de 451.860,63€, inerente à menor ocorrência de situações extraordinárias, que influenciam de forma preponderante esta componente, designadamente à inexistência de devolução de imóvel conforme o verificado em 2013.

Proveitos e Ganhos

Atendendo à estrutura de proveitos, sobressai o peso de 94,78% da conta Outras e a sua variação positiva de 9,39% (3.133.819,12€) que se deve em grande parte à transferência da tranche de dezembro pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social de forma a garantir o cumprimento do previsto no artigo 5.º da Lei n.º 75/A de 2014, situação que não era obrigatória em 2013.

Relativamente aos Proveitos Suplementares, verifica-se uma diminuição de 138.548,64€ que se deve essencialmente à resolução do contrato de concessão de exploração da sala de jogo do Bingo da Amora em janeiro de 2014.

No que respeita aos Proveitos e Ganhos Extraordinários, verifica-se um decréscimo de 18,90% que se deve à diminuição de doações heranças e legados, ao decréscimo de regularização de rendas pagas referentes a anos anteriores e aos diversos ajustamentos das provisões de cobrança duvidosa do presente ano.

14.3. Indicadores Financeiros

A concluir, apresenta-se a evolução dos principais rácios financeiros no último biénio:

| Estrutura Financeira | | 2013 | 2014 |
|--------------------------------------|---|--------|-------|
| Autonomia Financeira | <u>Total Fundos</u> <u>Próprios</u> Ativo Total | 0,93 | 0,93 |
| Solvabilidade | <u>Ativo Total</u> Passivo Total | 14,73 | 14,06 |
| Estrutura do Endividamento | <u>Passivo a Curto</u> <u>Prazo</u> Passivo Total | 0,05 | 0,11 |
| Liquidez | | | |
| Liquidez Imediata | <u>Disponibilidades</u> Passivo a Curto Prazo | 70,55 | 30,91 |
| Rentabilidade | | | |
| Rentabilidade dos Fundos Próprios % | <u>Resultados Líquidos</u> Fundos Próprios | -3,30 | 1,68 |
| Rentabilidade do Fundo Estatutário % | <u>Resultados Líquidos</u> Fundo Social | -19,45 | 9,89 |

Tabela XXXV - Rácios Financeiros
Fonte: UAF/ abril 2015

14.4. Execução Orçamental

A Casa Pia de Lisboa, I.P. perspetivou o Orçamento para 2014, por referência à sua atividade, bem como pelas orientações emanadas pela Direção Geral do Orçamento (DGO).

Após aprovação da Lei do Orçamento de Estado, Lei 83-C/2013 de 31 de dezembro, verificou-se que o Orçamento aprovado, na sua dimensão de Despesa, foi inferior em 2.473.855 €.

No sentido de clarificar esta redução orçamental, foi solicitado à 5ª Delegação da Direção Geral do Orçamento um pedido de esclarecimentos relativamente à redução verificada face o Orçamento proposto.

A informação obtida foi a de que a redução nas Despesas com Pessoal foi efetuada por orientações emanadas pelo Governo (a aplicar à Administração Pública) suportado no aumento dos cortes salariais e na potencial redução da massa salarial decorrente do Programa de Rescisões por Mútuo Acordo. De referir que a redução, neste agrupamento de despesa, teve um impacto de 2.310.085 €.

De referir também a redução de 163.800 € no Agrupamento de Aquisição de Bens e Serviços aplicado na totalidade à rubrica 02.02.25 e que para o qual não houve qualquer explicação.

A não aplicabilidade de cativações às Entidades Públicas Reclassificadas prevista no Dec. Lei nº 36/2013 (DLEO 2013), com exceção das previstas no nº 2 do artigo 3º da Lei nº 66-B/2012 de 31 de dezembro de 2012, não se verificou no DLEO 2014 (art. 21º do Decreto-Lei nº 52/2014 de 7 de Abril) pelo que o Orçamento aprovado passou a ter uma restrição de execução orçamental de despesa de 2.172.930 €.

Posteriormente foi aprovado um Crédito Especial de 900.000,00€ à CPL, I.P. para fazer face ao aumento das despesas com pessoal decorrente da reversão da medida de redução remuneratória (entre junho e 15 de setembro).

No que respeita às execuções acumuladas de janeiro a dezembro verifica-se:

14.4.1. Execução da Receita

Relativamente ao grau de execução da receita verifica-se que se manteve dentro dos padrões previstos (96,21%).

| Cap | Receita | Orçamento | Execução Acumulada Janeiro a Dezembro | | Variação homologa % | Grau de execução % |
|-------|----------------------------------|-----------------|---------------------------------------|-----------------|---------------------|--------------------|
| | | | 2013 | 2014 | | |
| 04 | Taxas, Multas Outras Penalidades | 3.000,00 € | 36.559,45 € | 19.617,22 € | -46,3% | 653,9% |
| 05 | Rendimentos da propriedade | 991.000,00 € | 1.359.660,66 € | 1.147.704,03 € | -15,6% | 115,8% |
| 06 | Transferências correntes | 38.484.600,38 € | 33.374.891,12 € | 36.469.863,59 € | 9,3% | 94,8% |
| 07 | Vendas bens serviços correntes | 135.000,00 € | 165.242,94 € | 154.370,15 € | -6,6% | 114,3% |
| 08 | Outras receitas correntes | 337.188,00 € | 780.609,15 € | 686.269,93 € | -12,1% | 203,5% |
| 10 | Transferências de capital | 475.338,00 € | 388.442,37 € | 419.088,00 € | 7,9% | 88,2% |
| 13 | Outras receitas capital | - € | 524,00 € | - € | n/a | n/a |
| 15 | Rep não abatidas pagamento | 5.000,00 € | 28.874,46 € | 3.214,18 € | -88,9% | 64,3% |
| Total | | 40.431.126,38 € | 36.134.804,15 € | 38.900.127,10 € | 7,65% | 96,21% |

Tabela XXXVI - Execução Orçamental-Receita

Fonte: UAF/ abril 2015

Face a 2013 verifica-se um aumento da execução da receita em 7,65%, devendo-se esta variação ao aumento no capítulo 06 designadamente no que concerne às transferências provenientes do IGFSS.

14.4.1.1. Evolução da Execução da Receita

Neste título pretende-se promover uma análise comparativa entre a execução Orçamental de receita de 2014 face a 2013.

- No que respeita ao capítulo **Taxas, Multas e Outras Penalidades**, verifica-se uma redução de 46,3%, situação que resulta do facto de o valor de juros de mora cobrados pela amortização da dívida da Sociedade de Renovação Urbana do Campo Pequeno (SRUCP), ser tendencialmente menor, uma vez que o valor sobre o qual este incide diminui com as amortizações mensais realizadas ao capital em dívida.
- Outro fator que influencia este capítulo é a diminuição do incumprimento no pagamento de rendas, que resulta no decrémento de multas aplicadas e cobradas.

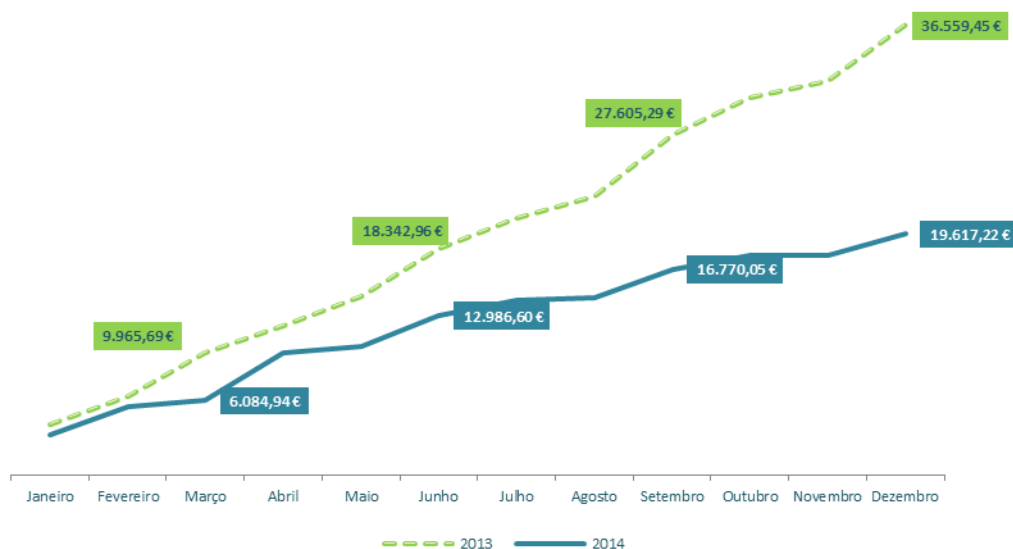


Gráfico XLVI – Taxas Multas e Penalidades (valores acumulados)

Fonte: UAF/ abril 2015

- O capítulo **Rendimentos de Propriedade**, em 2014 apresenta um comportamento idêntico ao período homólogo. No entanto, a receita acumulada é inferior em 15,6%, devido ao facto da Sociedade de Renovação Urbana Campo Pequeno ter efetuado a liquidação extraordinária de parte da 2ª prestação da compensação financeira de 2013, em 2014. Em 2013 a liquidação extraordinária referia-se à totalidade da 2ª prestação da compensação financeira de 2012.



Gráfico XLVII – Rendimentos de Propriedade (valores acumulados)

Fonte: UAF/ abril 2015

- No capítulo **Transferências Correntes**, verifica-se um crescimento de 9,3%, correspondente a 3.094.972,47€. Este aumento decorre essencialmente pelo facto de se ter sido executada a receita relativa à tranche do mês de dezembro de 2014, por parte do IGFSS, situação não ocorrida em 2013.

De notar que em Fevereiro não ocorreu o recebimento do duodécimo proveniente do IGFSS, situação atípica que criou alguns constrangimentos à CPL, que para fazer face aos seus compromissos teve que recorrer às disponibilidades. A regularização desta situação foi efetuada em março.

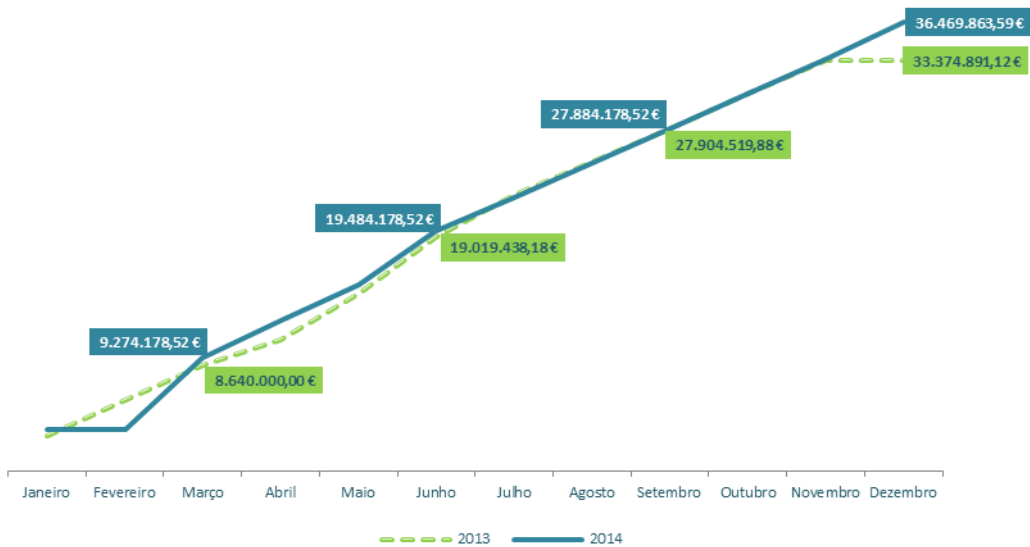


Gráfico XLVIII – Transferências Correntes (valores acumulados)
 Fonte: UAF/ abril 2015

- A **Componente Vendas de Bens e Serviços** apresenta um comportamento de execução de receita, similar ao ano transato.



Gráfico XLIX – Venda de Bens e Serviços Correntes (valores acumulados)

Fonte: UAF/ abril 2015

- A variação negativa de 12,1% no capítulo **Outras Receitas Correntes** deve-se essencialmente ao fim da concessão do Bingo da Amora e consequentemente da extinção das receitas.

Evidencia-se da análise do gráfico abaixo, a ocorrência de receitas entre os meses de maio e setembro que se registaram superiores em 2014, face ao período homólogo.

Esta situação resulta do recebimento de doações e heranças, bem como de reembolsos de projetos, terem sucedido em períodos diferentes das receitas da mesma natureza em 2013.



Gráfico L – Outras Receitas Correntes (valores acumulados)

Fonte: UAF/ abril 2015

- No que concerne às **Transferências de Capital** a variação positiva de 7,9% deve-se ao aumento de verbas de financiamento provenientes do capítulo 50 do OE, tendo para tal contribuído o reforço da dotação inicial, decorrente da queda do muro suscitada por fatores climáticos excepcionais ocorridos em setembro.

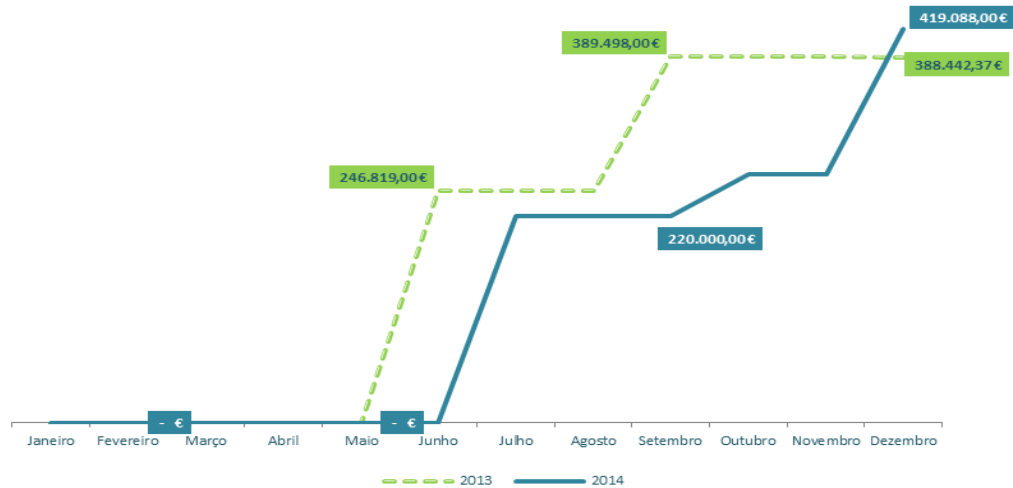


Gráfico LI – Transferências de Capital (valores acumulados)

Fonte: UAF/ abril 2015

- Relativamente às **Outras Receitas de Capital** a variação existente deve-se à inexistência de contrapartida de receita derivada de abate físico de bens (venda de sucata).

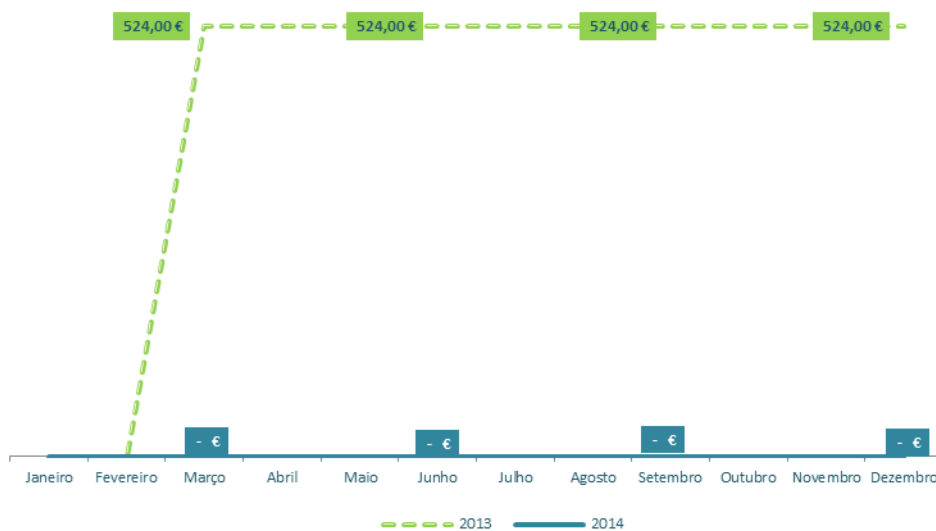


Gráfico LII – Outras Receitas de Capital (valores acumulados)

Fonte: UAF/ abril 2015

- A variação negativa verificada nas **Reposições não abatidas ao Pagamento**, resulta em grande parte, de em 2013, se ter efetuado a regularização da totalidade das rendas pagas desde 2008, relativamente à fração da Av. da República nº 62 – 8º Dto, através da devolução à CPL, I.P. do montante de 22.468,26€.



Gráfico LIII – Outras Receitas Não Abatidas ao Pagamento (valores acumulados)

Fonte: UAF/ abril 2015

14.4.2. Execução da Despesa

Relativamente ao grau de execução da despesa verifica-se que se manteve dentro dos padrões preconizados (96,87%), se atendermos à dimensão da despesa efetivamente disponível (orçamento liquido de cativos).

| Agrup | Despesa | Orçamento | | | Execução Acumulada Janeiro a Dezembro | | Variação homologa % | Grau de execução % |
|-------|------------------------------|-----------------|----------------|-----------------|---------------------------------------|-----------------|---------------------|--------------------|
| | | Ordinário | Cativos | Disponível | 2013 | 2014 | | |
| 01 | Despesas com pessoal | 27.227.915,38 € | - € | 27.227.915,38 € | 27.007.705,49 € | 27.083.160,49 € | 0,3% | 99,5% |
| 02 | Aquisição de bens e serviços | 7.734.909,00 € | 1.125.705,00 € | 6.609.204,00 € | 5.832.411,69 € | 5.862.332,12 € | 0,5% | 88,7% |
| 03 | Juros e outros encargos | 28.500,00 € | - € | 28.500,00 € | 15.797,13 € | 27.562,29 € | 74,5% | 96,7% |
| 04 | Transferências correntes | 1.000,00 € | - € | 1.000,00 € | 1.560.633,36 € | 682,03 € | -100,0% | 68,2% |
| 05 | Subsídios | 25.000,00 € | - € | 25.000,00 € | 47.588,56 € | 19.080,52 € | -59,9% | 76,3% |
| 06 | Outras despesas correntes | 1.320.204,00 € | 90.975,00 € | 1.229.229,00 € | 1.071.251,41 € | 1.160.959,01 € | 8,4% | 94,4% |
| 07 | Aquisição de bens de capital | 1.598.713,00 € | 56.250,00 € | 1.542.463,00 € | 757.465,44 € | 1.359.895,64 € | 79,5% | 88,2% |
| 10 | Passivos financeiros | 160.000,00 € | - € | 160.000,00 € | 153.951,33 € | 155.478,61 € | 1,0% | 97,2% |
| Total | | 38.096.241,38 € | 1.272.930,00 € | 36.823.311,38 € | 36.446.804,41 € | 35.669.150,71 € | -2,13% | 96,87% |

Tabela XXXVII - Execução Orçamental-Despesa

Fonte: UAF/ abril 2015

Do comparativo entre o Orçamento executado 2014 face a 2013 verifica-se uma diminuição da execução da despesa em 2,13% (≃777.653,70€). Esta diminuição deve-se essencialmente às

variações ocorridas nos agrupamentos 04 (↘1.559.951,33€) e 07 (↗ 602.430,20€) conforme a análise que se segue.

14.4.2.1. Evolução da Execução da Despesa

Relativamente a cada um dos agrupamentos que compõem a execução orçamental da despesa em 2014, por comparação a 2013, verifica-se:

➤ O crescimento das **Despesas com pessoal** em 0,3%, face a 2013, que resulta essencialmente da:

- Reversão da medida de redução remuneratória, que vigorou até Maio, prevista na Lei do Orçamento Estado para 2014, por aplicação do Acórdão n.º 413/2014, de 30 de maio, do Tribunal Constitucional, cujo impacto foi atenuado pela aplicação da Lei nº 75/2014 de 12 de Setembro que determina a redução das remunerações totais ilíquidas mensais superiores a 1.500€.
- Aumento de 20% para 23,75% da taxa de contribuição da entidade patronal para a CGA, previsto no nº 81º da Lei 83-C/2013 de 31 de dezembro.
- Despesa realizada no âmbito do Programa de Rescisão por Mutuo Acordo (PMRA).

O desaceleramento da despesa face ao 1º semestre que registava um aumento de 11,3%, deve-se essencialmente ao pagamento do subsídio de férias ter ocorrido em períodos distintos nos dois anos. Em 2013 ocorreu em Novembro, por imposição da Lei 39/2013 de 21 de junho e em 2014 ocorreu em junho.



Gráfico LIV – Agrupamento 01- Despesas com Pessoal (valores acumulados)

Fonte: UAF/ abril 2015

- O agrupamento referente à **Aquisição de bens e Serviços** apresenta uma variação homóloga acumulada de 0,5%, (29.920,43€) sem impacto significativo.

Não obstante, há que referir as seguintes oscilações no referido agrupamento:

Económica D.02.01 - Aquisição de Bens, com um decréscimo de 128.610,22€, com maior relevo na componente:

Alimentação – refeições confeccionadas (-125.199,32 €) - redução com os custos unitários e quantidades das refeições confeccionadas no âmbito do novo contrato de fornecimento celebrado em 2014.

Económica D.02.02 - Aquisição de Serviços com um acréscimo de 158.530,65 € com maior relevo na componente:

Conservação de bens (+156.749,69€) – significativo aumento de serviços destinados à manutenção dos edifícios, contratos de conservação e manutenção do ativo imobilizado, bem como de obras de remodelação para manutenção da capacidade de resposta em educação e acolhimento na CPL.

Vigilância e segurança (-68.517,16 €) – redução dos custos dos serviços prestados no âmbito desta tipologia, face ao novo contrato de prestação de serviços, com impacto na redução do preço unitário do serviço.

Locação Outros Bens (-77.243,69€) – a redução deve-se em grande parte à inexistência de alugueres de gateways e garrafas de gás, em virtude da sua aquisição em 2014.

Outros Trabalhos Especializados (+190.144,81€) – Investimento em serviços de desenvolvimento de software informático no âmbito da candidatura ao Sistema Apoio Modernização Administrativa – SAMA.



Gráfico LV – Agrupamento 02- Aquisição de Bens e Serviços (valores acumulados)

Fonte: UAF/ abril 2015

- Relativamente a **Juros e Outros Encargos**, verifica-se uma variação positiva de 74,5% respeitante ao pagamento de juros compensatórios a um ex-colaborador, decorrente de sentença judicial, e de juros de mora de regularizações de contribuições à segurança social respeitantes a anos anteriores.



Gráfico LVI – Agrupamento 03 - Juros e Outros Encargos (valores acumulados)

Fonte: UAF/ abril 2015

- As **Transferências Correntes** apresentam um decréscimo próximo dos 100%, justificado pelo facto de a devolução do valor do saldo de gerência anterior, ocorrida em 2014, ter sido contabilizado através de conta extra orçamental, conforme

orientações do Tribunal de Contas, no âmbito do processo de análise da conta geral do estado.

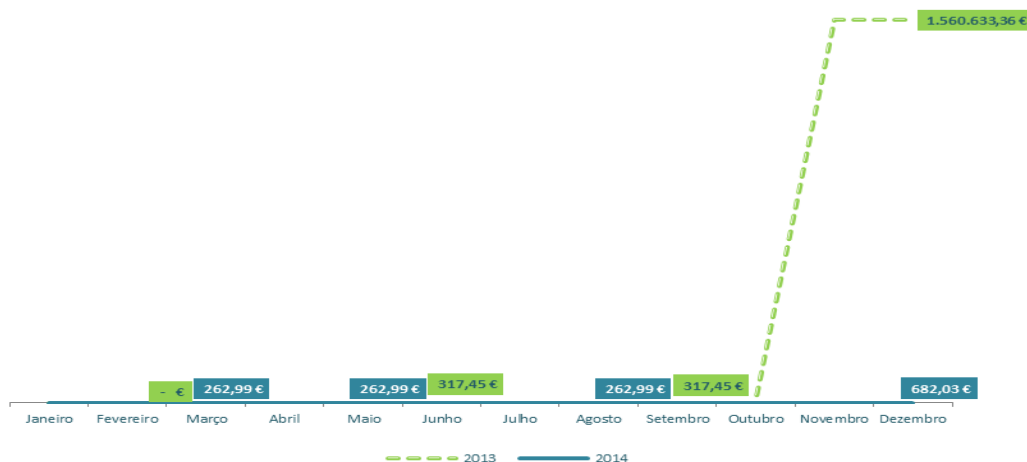


Gráfico LVII – Agrupamento 04 - Transferências Correntes (valores acumulados)

Fonte: UAF/ abril 2015

- O agrupamento referente a **Subsídios** apresenta uma diminuição de 59,9%, que resulta da não atribuição do subsídio ao CCD (Associação de Trabalhadores), decorrente da falta da publicação do despacho preconizado no nº 3 do artigo 50º do Decreto-Lei nº 52/2014 de 07 de Abril de 2014.



Gráfico LVIII - Agrupamento 05 - Subsídios (valores acumulados)

Fonte: UAF/ abril 2015

- A variação positiva em 8,4% no agrupamento **Outras Despesas Correntes**, decorre essencialmente dos seguintes fatores:

- Aumento das despesas com aquisição de serviços externos de transporte para deslocações em colónias de férias, inerente à frota da CPL não ter capacidade para assegurar o transporte;
- Incremento das despesas com transportes, respeitante a passes sociais;
- Aumento da despesa com alimentação no âmbito da formação em contexto de trabalho dos educandos que frequentam a oferta educativa da CPL, I.P.



Gráfico LIX – Agrupamento 06-Outras Despesas Correntes (valores acumulados)

Fonte: UAF/ abril 2015

- O aumento em 79,5% verificado no agrupamento **Aquisição de Bens de Capital**, resulta do incremento da despesa com licenciamento de software(146.591,88€), bem como do crescimento do investimento em equipamento informático (57.405,04€) e de empreitadas e obras.(414.790,58€).

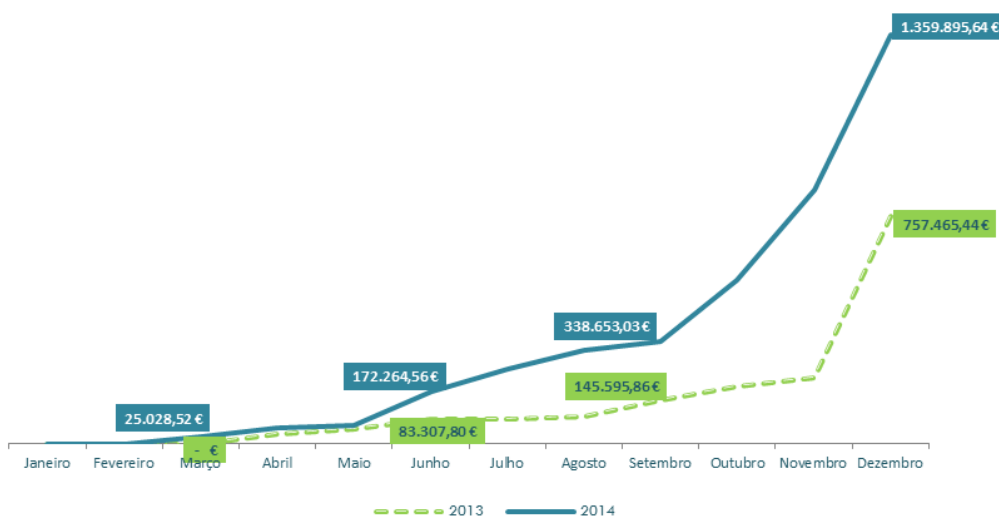


Gráfico LX – Agrupamento 07-Aquisição de Bens de Capital (valores acumulados)

Fonte: UAF/ abril 2015

- O agrupamento **Passivos Financeiros** apresenta a mesma evolução face ao período homólogo, correspondendo à amortização do capital relativo ao empréstimo detido na CGD para aquisição da Urbanização Nossa Senhora da Conceição.

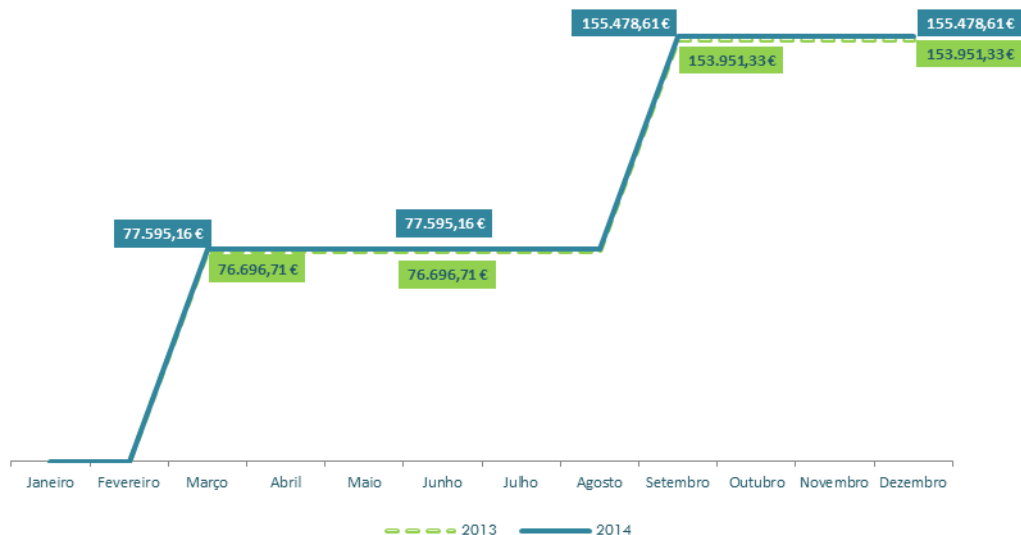


Gráfico LXI – Agrupamento 10 - Passivos Financeiros (valores acumulados)

Fonte: UAF/ abril 2015

15] Saldos Orçamentais

Em consonância com o disposto no artigo 5º da Lei n.º 75-A/2015, os Serviços e Fundos Autónomos (EPR inclusive), devem apresentar um saldo global igual ou superior ao aprovado pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, salvo autorização expressa do membro do Governo responsável pela área das finanças.

Assim sendo, procede-se ao apuramento dos saldos:

Saldo aprovado pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro

$$\text{Saldo Global} = 39.921.188 - 37.447.303 - 160.000 = 2.313.885$$

Saldo global efetivo

$$\text{Saldo Global Efetivo} = 38.900.127 - 35.669.150 - 155.479 = 3.075.498$$

Relativamente aos saldos de gerências anteriores transitados de anos anteriores, são de 24.286.672,79 €, de acordo com o seguinte quadro:

PEDIDO DE TRANSIÇÃO DE SALDOS - DETALHE

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

Ministério:

SOLIDARIEDADE, EMPREGO E DA SEGURANÇA SOCIAL

Entidade:

5809 - CASA PIA DE LISBOA, IP

DADOS DO PEDIDO

Ano

2014

Orgânica

13.1.90.01.00 - CASA PIA DE LISBOA, IP

Tipo de Pedido

Saldos de Anos Anteriores

Suporte legal para o Pedido

alíneas 3 e 7 do artigo 8.º do Decreto-Lei nº 52/2014

DETALHE DO PEDIDO

| Fonte Financiamento | Económica Receita (nível da rubrica) | Montante Ano n-1 | Montante Anos Anteriores | TOTAL | Valor Confirmado Delegação | FF Aprovada |
|--|--------------------------------------|------------------|--------------------------|---------------|----------------------------|--|
| 510 - RECEITA PROPRIA DO ANO | 0801990000 | 227.106,13 | 0,00 | 227.106,13 | 227.106,13 | 520 - SALDOS DE RP TRANSITADOS (A) |
| 510 - RECEITA PROPRIA DO ANO | 0510040200 | 799.910,39 | 0,00 | 799.910,39 | 799.910,39 | 520 - SALDOS DE RP TRANSITADOS (A) |
| 412 - FEDER - PO FACTORES DE COMPETITIVIDADE | 0609010112 | 679.143,32 | 0,00 | 679.143,32 | 679.143,27 | 412 - FEDER - PO FACTORES DE COMPETITIVIDADE |
| 520 - SALDOS DE RP TRANSITADOS (A) | 1601010100 | 0,00 | 37.723,00 | 37.723,00 | 37.723,00 | 520 - SALDOS DE RP TRANSITADOS (A) |
| 520 - SALDOS DE RP TRANSITADOS (A) | 1601030100 | 0,00 | 22.542.790,00 | 22.542.790,00 | 22.542.790,00 | 520 - SALDOS DE RP TRANSITADOS (A) |
| TOTAIS | | 1.706.159,84 | 22.580.513,00 | 24.286.672,84 | 24.286.672,79 | |

16] Contingências

De acordo com as recomendações do Tribunal de Contas, explanadas pela Recomendação 64 – PCGE/2011, “as devoluções de saldos devem ser registadas pela entidade que a estas procede, como operação extraorçamental, nos termos do classificador económico aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro”. No entanto, a CPL, I.P. em 2013, após obtenção do despacho concordante do SEAO de 05-11-2013, procedeu à devolução dos saldos através de classificação económica D.04.

Não obstante a CPL, I.P., efetuou a retificação, por referência às recomendações do Tribunal de Contas no âmbito da matéria em apreço e deparou-se com os seguintes constrangimentos:

- Com a alteração da contabilização das devoluções de saldos da gerência anterior, antecipa-se que as operações de tesouraria da saída sejam fortemente influenciadas, o



que terá implicações no mapa de fluxos de caixa, designadamente nos saldos da gerência, no montante de 1.387.155,81€ no ano económico em análise.

- Decorrente das transferências provenientes do IGFSS, as quais são enquadradas em rubricas de classificação económica de receita (R.06), prevê-se que se gere um desequilíbrio nas operações de tesouraria da CPL, I.P., visto que, apenas ocorrem operações de tesouraria de saída (devolução dos saldos da gerência anterior) sem que haja a correspondente operação de tesouraria de entrada.

Estas vicissitudes foram identificadas e reportadas à DGO em julho de 2014, com pedido de esclarecimento, sem que houvesse proposta para a resolução das mesmas.

17] Proposta de aplicação de resultados

Considerando que a Casa Pia de Lisboa, IP encerrou as contas relativas a 2014 com Resultados Líquidos do exercício positivos de 1.141.406,70 Euros.

Considerando que, nos termos da alínea c) do nº 11 das Resolução nº 1/93 do Tribunal de Contas deverá constar do relatório de gestão a forma como deverá ser aplicado aquele resultado;

Propõe-se que o referido Resultado Líquido das contas relativas a 2014 seja integrado na conta “Resultados Transitados”.



todas as decisões relativas a crianças, adoptadas por instituições públicas ou privadas de protecção social, por tribunais, autoridades administrativas ou órgãos legislativos, terão primacialmente Os Estados Partes respeitam as responsabilidades, os e deveres dos pais e, sendo caso disso, dos memb

Glossário

da comunidade nos termos dos adoptadas por instituições públicas ou privadas de protecção social, por tribunais, au costumes locais, dos representantes legais ou de outras pessoas que tenham a criança legalmente a seu cargo, de assegurar à criança, de forma compatível com o desenvolvimento das suas capacidades a orienta

Glossário de abreviaturas, siglas e conceitos

| | |
|-----------------|--|
| AIF | Acompanhamento para a Inserção Familiar |
| AR | Acolhimento Residencial |
| BS | Balço Social |
| CA | Coordenador de Acção |
| CAFAP | Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental |
| CCAS | Conselho Coordenador de Avaliação dos Serviços |
| CEB | Ciclo do Ensino Básico |
| CED | Centros de Educação e Desenvolvimento |
| CEAS | Centro de Educação e Acção Social |
| CED AACF | Centro de Educação e Desenvolvimento António Aurélio da Costa Ferreira |
| CED FM | Centro de Educação e Desenvolvimento Francisco Margiochi |
| CED SCAT | Centro de Educação e Desenvolvimento de Santa Catarina |
| CED SCL | Centro de Educação e Desenvolvimento de Santa Clara |
| CED JRP | Centro de Educação e Desenvolvimento Jacob Rodrigues Pereira |
| CED MP | Centro de Educação e Desenvolvimento D. Maria Pia |
| CED NAP | Centro de Educação e Desenvolvimento D. Nuno Álvares Pereira |
| CED NSC | Centro de Educação e Desenvolvimento Nossa Senhora da Conceição |
| CED PM | Centro de Educação e Desenvolvimento Pina Manique |
| CCC | Centro Cultural Casapiano |
| CGD | Caixa Geral de Depósitos |
| CJS | Clemente José dos Santos |
| CPL I.P. | Casa Pia de Lisboa I.P. |
| DAC | Direção de Apoio à Coordenação |
| DGO | Direção Geral do Orçamento |
| DSP | Direção de Serviços Partilhados |
| EIP | Equipa de Inserção Profissional |
| ESPAP | Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública |
| FIDC | Formação Inicial de Dupla Certificação |
| FSE | Fundo Social Europeu |
| FSF | Francisco Soares Franco |
| FT | Fase de Transição |
| GDOQ | Gabinete de Desempenho Organizacional e de Qualidade |
| GEP | Gabinete de Estratégia e Planeamento do MESS |
| IEFP | Instituto de Emprego e Formação profissional I.P. |
| IGFSS | Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social |



| | |
|-----------------|---|
| ISS I.P. | Instituto de Segurança Social I.P. |
| MSESS | Ministério da Solidariedade, do Emprego e da Segurança Social |
| OE | Orçamento de Estado |
| OET | Orientador Educativo de Turma |
| OP | Orientador Pedagógico |
| PAEF | Plano de Ajustamento Económico e Financeiro |
| PCDI | Pessoas com Deficiência e Incapacidade |
| PEC | Plano Estratégico Comum |
| PES | Programa de Emergência Social |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| POAT | Programa Operacional de Assistência Técnica |
| POPH | Programa Operacional Potencial Humano |
| PRMA | Programa de Rescisão por Mútuo Acordo |
| PSD | Processos de Saída Direta |
| PT | Professor Titular |
| QUAR | Quadro de Avaliação e de Responsabilização |
| RAC | Relatório de Atividades e Contas |
| RPA | Residência de Pré-Autonomia |
| RS | Respostas Sociais |
| REF | Respostas Educativas e Formativas |
| RLE | Resultado Líquido de Exercício |
| RVCC | Reconhecimento Validação e Certificação de Competências |
| SAMA | Sistema de Apoio à Modernização Administrativa |
| SCI | Sistema de Controlo Interno |
| SGA | Sistema de Gestão Ambiental |
| SGQ | Sistema de Gestão da Qualidade |
| SIADAP | Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública |
| SIGE | Sistema de Informação e Gestão de Educandos |
| SIREF | Sistema de Informação das Respostas Educativas e Formativas |
| SPC | Sistema de Planeamento e Controlo |
| SRH | Sistema de Recursos Humanos |
| SRUCP | Sociedade de Renovação Urbana do Campo Pequeno |
| STASE | Serviços Técnicos de Apoio Socioeducativo |
| UAF | Unidade de Assuntos Financeiros |
| UASA | Unidade de Ação Social e de Acolhimento |
| UEF | Unidade de Educação e Formação |
| UERHE | Unidades Equivalentes de Recursos Humanos Executados |
| UERHP | Unidades Equivalentes de Recursos Humanos Planeados |
| UQA | Unidade de Qualidade e Auditoria |



todas as decisões relativas a crianças, adoptadas por instituições públicas ou privadas de protecção social, por tribunais, autoridades administrativas ou órgãos legislativos, terão primacialmente Os Estados Partes respeitam as responsabilidades, os e deveres dos pais e, sendo caso disso, dos membros da comunidade nos termos dos adoptadas por instituições públicas ou privadas de protecção social, por tribunais, au

Anexos

costumes locais, dos representantes legais ou de outras pessoas que tenham a criança legalmente a seu cargo, de assegurar à criança, de forma compatível com o desenvolvimento das suas capacidades a orienta

Anexo I – Balanço Social CPL, I.P._2014

Anexo II - Auscultação dos Dirigentes Intermédios e demais Colaboradores da CPL, I.P._2014

Anexo III – Questionário de Satisfação de Colaboradores _2014

Anexo IV – Execução do PA do MESS_2014

Anexo V – Questionário aos Educandos REF da CPL, I.P., 2014

Anexo VI – Questionário Educandos AR da CPL, I.P., 2014

Anexo VII – Avaliação do Sistema de Controlo Interno, 2014

Anexo VIII – Certificação Legal de Contas, 2014

Anexo IX – Anexo às demonstrações financeiras, 2014